



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VII Legislatura

Número: 80

III Sessão Legislativa

Horta, Quarta-feira, 17 de Junho de 2003

Presidente: *Deputado Fernando Menezes (substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado Bento Barcelos)*

Secretários: *Deputados António Loura e Raúl Rego*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 15 minutos.

Período de Antes da Ordem do Dia:

Após a leitura da correspondência, passou-se de imediato às intervenções de interesse político relevante para a Região, tendo usado da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Manuel Silveira (*PS*), Costa Pereira (*PSD*) e Paulo Valadão (*PCP*).

Na sequência das intervenções acima referidas, usaram da palavra os Srs. Deputados Mark Marques (*PSD*), António Gomes (*PS*), Manuel Silveira (*PS*), Aires Reis (*PSD*), Manuel Campos (*PS*), Renato Leal (*PS*), José Decq Mota (*PCP*), Costa Pereira (*PSD*), Herberto Rosa (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Nélia Amaral (*PS*), Francisco Sousa (*PS*), bem como os Srs. Secretários Regionais da Educação e Cultura, *Álamo de Meneses*, Agricultura e Pescas, *Ricardo Rodrigues*, e Adjunta da Presidência, *Cláudia Cardoso*.

Período da Ordem do Dia:

1º - Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Organização e Funcionamento do Sistema de Acção Social Escolar”.

Na discussão deste diploma usaram da palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, *Álamo de Meneses*, que fez a apresentação da proposta, bem como os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Joaquim Machado (*PSD*), José Rego (*PS*), Luís Medeiros (*PSD*), Paulo Gusmão (*PP*), Bento Barcelos (*PSD*) e Francisco Sousa (*PS*).

Submetida à votação, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada na generalidade, especialidade e votação final global, por unanimidade.

2º - Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Alteração ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2003”.

Usaram da palavra na discussão deste diploma o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, *Roberto Amaral*, que fez a apresentação, os Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), José Decq Mota (*PCP*), Vasco Cordeiro (*PS*), Dionísio de Sousa (*PS*) e Victor Cruz (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, *José Contente*.

Submetida à votação a Proposta foi aprovada por maioria, na generalidade, especialidade e votação final global, com as abstenções do PSD, PP e PCP.

Os trabalhos terminaram às 21 horas e 20 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, bom dia.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada dos Srs. Deputados.

(Eram 15 horas e 15 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Dionísio Mendes de **Sousa**

Fátima da Conceição Lobão Santos da Silveira **Amorim**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Francisco Couto de **Sousa**

Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**

Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nuno **Rocha**

Hernâni Hélio **Jorge**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José de Sousa **Rego**

José do **Nascimento** de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Manuel **Avelar** da Cunha Santos

Manuel Fernando Soares de Oliveira **Campos**

Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**

Manuel Soares da **Silveira**

Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**

Maria da **Natividade** da **Luz**

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**

Óscar Manuel Valentim da **Rocha**

Osório Meneses da **Silva**

Paulo Manuel Ávila **Messias**

Renato Luís Pereira **Leal**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**

António **Bento** Fraga **Barcelos**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Manuel Bettencourt **Cunha**

José Francisco Salvador **Fernandes**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Cabral **Bolieiro** Dias

José Manuel Avelar **Nunes**

Luís Henrique de Aguiar Sequeira de **Medeiros**

Manuel Ribeiro **Arruda**

Mark Silveira **Marques**

Raúl Aguiar **Rego**

Partido Popular (PP)

Nuno Alberto Lopes **Melo** **Alves**

Paulo Domingos Alves de **Gusmão**

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo **Decq** **Mota**

Paulo António de Freitas **Valadão**

Presidente: Estão presentes 45 Srs. Deputados. Está aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a leitura da correspondência.

Secretário (*António Loura*): Comunicado do Conselho de Ministros de 13 de Junho de 2003, informando da aprovação de diversos diplomas.

Secretário (*Raúl Rego*): Da Comissão de Economia, texto original do parecer do Professor Dr. Eduardo Paz Ferreira sobre a Lei do Enquadramento do Orçamento.

Secretário (*António Loura*): Do Grupo Parlamentar do PSD, pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão sobre o Projecto de Decreto Legislativo Regional – “Náutica de Recreio – Área de Navegação”.

Secretário (*Raúl Rego*): Da Comissão de Política Geral, parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva da Comissão que altera os anexos relativos aos modelos dos concursos para os contratos relativos à adjudicação de empreitadas de obras públicas, constantes do Decreto 59/99, de 2 de Março e ainda os anexos relativos aos modelos de concursos para aquisições de bens móveis e serviços e finalmente os anexos relativos aos modelos dos concursos para a celebração de contratos no sectores da água, energia, transportes e telecomunicações.

Secretário (*António Loura*): Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva 2000/53/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Setembro de 2000, relativo aos veículos em fim de vida.

Presidente: Deu ainda entrada na Mesa uma Proposta de Resolução, apresentada pelo Partido Socialista, sobre a cobertura da Região Autónoma dos Açores pelas redes móveis GSM, com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, a qual vou mandar distribuir pelos Srs. Deputados.

Passávamos agora às intervenções de interesse político relevante para a Região e perguntava ao Grupo Parlamentar do PS se mantém as inscrições.

Assim sendo, dou a palavra, em primeiro lugar, ao Sr. Deputado Manuel Silveira para uma intervenção.

Deputado Manuel Silveira (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretário Regional:

De 19 a 21 de Maio realizou-se a visita estatutária do Governo à Ilha de São Jorge, estas visitas, geram expectativa a quem as segue de perto e a quem vive na ilha visitada.

Esta não foi excepção, os jorgenses com quem falei, terminada a visita, acham que foi muito positiva, uma vez que, foram contemplados quase todos os pontos que o Conselho de Ilha levantou na sua reunião com o executivo regional. Assim a

presidente do respectivo Conselho reconheceu o desenvolvimento global da Ilha e o investimento feito pelo Governo como muito bom.

Na educação e cultura o investimento público realizado na recuperação do parque escolar da Ilha envolveu o montante de 6,5 milhões de euros, foram ainda anunciadas as obras de reparação das escolas básicas e integradas de Velas e Calheta.

Na habitação e equipamentos foi salientada a intenção do Executivo Regional em promover a reabilitação da estrada regional entre o Aeroporto e a Urzelina. Na habitação degradada o Governo considera muito positiva a sua actuação, uma vez que já investiu em S. Jorge 2,7 milhões de euros.

Nos assuntos sociais foi destacado o grande desafio que o Governo pretende introduzir no funcionamento do serviço regional de saúde tendo em conta melhores cuidados de saúde. Na segurança social o Governo assegura que o investimento é para continuar e desde 1998 já foram investidos 1,5 milhões de euros.

Relativamente à área económica, o Governo apresentou o estudo prévio para o aumento do parque de contentores e nova via de acesso ao porto das velas. Anunciou que o núcleo de recreio foi candidatado ao programa “PETER”. Foi realçado o investimento em curso no Porto da Calheta, que atinge 7,5 milhões de euros, estando prevista a sua conclusão para o próximo mês de Julho.

Foi ainda referido o concurso, já lançado, para a construção de uma nova aerogare. O Governo ainda encomendou à ANA a elaboração de um estudo técnico com vista à ampliação em termos de largura da pista do aeródromo de São Jorge e o aumento da sua operacionalidade.

Na Agricultura realizaram-se várias reuniões com representantes das cooperativas e associações agrícolas, ficou prometida a vinda de técnicos com vista a solucionar o problema do abastecimento de água à lavoura o mais rapidamente possível. Na área das pescas houve ainda reuniões com a associação dos pescadores tendo sido decidida a compra de uma grua para o Porto da Urzelina.

A visita deste governo a São Jorge, por tudo isto que foi dito em minha opinião e da maioria das pessoas, foi positiva. Para além de tudo isso as pessoas vêem os

membros do governo, falam com eles, colocam os seus problemas, falam dos seus sonhos e das suas legítimas aspirações.

De um povo que sabe o que quer, e para onde caminha. Este governo já fez muita obra em S. Jorge, e vai continuar a trabalhar para que os Jorgenses possam acreditar que é bom viver na sua terra.

Mais uma vez ficou claro que este Governo trabalha no rumo certo ao desenvolvimento e se esforça para o bem das populações da Região. Em São Jorge são evidentes as grandes obras dos Governos do PS de que destaque: o tapete betuminoso da estrada do norte, desde a Beira até ao Topo, na extensão de 45 Km.

Deputado Mark Marques (PSD): Até ao Topo?!

O Orador: Esta estrada foi quase toda executada por este Governo e paga quase na sua totalidade por ele.

Se não fosse este Governo, o Porto da Calheta nunca teria sido feito, embora fosse uma aspiração muito antiga dos Calhetenses. **Deputado António Gomes (PS):**
Muito bem!

O Orador: A Escola Básica e Integrada do Topo é, seguramente, uma das melhores do género na Região e uma das melhores do país.

A Escola da Boa Hora, embora constasse das promessas do PSD desde o ano de 1988, foi também feita na vigência deste Governo. Foram executadas grandes obras na escola básica e integrada de Velas. É só ver o parque escolar da ilha antes deste Governo, e reparar para ele neste momento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretário Regional:

Ao nível agrícola quem acabou com a injustiça da atribuição do escudo em litro de leite só à Terceira e S. Miguel, foi este Governo, e fez com que fosse atribuído às restantes ilhas da Região, QUE TAMBÉM FAZEM PARTE DOS AÇORES!

Quem foi que levou anos e anos a discutir as ajudas às cooperativas de S. Jorge? Não foi, seguramente, o Governo do PS! ESTE ENCAROU O PROBLEMA DE FRENTE E AJUDOU A RESOLVÊ-LO. Neste momento, já não se recebe o pagamento do leite em São Jorge com um atraso de ano e meio ou dois anos como era habitual.

Ao nível das cooperativas, o executivo de Carlos César, vai ajudar a construir duas novas fábricas, por decisão dos próprios agricultores. Eles sabem, que podem contar com este Governo. No abastecimento de água à lavoura não se fez quase nada em 20 anos de GOVERNAÇÃO LARANJA. Mas lentamente e a passos seguros caminha-se no sentido da sua resolução.

Nos tempos dos governos do PSD nós não tínhamos gasóleo agrícola. Todos os agricultores sabem os benefícios que tiram desta medida, ao adquiri-lo mais barato 30 cêntimos em litro (60\$00).

Nas pescas, é inegável o empenho e esforço do actual Governo em dotar todas as ilhas das adequadas infraestruturas. A construção de casas de aprestos em São Jorge resultou numa enorme melhoria da qualidade e condições de trabalho para armadores e pescadores; a construção, reconstrução e melhoramento de portos de pesca em toda a Região, a instalação de mais e melhores gruas e outros meios para varagem e arream de embarcações diminuiu o risco de acidente e aumentou a eficácia da manobra de colocação e retirada das embarcações do mar, são contributos inequívocos para o exercício com maior dignidade desta actividade profissional.

Mas, particularmente neste último caso, parece haver em São Jorge quem seja contra, no Topo havia e há, o desejo expresso dos pescadores locais de que a grua ali existente fosse substituída por uma outra melhor e com um braço de maior alcance a fim de facilitar as manobras de içar e arrear as embarcações.

Se houve quem no Topo pressionasse e insistisse para que esta legítima pretensão dos pescadores locais, fosse satisfeita, também houve, quem irresponsavelmente, consideramos nós, e os pescadores que operam no Topo e as estruturas representativas do sector, se viessem posteriormente a opor mais exactamente no momento da montagem da nova grua.

No turismo, nunca se viu tantos turistas na Região como neste momento, são imensos os hotéis a ser construídos. QUEM BAIXOU AS TARIFAS AÉREAS EM 35% NAS VIAGENS DE E PARA O CONTINENTE? ENTRE ILHAS OS PREÇOS BAIXARAM 23% FACE AOS PREÇOS PRATICADOS EM 1998! É CLARO QUE FOI O GOVERNO DO PS.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O custo do transporte de mercadorias em contentor normal baixou 50% face ao que se praticava em 1997, os incentivos públicos à economia são hoje mais de três vezes superiores ao que eram há cinco anos atrás. A pressão fiscal sobre as empresas açorianas diminuiu 30%. A introdução do transporte marítimo de passageiros animou a economia de algumas ilhas da região. O tarifário eléctrico viu anulado o sobrecusto médio de 30% que revelava face ao continente.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quem é que vai pagar isso?

O Orador: Os combustíveis mantêm o diferencial de custo relevante e em baixa, para as economias domésticas e para a economia empresarial agrícola, piscatória, industrial e comercial.

Quantas centenas de novos postos de trabalho foram criados para os jovens, com estas medidas. Foi este governo, que criou as condições que fizeram neste momento com que a nossa região seja **UMA DAS REGIÕES COM MENOS DESEMPREGO DE TODA A EUROPA!**

Infelizmente, ao contrário, no continente neste momento o desemprego aumenta todos os dias. Quem acompanha os noticiários apercebe-se das dificuldades das pessoas que lá vivem.

Os açorianos souberam votar bem! E só têm razões para continuar a votar PS. Pois, com este governo, caminha-se todos os dias na senda do progresso e do desenvolvimento, os jorgenses também sabem que com o PS no governo a sua ilha vai ser mais igual às outras.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques para esclarecimentos. Dispõe de três minutos.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou ser breve, porque isto são intervenções que costumam ser repetidas nesta Casa.

O Sr. Deputado Manuel Silveira fez aqui o papel do ex-ministro da informação iraquiana Mohammed Said al-Sahaf...

Deputado Paulo Messias (PS): Isso é uma cópia do Sr. Deputado Joaquim Machado. Ele já disse isso.

O Orador: ... que veio aqui dizer uma coisa que, de facto, não se passa em S. Jorge. O Sr. Deputado disse na sua intervenção que as visitas do governo têm gerado expectativas. A boca puxou-lhe para a verdade, porque só geraram expectativas e nada fez.

Quando o Sr. Deputado diz que se não fosse o PS que o Porto da Calheta não estava feito, eu e o meu colega de bancada já dissemos várias vezes que nos regozijamos com isso e também com a Escola do Topo. Quanto ao resto, Sr. Deputado, é o que se vê.

O senhor diz que a aerogare vai ser lançada a concurso, mas já há oito anos que se fala nisso.

A ampliação do Porto Comercial das Velas continua da mesma forma. Quem candidatou esta obra ao Programa PETER foi Câmara Municipal das Velas. Se há uma promessa, é mais uma expectativa do Governo Regional apoiar esse porto. Tudo isso continua no papel.

Em relação a estradas regionais, faço uma pequena correcção: de facto, na vigência deste Governo do PS não foi até ao Topo, foi só até à Ribeira Seca. Estamos a falar em mais 30 km.

Relativamente à questão de pagar, vamos ver em 2005 quem é que vai pagar muita coisa.

Deputado Renato Leal (PS): Vai ser o PS, não tenha dúvida!

O Orador: O que se passa sobre o troço da estrada Urzelina-Aeroporto e Urzelina-Terreiros-Manadas, pode-se considerar uma vergonha e o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, que está ali sentado, já assumiu categoricamente que não há estrada para ninguém.

Portanto, não venham dizer que os jorgenses estão satisfeitos com tanta obra feita e a prova disso é que o Partido Socialista, 30 minutos depois da Sra. Secretária ter lido o comunicado do Conselho do Governo, e que o senhor acabou de ler aqui, fez um

comunicado com 11 parágrafos em que metade dos quais só falava mal dos deputados do PSD. Sinceramente esperava que esse comunicado elencasse todas essas obras que o senhor diz.

O senhor devia ter elencado todas essas obras e não teria feito essa figura de o ex-ministro da informação iraquiana que dizia que os americanos estavam longe.

Sr. Deputado, não sei com quem é que o senhor falou. Se calhar não foi com o último militante que é membro da Assembleia Municipal que se demitiu do seu partido à semana passada e que se passou ...

Deputado Paulo Messias (PS): Para o PSD!

O Orador: Não, é independente e está muito bem onde está.

Deputado Nuno Amaral (PS): Se fosse para o PSD era pior.

O Orador: Sr. Deputado, eu fico sinceramente preocupado, porque acho que o senhor não tem a noção do sentimento dos jorgenses. O senhor não transmitiu aqui – e não estou a falar como pessoa, mas como deputado – o sentimento que vai nos jorgenses.

Relativamente a expectativas, elas efectivamente têm havido, mas, infelizmente, são apenas expectativas. O que está feito, está feito.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Em relação ao porto da Calheta e à Escola do Topo, nós já reconhecemos isso e não vale a pena “bater mais no ceguinho”. É isso que vos dói, porque o que queriam era que nós disséssemos que não tinham feito nada, mas nós assumimos isso, porque queremos o progresso de S. Jorge e não é com politiquices que nós fazemos isso.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes. Dispõe de 3 minutos.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria, na sequência da intervenção do meu colega de bancada, prestar aqui alguns esclarecimentos ao Sr. Deputado Mark Marques.

Eu quero parecer-me que ele está aqui com este estilo para abafar os seus problemas de consciência.

Deputado Renato Leal (PS): Ele não tem consciência.

Deputado Mark Marques (PSD): Tenho, tenho.

O Orador: Falando de factos eu gostaria de referir que a ideia com que eu fiquei, quando saí da reunião, foi de que, numa forma global e em quase todos os sectores, o Conselho de Ilha, da ilha de S. Jorge, considerou a acção do Governo meritória.

Deputado Mark Marques (PSD): Isso foi notícia do PS.

Orador: Também quero referir aqui que no Conselho de Ilha, onde estive presente, ouvi elogios a todo o Governo Regional, tecidos por um responsável autárquico, que foi o Presidente da Câmara da Calheta. Ao meu lado estava um deputado do PSD que, de certo modo, reconhecia que a acção do Governo em S. Jorge era meritória. Aqui houve uma conversa completamente diferente.

Deputado Mark Marques (PSD): Não era eu que estava ao seu lado.

O Orador: Um dos deputados mais responsáveis, moralmente, pelo facto do Governo Regional ainda não ter feito em S. Jorge o que hoje falta fazer, é o Sr. Deputado Mark Marques...

Deputado Mark Marques (PSD): Sou o mais responsável?! Obrigado pelo elogio.

O Orador: ... e sabe porquê? Já lhe digo porquê.

O meu colega de bancada acabou de referir que o Governo Regional tinha gasto em S. Jorge cerca de 6 milhões de contos em obras que os senhores prometeram durante mais de uma dúzia de anos. Se essas obras tivessem sido feitas nessa altura, este Governo certamente já tinha feito o que hoje falta fazer em S. Jorge.

O senhor é, moralmente, o deputado mais responsável de S. Jorge, porque andou sempre calado quando os governos do PSD governavam esta Região.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

Deputado Manuel Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para tecer duas ou três considerações que têm a ver com a falta de imaginação demonstrada pelo Sr. Deputado Mark Marques quando me compara ao ministro iraquiano.

Portanto, isso são uvas que deram vinho. Isso é plagiar o seu colega Joaquim Machado e quando não tem que dizer, inventa qualquer coisa.

O Sr. Deputado sabe perfeitamente que aquilo que eu transmiti é a realidade e também sabe que os jorgenses sabem que aquilo que eu disse é verdade e podem constatar-lo no terreno.

É evidente que a estrada da Urzelina/Aeroporto, como o senhor falou, é uma estrada que vai ser ainda arranjada por este Governo. Se não for por este, será pelo próximo.

Deputado Mark Marques (PSD): Por este não, pelo nosso e o Sr. Secretário já admitiu isso.

O Orador: No vosso nunca.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O próximo governo é do PS.

O Orador: O Sr. Deputado não se preocupe com essas coisas, porque o PS está a cumprir com o seu programa em S. Jorge, com aquilo que disse aos jorgenses que ia cumprir

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já reparámos que as duas bandeiras dos deputados do Partido Socialista, em S. Jorge, são o Porto da Calheta e a Escola Básica e Integrada do Topo, mas são bandeiras um pouco esquisitas, porque é preciso dizer a verdade tal como ela é e a verdade é esta: os senhores andaram completamente fora deste processo.

Em primeiro lugar, em relação, por exemplo, à Escola Básica Integrada do Topo os senhores nem sequer tiveram conhecimento das coisas e nunca reivindicaram rigorosamente nada nesta Assembleia, ao contrário dos Deputados do PSD que o fizeram.

Em segundo lugar, lamento ter que dizer uma vez mais que, e tenho que o dizer aqui para que todos saibam, os senhores deputados do Partido Socialista ainda não perceberam, e dificilmente vão perceber, como é que foi feito o Porto da Calheta.

Ainda em relação à instalação de uma grua no Porto do Topo, questão que o Sr. Deputado Manuel Silveira levantou, dá-me a impressão que o Sr. Deputado não conhece o Porto do Topo e muito menos conhece depois do que lá foi feito.

Deputado Manuel Campos (PS): Pelos visto o Sr. Deputado deve conhecer ainda menos.

O Orador: Assim sendo, gostava que alguém me dissesse se há alguma justificação para aquela plataforma de cimento que foi lá posta, que divide o porto em duas partes e para passar de um lado para o outro é preciso subir e descer escadas.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Vão montar um elevador.

O Orador: Só se for assim.

Sinceramente, Srs. Deputados, a população do Topo não admite que se façam obras daquelas. Aquilo que lá foi feito é uma vergonha. Na minha freguesia não se faz daquilo.

Quando o senhor diz que os pescadores estão satisfeitos, devo dizer-lhe que há um abaixo-assinado, que é do seu conhecimento, com mais de 100 assinaturas e a maior parte das quais são de pescadores e das pessoas que utilizam aquele porto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tanta asneira numa só vez, Sr. Deputado Aires Reis, ainda não tinha ouvido aqui nesta Casa.

O senhor referiu-se à Escola do Topo, dizendo que os senhores é que tinham pedido aquela escola. Quem é que fez a Escola do Topo?

Os senhores nunca pediram uma escola no tempo do PSD, porque sabiam que os vossos governos não estavam interessados em construir uma escola no Topo.

Pouco tempo depois da chegada do Partido Socialista ao poder regional avançou-se para a construção da Escola do Topo. Foi um processo rápido e estou mais à

vontade para falar desse assunto do que o Sr. Deputado, porque também fui parte interveniente nesse processo.

Portanto, não vamos discutir esse assunto aqui dentro, porque aquilo que eu fiz não preciso de trazer para dentro desta sala.

Deputado Mark Marques (PSD): Fica para a Assembleia Municipal.

O Orador: Relativamente ao Porto da Calheta, toda a gente percebe que este porto foi prometido pelos senhores durante mais de meia dúzia de anos e nunca se dignaram tão pouco dar essa esperança à população daquele Concelho e inclusivamente o responsável pelos portos da Região, no Governo do PSD, disse que o Porto da Calheta não era para se fazer. O senhor tem que assumir isso.

Por outro lado, o senhor sabe muito bem que apareceram cinco soluções para o Porto da Calheta que eram uma autêntica tragédia o que ali iam fazer, mas também sabe quem foi que esteve a acompanhar esse processo passo a passo e como é que se chegou à solução definitiva. Por aí, também estamos entendidos.

O senhor também falou da grua do Porto do Topo, e quero dizer-lhe que estive com os pescadores no Topo, aquando da implantação do maciço para grua, e eles concordaram, por unanimidade, com aquela localização. Se houve alguém que não concordou foi o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Topo, que foi logo abafado em cima do cais pelas vozes dos pescadores.

Como o senhor sabe, o Porto do Topo é um porto de pesca e é óbvio que os pescadores têm o direito de dizerem qual é o melhor local para implantação da grua e eu tenho conhecimento verdadeiro de que todos eles concordaram com aquela localização.

O senhor diz que não se pode passar de um lado para o outro, porque a grua está implantada em cima da extrema do cais e eu pergunto-lhe qual é a localização da grua do Porto da Calheta?

O Sr. Deputado, pela ignorância que tem nesta matéria, não se apercebe que a grua tem forçosamente que estar implantada naquele local, senão não consegue recolher as embarcações do mar, porque o cabo da grua, para içar a embarcação na vertical, tem de cair a meio do vão da embarcação.

Quando o senhor afirma que aquele local não era apropriado para colocar a grua, só revela a sua ignorância sobre esta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Campos.

Deputado Manuel Campos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu fiquei sem perceber que bandeiras esquisitas são aquelas a que se referiu o Deputado Aires Reis.

O Sr. Deputado Mark Marques quis minimizar a importância das obras do Porto da Calheta e da Escola do Topo.

Deputado Mark Marques (PSD): Não Sr. Deputado. Eu reconheci. O senhor não está a ser sério. Eu nunca disse isso.

O Orador: O senhor quis minimizar a importância destas duas obras que são fundamentais para o desenvolvimento do Concelho da Calheta. Isso é inegável.

É importante também dizer, Sr. Deputado Aires Reis, que aquela infra-estrutura no Porto do Topo foi pedida por pescadores locais, através do Sr. António da Lotaçor, com a assinatura de todos os pescadores do Topo.

Deputado António Gomes (PS): Todos os pescadores. O senhor quer o documento?

Deputado Aires Reis (PSD): Quero. Dê-mo cá!

O Orador: Sr. Deputado Aires Reis, a minha opinião muito sinceramente é esta: houve ali maldade por não se ter executado aquela obra, porque havia vontade.

Se era necessário recuar a colocação da grua, recuava-se. Houve, por maldade das pessoas, apenas uma intenção política, maldosa neste sentido. Essa obra não está executada por essa razão.

O que eu estou a dizer é uma afirmação.

Os pescadores locais assinaram esse documento, Sr. Deputado, porque a grua não estava lá colocada e era uma obra que valorizava e simplificava a manobra de arreagem e varagem das embarcações de pesca.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Mark Marques (PSD): Não são 100 pescadores!

O Orador: Essa questão para mim é clara como a água da torneira.

Deputado Mark Marques (PSD): Depende da torneira!

O Orador: O que eu queria perguntar ao Sr. Deputado Aires Reis e faço-o, porque não percebi bem se quando se estava a referir ao Porto da Calheta, e espero que venha a ser um porto tão oceânico quanto o da Praia da Vitória, e se dirigiu aos deputados do Partido Socialista, se referia apenas aos dois deputados da Ilha de S. Jorge ou se estava a englobar todos os deputados desta bancada?

Recordo que não tive a felicidade de entender com todo o rigor as palavras que proferiu sobre esta matéria e daí a razão do meu pedido de esclarecimento, que é sincero, apesar do sorriso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis para responder à sinceridade do Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sr. Deputado Renato Leal, agradeço-lhe a pergunta exactamente porque nestas coisas também gosto de ser muito sério e sincero.

Eu estava a referir-me exactamente aos dois Srs. Deputados do Partido Socialista por S. Jorge.

Deputado Mark Marques (PSD): Claro que ele já sabia. Olha o sorriso!

O Orador: Sr. Deputado António Gomes, é falso que o documento tenha sido assinado por todos os pescadores do Topo. Esse documento foi assinado por 4 pescadores do Topo.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Só 4 pescadores!

O Orador: Aquele porto é utilizado por pescadores profissionais, mas não é só por esses e eu gostava de saber por que é que a grua do Porto do Topo deve ser adequada só para os pescadores profissionais? Eu acho isso um erro tremendo.

A grua que irá ser lá montada, que foi pedida por nós e eu próprio fiz intervenções aqui nesta Assembleia sobre este assunto, não é aquela que deve ser instalada ali.

O que os senhores fizeram foi comprar uma ou duas dúzias de gruas e montaram-nas nos portos dos Açores, mas não é assim que se trabalha. O que se deve fazer é implantar uma grua adequada àquele porto e não o porto adequado àquela grua.

O que os senhores fizeram foi estrangular completamente o Porto do Topo e o Sr. Deputado António Gomes deve saber bem disso, porque o senhor foi lá com o Sr. Director Regional das Pescas e tentou dizer aos pescadores que, de facto, aquela era a melhor solução e um deles que lá estava disse-lhe: “o Sr. Deputado experimente a passar ali e já vai perceber que não é a melhor solução”. O Sr. Deputado resolveu passar lá mais o Sr. Director Regional das Pescas e ficaram com as calças alagadas.

(Risos da Câmara)

Deputado João Cunha (PSD): Explique-nos o que é que aconteceu!

O Orador: Eu vou especificar um pouco melhor.

Naturalmente que ficaram com a calças molhadas, porque o mar chega lá cima.

Vou terminar, mas queria que ficasse muito claro que entendo que a colocação da grua no Porto do Topo foi feita duma forma errada, porque devia ter sido adquirida uma grua adequada para aquele porto e não instalar uma grua qualquer, como foi feito.

Portanto, com o mar mau é muito complicado os barcos de pesca fazerem serviço naquele porto com aquelas condições.

Quem conhece aquilo que lá está feito, percebe claramente que foi um erro tremendo e não é assim que deve ser feito.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes. Espero que esclareça isso das calças molhadas.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sr. Deputado Aires Reis, desculpe de adjectivá-lo mais uma vez, mas vai ter que ser.

Deputado Mark Marques (PSD): Molhou as calças!

O Orador: Eu nunca ouvi tanta asneira junta, para além de questões que não são verdades que acabou de afirmar aqui dentro.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Outra vez?

O Orador: Eu não alaguei as calças no Porto do Topo e o Sr. Director Regional ficou molhado, mas não estava no sítio onde o senhor referiu, estava em cima do topo do molhe e não estava a passar na zona da grua.

Deputado Mark Marques (PSD): A culpa foi do mar.

O Orador: Sr. Deputado, vamos conversar numa forma séria, porque estamos a falar de assuntos sérios e não podemos andar aqui a atirar areia para os olhos das pessoas quando estamos a falar de coisas que têm a ver com o desenvolvimento da nossa terra e com a solução dos problemas dos pescadores. É nesse sentido que temos de ter uma postura séria aqui dentro, em relação a este processo.

Vou deixar agora a brincadeira para falar consigo...

(Risos da bancada do PSD)

... numa forma clara e responsável sobre esta matéria.

Sr. Deputado Aires Reis, deixando a brincadeira, eu quero que o senhor me diga o local e a forma mais correcta para se implantar aquela grua no Porto do Topo.

Quero ainda dizer mais:

O senhor referiu-se à grua como não sendo o equipamento mais adequado para o Porto do Topo.

O senhor sabe de que grua é que está a falar? O Sr. Deputado porventura sabe que se teve o cuidado e o pormenor de se comprar uma grua motorizada, com equipamento a diesel, precisamente por problemas de electricidade que muitas vezes acontecem no Porto do Topo?

Sr. Deputado, não percebo como é que aquele tipo de grua é fabricado para toda a parte do mundo e só não serve para a sua freguesia. É isso que eu não percebo. Se fosse manual talvez servisse melhor.

O senhor não percebe que para se manusear um barco em cima do porto do Topo ou em outro porto qualquer, a grua tem que circunscrever um círculo, precisamente para

poder deixar cair o barco em cima da plataforma do cais ou deitá-lo ao mar. O senhor ainda não viu isso e não sabe que as dimensões do cais do Topo são limitadas.

Sinceramente, Sr. Deputado, se os pescadores entenderam que aquele era o melhor sítio, só vem confirmar que eu também não vejo outro local para se implantar a grua. Acho que aquele é o melhor local e os pescadores vieram confirmar a minha opinião sobre esta matéria. Aliás, foram eles os primeiros a dizerem onde é que queriam a grua.

A confusão que vai na cabeça do Sr. Deputado foi, talvez, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia que estava no cais do Topo e que viu que todos os pescadores estavam contra ele, que se sentiu ofendido com isso e foi fazer essa queixinha, inventando uma história qualquer, ao Sr. Deputado Aires Reis para trazer para esta Assembleia. Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, sem prejuízo do debate, eu não gostava que a Assembleia tivesse aqui uma hora a discutir o problema duma grua. Por favor, vamos tratar o problema doutra maneira.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

Deputado Manuel Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou falar de gruas nem de coisas semelhantes, apenas quero reafirmar que aquilo que eu disse é verdade.

Também quero dizer que vou ao Topo mais vezes do que o Sr. Deputado Aires Reis pensa. Eu vou ao Topo as vezes que eu quero e nunca ninguém me impediu de o fazer, como vou às Velas, aos Rosais ou a qualquer parte de São Jorge e não lhe vou pedir autorização para o fazer.

Era só para desmentir esta parte.

Muito obrigado

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como o Sr. Presidente sabe, antes de chamar a atenção à Câmara para a condução dos trabalhos, eu já me tinha inscrito e fi-lo para dizer o seguinte:

Eu quero demarcar-me da expressão que o Sr. Deputado António Gomes usou “agora vamos acabar com a brincadeira”. Eu Deputado Mark Marques, há 11 anos que ando nesta Casa, nunca estive aqui na brincadeira. Que fique bem claro!

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Mark Marques:

Eu percebi até onde queria chegar, mas foi infeliz, porque sabe que essa expressão que eu usei veio simplesmente na sequência da forma irónica como o Sr. Deputado Aires Reis estava a intervir e foi só por isso que me expressei daquela forma.

Eu não percebo a sua reclamação e em que é que foi ofendido relativamente a esta matéria.

Queria referir ainda uma outra questão.

Julgo que ainda não foi dito nesta Casa vezes suficientes que os Srs. Deputados do PSD, eleitos pelo mesmo círculo eleitoral que eu, é que pedem tudo ao Governo. Tudo o que o Governo faz é porque os Srs. Deputados do PSD pediram para que o Governo fizesse e o Governo nada faz em S. Jorge a não ser aquilo que os Srs. Deputados do PSD pedem.

Deputado Mark Marques (PSD): A gente pede muito, só que fazem pouco.

O Orador: Se tinham essa belíssima relação com os Governos que suportaram, por que é que, quando em 1992 foi aprovado nesta Casa as pavimentações betuminosas das estradas regionais de S. Jorge, quando existiu dinheiro da CE para essas obras, através do Programa Nacional do Direito Comunitário, quando os Governos do PSD por duas vezes aqui nesta Assembleia pediam autorização para contrair empréstimo junto do Banco Europeu de Investimento, publicou documentos com a execução dessas obras em S. Jorge, ficaram mudos e calados e nunca se referiram à situação lastimosa dessas estradas, nunca reclamaram o dinheiro que os seus governos tinham

recebido da Comunidade, nem do empréstimo junto do BEI, com a autorização da Assembleia Legislativa Regional dos Açores?

Foi este Governo, com muitos sacrifícios, que executou essas obras, porque o dinheiro que dizia respeito a estes programas foi gasto não sei onde e em quê. Apresentaram uma taxa de execução física, a obra não se fez e nunca vi reclamações por parte dos Srs. Deputados do PSD.

Neste momento os senhores ainda andam a reclamar, depois do Governo já ter gasto 6 milhões de contos nas obras que os senhores prometeram a partir de 1984, que este Governo faça aquilo que ainda não foi feito em S. Jorge.

Devo dizer-lhe que este Governo...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Este e o próximo.

O Orador: ... e o próximo deseja fazer aquilo que é necessário e o que os jorgenses estão à espera, mas teremos também que ser suficientemente humildes para reconhecermos que este Governo já investiu 6 milhões de contos em obras que os senhores prometeram e que nunca as fizeram.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente. Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queria começar por dizer que não concordo muito com esta observação que foi feita aqui...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Se não concorda, até que ponto é que concorda?

O Orador: ... relativamente à discussão da grua do Porto do Topo.

As pessoas pediram-me para falar deste assunto nesta Assembleia, porque entendem que aquilo que está lá feito é uma coisa bárbara, horrorosa e que acabou por estragar o Porto do Topo.

Deputado António Gomes (PS): O senhor vai desenhar-me o projecto da grua.

O Orador: Portanto, a questão que se põe aqui não é propriamente a instalação da grua, mas sim a forma como as coisas estão a ser feitas.

Deputado António Gomes (PS): O Sr. Deputado faça-me um desenho para eu perceber.

O Orador: Deviam ter reunido com os pescadores, mas também com os utilizadores do porto, porque não são só quatro pescadores e desses quatro que assinaram, só um é que concorda com aquela situação, porque os outros três depois de verem no terreno o que foi feito acharam um autêntico disparate.

Achamos que não é correcto essa forma de trabalhar.

O Sr. Deputado pode não querer falar mais sobre a questão da grua, mas respondendo à sua pergunta, não lhe vou dizer onde é que ela devia ficar instalada.

Deputado António Gomes (PS): Não sabe!

O Orador: Eu sei, agora não é aquela grua que deve ser instalada lá, mas uma grua adequada para aquele porto. Esta é a opinião de mais de 100 pessoas daquela freguesia, que são utilizadores daquele porto e têm o direito de se manifestarem.

Mais uma vez lamento que o Sr. Deputado venha para aqui falar sobre assuntos de há 20 anos, em vez de falar de questões actuais. Eu não vou por aí.

Em relação à Escola do Topo e ao Porto da Calheta, volto a repetir. O Sr. Deputado pode fazer aquilo que quiser, mas o Porto da Calheta deve-se, acima de tudo, a uma instituição que pressionou o Governo e fosse qual fosse o governo, um dia o porto ia ser feito.

Deputado Duarte Freitas (PSD): *Muito bem!*

Deputado Manuel Campos (PS): Um dia...

O Orador: Não sei se tinha sido o ano passado, se era este ano ou para o ano, mas a pressão que foi feita por uma instituição e por muita gente e só por isso é que o porto foi feito.

Em relação à Escola Básica Integrada do Topo, como o senhor sabe, a pressão não foi feita pelos senhores, mas pelas pessoas e, felizmente, tivemos um secretário que conseguiu interpretar bem o sentimento das pessoas, decidindo pela construção daquela escola. É preciso que fique aqui claro que não foram os Srs. Deputados que pressionaram o governo para que ela fosse feita.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

(Vozes inaudíveis das várias bancadas)

Presidente: Srs. Deputados, eu estou com alguma dificuldade em conduzir os trabalhos e agradecia alguma serenidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos falar mais um bocadinho da Escola do Topo.

Como sabem os Srs. Deputados, meus conterrâneos, aquela escola funcionava num edifício escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico que há mais de uma dúzia de anos não sofria obras de conservação.

As casas de banho dessa escola estavam bloqueadas e as crianças tinham que atravessar a estrada regional para utilizarem as casas de banho da Casa do Povo de Santo Antão. Este era o cenário caótica em que se encontrava a Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico da Freguesia de Santo Antão.

O ensino à distância estava a ser desactivado em quase todo o país e obviamente tinha que passar também pela ilha de S. Jorge, o Sr. Secretário teria que resolver esse problema e foi fazê-lo na reunião com os pais das crianças. Eu estive nessa reunião e quando vínhamos de regresso já o Sr. Secretário naquele momento equacionou a possibilidade de avançar para a construção da escola. Foi ali mesmo num grupo muito restrito que isso aconteceu.

Portanto, quando vos convêm os senhores dizem que quem conseguiu foram os pais das crianças que frequentavam aquele estabelecimento de ensino, quando não vos convém nunca são capazes de afirmar que foi este Governo que teve a iniciativa e a vontade de resolver o problema do ensino escolar em termos de boas infra-estruturas na zona do Topo.

Sr. Deputado, quando este Governo chegou ao poder o parque escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico, nomeadamente do Concelho da Calheta, estava terrivelmente degradado, existiam estabelecimentos de ensino com espeques a aguentar os tectos, não havia nenhum edifício escolar que não lhe chovesse dentro, não havia nenhum edifício escolar que não necessitasse de caixilharias e, portanto, o cenário era de tal

ordem que foram precisos quase meio milhão de contos para resolver esse problema. Veja bem, Sr. Deputado, o estado em que estavam os edifícios do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Como é tudo obra deste Governo não vos convém elogiá-lo, então começam com essa conversa paralela de que foram os pais das criancinhas que conseguiram aquela escola. Ó Sr. Deputado, foi por iniciativa deste Governo que se conseguiu fazer aquela obra. Sr. Deputado, seja suficientemente humilde para reconhecer isso.

Muito obrigado.

Deputado Hernâni Jorge (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado António Gomes:

Já percebi que o senhor quer puxar para o Governo a reconstrução do parque escolar, mas o senhor sabe perfeitamente que foi a Câmara da Calheta que fez aquele trabalho, está muito bem feito, foi dirigido por ela e é que tratou de toda esta questão.

Deputado António Gomes (PS): Seja sério, Sr. Deputado, 85% foi participado pelo Governo Regional.

O Orador: Em relação à Escola Básica Integrada do Topo devo dizer-lhe que não foram os Deputados do PSD de S. Jorge, nem o Governo Regional, mas sim o Sr. Secretário que decidiu isso em determinada ocasião, pressionado pelas pessoas, tal como aconteceu com a questão do ginásio em que – e o senhor nem sequer apareceu no Topo – o Sr. Secretário a partir de uma determinada altura, a pedido das pessoas, entendeu resolver o assunto.

Portanto, o assunto da Escola do Topo dependeu única e exclusivamente da vontade das pessoas, de todas as ajudas que vieram, nomeadamente da Câmara da Calheta e do bom senso do Sr. Secretário.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria colocar a seguinte questão:

O Sr. Deputado Aires Reis continua a querer entregar os louros a quem efectivamente não os merecia, mas quero aqui esclarecer que o então Presidente da Câmara Municipal da Calheta, Sr. José Leovigildo Azevedo, teve a humildade de, em todos os discursos que fez de inauguração das obras de beneficiação e ampliação do parque escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e só num dia foram 6 ou 7 inaugurações, dizer, em todas elas, que aquele investimento tinha sido feito com 85% do Governo Regional dos Açores e o senhor diz agora que não foi o Governo, mas a Câmara Municipal da Calheta.

Era só este esclarecimento que queria prestar nesta Casa.

Deputado Manuel Arruda (PSD): Com 25% da União Europeia!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A situação dos investimentos estruturantes para a ilha do Faial, defendidos quase unanimemente pelos faialenses, merece uma repetida abordagem neste Período de Antes da Ordem do Dia.

Comecemos pela situação das novas instalações do Departamento de Oceanografia e Pescas (DOP) da Universidade dos Açores, que conheceram avanços que se esperam decisivos.

Desde logo, com a vinda à ilha do Faial do Ministro da Ciência e Ensino Superior, Pedro Lynce. Entre nós, e em sessão pública, aquele Ministro assumiu o compromisso de encontrar até ao final deste ano uma solução para o eterno e arrastado problema das instalações do DOP na cidade da Horta.

Registo sobretudo a forma como o Sr. Ministro aqui se apresentou, assumindo as competências que cabem ao seu Ministério neste processo e trazendo um discurso construtivo, positivo, de procura, em diálogo com a Universidade e com as instituições locais, da melhor solução que sirva aquela instituição, a ilha, a Região e o País.

E as sementes da sua visita ao DOP já tiveram consequências no anúncio feito, na passada semana, pelo Primeiro Ministro de Portugal, Durão Barroso no sentido de

que o programa das novas instalações daquele departamento da Universidade dos Açores seria aprovado até ao final do próximo mês de Julho e que, uma vez concluído o projecto, se apontava para o início das obras no decurso do próximo ano, quer do DOP, quer do Departamento de Ciências Agrárias no Pólo de Angra.

Já não estamos, portanto, apenas no domínio das manifestações de intenção e declaração de apoio vagas. É a palavra publicamente assumida do Ministro da tutela e do Primeiro Ministro de Portugal. Por isso, num cenário de dificuldades económicas e financeiras de todos conhecido, num ambiente em que todas as Universidades se queixam do aperto em que vivem, este apoio claro e assumido aos pólos de Angra e da Horta da Universidade dos Açores é um sinal claro de um novo empenho e de uma nova visão sobre o desenvolvimento harmonioso e integral da nossa Universidade que nos vem do Governo da República.

Não tenho dúvidas, como já aqui disse, que no caso dos Açores, o melhor para a sua Universidade é a aposta e o reforço do seu desenvolvimento tripolar. Porque é o modelo que melhor responde ao peso da nossa história e é uma forma privilegiada de construir a unidade e harmonizar o desenvolvimento.

E a tripolaridade da Universidade dos Açores também é uma questão de desenvolvimento regional e local e, nessa medida, deve merecer o apoio supletivo e positivamente discriminatório quer do poder regional, quer do poder local, que se espera que não falte na medida do que for necessário.

Nesta conjuntura feliz e inédita para a Universidade dos Açores, junta-se a eleição do novo Reitor, o Prof. Dr. Avelino Meneses, assumidamente defensor desta visão tripolar e que constitui, ele também, mais um motivo de fundadas esperanças para que possa ser o elemento crucial que agrupe, à volta da Universidade e do seu desenvolvimento tripolar, os superiores interesses da Região e do País.

Confiamos que 2004 será para os pólos de Angra e da Horta da Universidade dos Açores, o primeiro ano de um novo tempo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No passado dia 23 de Abril, no contexto de uma mesa redonda sobre educação, promovida pelo Rotary Clube da Horta, os Presidentes dos Conselhos Executivos da Área Escolar da Horta, da EB 2,3 da Horta e da EB 3 e Secundária Dr. Manuel de

Arriaga fizeram um balanço da situação das instalações e equipamentos das escolas do Faial. E se é de registar que, ao nível das escolas do ensino pré-escolar e do 1º ciclo foi referido que as condições das instalações eram, no geral, boas, o mesmo já não foi testemunhado, quer no que respeita à EB 2, 3 da Horta, quer quanto à Escola Manuel de Arriaga.

No caso destas duas escolas, o panorama apresentado e comprovado com imagens foi o de carências sentidas ao nível da qualidade das instalações existentes, por um lado, e pela falta de uma pluralidade de salas específicas e espaços colectivos que os currículos actuais exigem. O testemunho dos responsáveis pelos órgãos de gestão daquelas escolas foi tão só mais uma prova da urgência de uma nova escola secundária no Faial, como, aliás, já aqui tem sido repetidamente defendido.

Mas, face ao panorama apresentado, o Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura, presente naquela sessão, preferiu dirigir as suas considerações essencialmente noutra sentida, de tal forma que o Vice-Presidente da Câmara Municipal da Horta sentiu a necessidade de interrogar publicamente o titular da pasta da educação sobre a nova escola secundária. A resposta que obteve foi a seguinte e cito: “O Governo Regional conta lançar concurso público para a construção da nova Escola Secundária da Horta num futuro não muito distante.” Fim de citação.

Quem conhece o historial das declarações do Secretário Regional da Educação e Cultura sobre a nova secundária da Horta não pode deixar de ficar apreensivo.

Quem em 1997 dizia que e “as obras da nova escola iniciar-se-ão no final de 1998.”

Quem em 1998 afirmava “está em fase adiantada a elaboração do projecto da nova escola secundária da Horta.”

Quem em 2000 dizia que “na pior das hipóteses, as obras da nova escola começarão em inícios de 2001.”

Quem em 2001 afirmava que “as obras da nova escola terão início em 2003, com expressão financeira em 2004.”

Quem em 2002 garantia que as obras da nova escola “vão mesmo arrancar em 2003 (...) com o empenho do Sr. Presidente do Governo que se empenhou pessoalmente nesta matéria”.

Quem tanto disse e disse o que disse, as recentes declarações lançam mais dúvidas, sobretudo quando sabemos que na Reprogramação Financeira do Plano a Médio Prazo estão consignados 1.750 mil euros para a construção da nova escola secundária da Horta.

Se suspeitas havia, agora parece confirmar-se que as obras da nova escola não começarão no próximo ano. Quando muito será uma daquelas muitas primeiras pedras que irão ser colocadas no decurso de 2004, estrategicamente em plena campanha eleitoral, mas para iniciar de facto as obras sabe Deus quando.

Esta estratégia, aliás, não é caso único. Basta dar um passeio pelo centro da cidade da Horta e vemos outro exemplo deste estilo “do que se começa e não se acaba”: a Casa Grande, destinada a acolher a Biblioteca Pública, o Arquivo e a Casa de Cultura da Horta, lá está, um autêntico borrão, degradando-se e esperando que as famosas “fases” em que foi dividida a obra tenham continuidade e sequência, independentemente do calendário eleitoral.

O protelamento incompreensível e inaceitável desta obra continua a colocar em sério risco um vasto e precioso acervo documental que continua disperso por garagens e quartos em várias casas da cidade, sem tratamento arquivístico, sem condições de conservação, a degradar-se e quase inacessível à consulta ou ao estudo.

Por outro lado, no próprio edifício onde ainda funciona a Biblioteca Pública e Arquivo da Horta, quando chove, é ver a mobilização dos funcionários para uma cena impensável: cobrir as estantes dos livros com plásticos para que a chuva não os danifique.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O mesmo cenário de abandono e não cumprimento das promessas eleitorais verifica-se noutros investimentos estruturantes para a ilha: a Variante à cidade da Horta, a reabilitação das estradas regionais no fecho do anel à volta da ilha e o complexo desportivo da Horta, continuam na fila de espera do nosso descontentamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agora que a obra da nova fábrica da Cooperativa Agrícola de Lacticínios da Ilha do Faial (CALF) está iniciada e a decorrer, e com ela é uma exigência do nosso

desenvolvimento que se cumpre, nuvens negras de novas incógnitas pairam sobre os agricultores faialenses com a grave crise em que vive a Associação de Agricultores Faialenses e com os públicos desentendimentos havidos com o Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

As dificuldades financeiras da Associação de Agricultores Faialenses não são novas nem recentes. Mas com o tempo foram-se agravando. E foram atingindo patamares crescentes de preocupação quando se começaram a reflectir de uma forma crescentemente gravosa nos atrasos do pagamento dos salários aos seus trabalhadores.

Foi no conhecimento desta situação que propus a intervenção do Conselho de Ilha do Faial para se abrirem novos espaços e caminhos que, de forma construtiva e dialogada, conduzissem a soluções positivas para aquele problema. Essa intervenção do Conselho de Ilha abriu, de facto, caminhos de nova esperança, agora interrompidos.

Sabemos todos que nestes processos, de uma maneira geral, as culpas não moram só num dos lados. Mas sabemos todos que o que importa é a capacidade de construir soluções, abrir caminhos de diálogo e ajudar a viabilizar as instituições que foram chamadas a ter papel imprescindível em determinadas áreas, substituindo até os serviços que competiriam ao Estado, e, por isso, protocolando com o poder regional financiamentos ao exercício desses serviços.

É neste espírito construtivo, positivo, que deixo aqui o desafio da prioridade na procura das soluções que interessam mais a todos do que manter azedumes e queixas pessoais. É que as pessoas passam e as instituições ficam. E o que marca o exercício dos cargos públicos é a capacidade de servir o bem comum.

Tenho dito.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria manifestar a minha concordância geral com a intervenção do Sr. Deputado Costa Pereira que tocou, de forma sistematizada e extensiva, uma série de problemas que dizem respeito à Ilha do Faial.

Dentro dos três minutos que me cabem, eu queria pôr duas ou três pequeninas questões.

Em relação à questão do DOP, eu queria lembrar que este é um problema que se tem arrastado por falta de vontade política, que já passou por vários quadrantes políticos e por vários Governos da República e também por um governo da Universidade e, neste momento, efectivamente, há outros sinais.

Eu assisti à iniciativa, tal qual como o Sr. Deputado Costa Pereira, em que esteve presente o Sr. Ministro Pedro Lince e foram feitas afirmações com substância.

Tenho ouvido o reitor eleito pela Universidade dos Açores e as declarações feitas também têm substância.

Relativamente a este assunto também conheço muito de perto as posições, as opiniões e atitudes, algumas que me foram até agressivamente dirigidas, do reitor da Universidade dos Açores que agora termina o seu mandato e essas atitudes levaram-me, a partir de certa altura, a não acreditar, em absolutamente nada, na vontade do dito reitor, Professor, Dr. Vasco Garcia, em desenvolver este projecto.

Estão aqui pessoas nesta sala que sabem rigorosamente do que é que estou a falar.

Inclusivamente fui alvo, por uma única vez na minha vida, de um voto de apoio da Câmara Municipal da Horta, aprovado por unanimidade, proposto pelo Sr. Presidente da altura, devido a uma atitude que Sr. Reitor da Universidade teve para comigo, em relação a este assunto.

Portanto, estamos num período melhor em relação ao DOP. O Governo da República e a Universidade mostram ter compreensão política e o Governo Regional tem feito declarações, dizendo que está disposto a cooperar. O Município da Horta, naquilo que estiver ao seu alcance, diz também que está disposto a cooperar na resolução das instalações do DOP.

Será que chegámos à conjugação das vontades políticas que andaram desencontradas? Espero que sim.

Em relação ao problema da Escola, colocado pelo Sr. Deputado Costa Pereira, esta Câmara e os Grupos Parlamentares aqui representados conhecem em pormenor esta situação e constitui um desaire absoluto deste Governo Regional, porque envolveu negociações políticas não respeitadas posteriormente, porque envolveu todo um conjunto de situações.

Apesar de tudo, há que fazer muita força, e nesse sentido estarei sempre nessa perspectiva, para que, pesem embora todas estas infelizes e sucessivas declarações de adiamento, a obra finalmente arranque, mesmo que seja para colocar a primeira pedra na véspera das eleições.

Os faialenses já sabem que se este Governo arrancar com esta obra, é contrariado, é em função da pressão que ao longo dos anos se fez. Poderá ser na abertura da campanha eleitoral, mas façam-no, porque é uma necessidade imperiosa desta ilha.

Em relação à questão da Associação Agrícola, quero dizer apenas que participei na reunião do Conselho de Ilha, assim como o Sr. Deputado Renato Leal, em que este assunto foi visto e sei as questões que foram lá tratadas.

Eu queria apelar a que todas as partes envolvidas assumam uma postura de diálogo e não de confrontação, porque esta é uma questão muito séria para o desenvolvimento desta Ilha.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ouvi com natural atenção a intervenção do Sr. Deputado Costa Pereira e relativamente à intervenção prevista para o Departamento de Oceanografia e Pescas, eu, muito sinceramente quero acreditar que é desta que as obras vão mesmo para a frente, mas tenho que ter, nesta matéria, alguma prudência na medida em que nem todos os sinais que nos vêm do Governo da República têm sido de molde a que entendamos que desta vez é que vai ser, porque também o recente episódio relativo à transferência das verbas para a reconstrução, aquilo que oficialmente se disse e

aquilo que alguns de nós também têm conhecimento é de algumas tentativas de colocação de areia na engrenagem, daí que os dinheiros tenham chegado mais tarde do que o anunciado por alguns membros do Governo da República.

Relativamente ao DOP, eu espero ter oportunidade de, usando uma figura literária, “tirar o chapéu” quando a obra estiver pronta.

Espero, sinceramente, que as novas vontades que têm sido manifestadas contribuam para que, de facto, a obra vá para a frente.

Não gosto da adjectivação para o desenvolvimento. Durante anos os faialenses, do meu ponto de vista, foram enganados com o chamado desenvolvimento harmónico e por isso prefiro voltar a ouvir falar do desenvolvimento tripolar da universidade, porque, para nós, ele nunca vai ser harmonioso.

Tenho a certeza absoluta de que, nesta matéria, o maior quinhão coube e há-de continuar a caber à ilha de S. Miguel, depois será a Terceira e em terceiro e último há-de estar o Faial.

Se porventura estas minhas afirmações não corresponderem à realidade, onde quer que eu esteja hei-de bater com a mão no peito e pedir desculpa, porque me enganei. Gostaria de me enganar, mas não acredito. Acredito mais, isso sim, num novo discurso que muito me tem agradado ao ouvido, relativamente ao Sr. Reitor já eleito, e que, efectivamente, daí sim, tenho fundadas e fundamentadas expectativas de que desta vez as coisas corram de outra feição.

Relativamente a outros aspectos que o Sr. Deputado Costa Pereira referiu na sua intervenção, eu posso reafirmar aqui na Câmara o meu total empenhamento para que a nova Escola Secundária da Horta...

Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Deputado.

O Orador: Concluo já, Sr. Presidente.

... venha a ser uma realidade ainda no decurso desta legislatura.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre a discussão que aqui está a decorrer, gostaria de prestar dois esclarecimentos.

Em relação à questão da Universidade, do DOP e do DCA, gostaria de apresentar a minha concordância com aquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Decq Mota sobre a existência neste momento de uma oportunidade diferente.

Eu tive a honra de conhecer o Professor Pedro Lince como colega no Departamento de Ciência Agrárias e creio que, até por essa experiência e pela sua postura em relação ao ensino nas zonas mais periféricas, será possível chegar, finalmente, a uma solução para este problema que se vem a arrastar.

Também estou convencido que o Professor Avelino Meneses terá um entendimento diferente, sobre o desenvolvimento da Universidade, daquele que teve o actual Reitor.

Espero que a conjugação desses dois factores venha a resultar num prosseguimento diferente para o desenvolvimento do Pólo da Horta e do Pólo da Terceira.

Em relação à questão da escola Secundária da Horta, que foi aqui trazida pela intervenção do Deputado Costa Pereira, gostava de dizer o seguinte:

O Governo Regional nunca fez, nem nunca fará, nenhuma obra contrariado e não tem qualquer particular má vontade, mas tem vindo a fazer as obras de acordo com aquilo que definiu como prioridades e com os recursos disponíveis.

Ninguém tem mais gosto do que eu no orçamento de uma obra e na sua conclusão, na área da educação.

Para mim seria uma grande alegria que a Escola Secundária da Horta já estivesse concluída.

Portanto, Sr. Deputado, da minha parte sempre me esforcei e continuarei a esforçar no sentido de, tão depressa quanto possível, lançar a obra a concurso.

Nós já tivemos várias actas previstas para essa obra, já aconteceram várias coisas de permeio que levaram à alteração dessa programação e por causa disso, nesta altura, aquilo que eu digo é aquilo que o Sr. Deputado citou, ou seja, tão depressa quanto as condições o permitam, nós lançaremos essa obra". É isso que vamos fazer.

Ela não está feita, não porque haja nenhuma má vontade, mas porque nós gerimos recursos que são finitos e é com base nesses recursos que tentamos fazer as obras.

Também quero-lhe dar a notícia de que o projecto já se encontra completamente pronto há algum tempo e estamos em condições de lançar esta empreitada, logo que se entenda que os recursos disponíveis são os necessários.

É esta a situação. É isto que nós faremos e aquilo que eu tive ocasião de dizer na mesa redonda que o Sr. Deputado referiu, é aquilo que hoje aqui digo nesta Câmara.

Por outro lado, também gostava de dizer que a Escola Secundária da Horta é, de facto, uma prioridade, é uma prioridade cada vez maior, face à melhoria geral do parque escolar, mas tem que ser vista no contexto global do sistema educativo dos Açores e no contexto dos investimentos que é preciso fazer-se nos Açores.

Nós continuamos a investir com a mesma energia com que iniciámos o investimento na educação em 1997. Estamos a fazê-lo, seguindo um conjunto de prioridades que são claras e vamos iniciando as obras à medida que os recursos nos permitem fazê-las.

Em relação à Biblioteca Pública, gostava de lhe dizer que também me preocupa aquela situação e a Biblioteca da Horta é, neste momento, a obra mais prioritária da área da cultura, que prosseguirá logo que o concurso, que está neste momento a decorrer, esteja concluído

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Caros Colegas:

Só duas ou três explicações que me parecem necessárias em virtude das solicitações que foram feitas na área da Agricultura e designadamente no relacionamento entre o Secretário Regional e a Associação Agrícola.

Como os senhores devem ter notado, aqueles que seguiram de perto esta questão, sabem que não me pronunciei até à demissão da Direcção da Associação Agrícola e só depois deles se terem demitido é que fiz alguns comentários, na medida em que pareceram necessários.

Devo dizer que não houve nenhum tratamento discriminatório em relação à Associação Agrícola da Ilha do Faial, mas sim o procedimento que é habitual para

com todas as associações agrícolas, como já tive oportunidade de explicar ao Conselho de Ilha.

De resto, o que foi anunciado foi que se fosse preciso o Conselho de Ilha convocar uma reunião com o Secretário Regional para ouvir a Direcção da Associação Agrícola do Faial, quando eu próprio fiz diligências para que a Direcção desta Associação reunisse comigo, esta não quis.

Portanto, eu não achei que fosse uma coisa estranha o Conselho de Ilha convocar o Secretário Regional para reunir com a Direcção da Associação Agrícola, mas foi a primeira vez que uma Associação Agrícola, para reunir com o Secretário Regional da Agricultura, se dirigiu ao Conselho de Ilha.

Em todas as outras ilhas, com todas as outras associações de jovens, de adultos ou outras quaisquer, nunca houve nem há nenhum problema de relacionamento com o Secretário Regional.

Na reunião do Conselho de Ilha tive oportunidade de dizer à Associação Agrícola que o tratamento diferenciado que a Associação Agrícola da Ilha do Faial tinha recebido, relativamente a todas as outras associações, foi de tal modo que, quer em termos relativos, quer em termos absolutos, o apoio que a Associação Agrícola tinha recebido foi superior, repito, quer em termos relativos, quer em termos absolutos, a qualquer outra associação dos Açores.

Portanto, no ano anterior a Associação Agrícola da Ilha do Faial foi a que recebeu mais apoios, porque tinha a situação duma dívida concreta relativa a um bem concreto, que foi compreendido e foi possível ultrapassar.

As questões que foram acordadas no Conselho de Ilha tiveram um tratamento normal na situação concreta, ou seja, aquilo que foi prometido fazer foi feito e eu pensei que tudo se ia resolver.

A própria Direcção da Associação Agrícola finalmente mandou-me um fax a pedir uma reunião. Eu marquei a reunião e no dia seguinte cancelaram-na e demitiram-se através dos órgãos de comunicação social.

Foi este o processo tão simples que ocorreu, mas isto acontece e não me parece que isto seja um facto completamente estranho na vida das associações e das entidades. Isto acontece e, portanto, é com naturalidade que encaro a situação.

Amanhã ou depois de amanhã ocorrerão eleições na Associação Agrícola da Ilha do Faial e, naturalmente, serão eleitos outros órgãos sociais.

Portanto, a vida continua e penso que os agricultores do Faial sentirão, naturalmente, sempre a protecção da sua associação, porque outras pessoas virão para cumprirem as funções de serviço público que todas as Associações Agrícolas nos Açores têm que cumprir, como parceiros indispensáveis no desenvolvimento deste sector.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira. Dispõe de três minutos.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Renato Leal, a prudência que o senhor tem em relação à questão do DOP e a fé que ainda tem em relação à nova Escola Secundária, é a prudência que eu tenho em relação à Escola Secundária e a fé que eu tenho em relação ao problema do DOP.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Por razões óbvias, o passado ensina-nos a ver nesta perspectiva.

Também uma questão lateral, mas que para mim é fundamental, é a constatação que o senhor faz de que, para si, o desenvolvimento harmonioso dos Açores não é importante, eu acho isso uma capitulação que não aceito e é a falta de ambição nesses aspectos que tem conduzido o Faial àquilo que é hoje,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... quer na Câmara, quer ao nível das instituições regionais.

É essa visão acomodada das coisas, é essa visão de que somos e havemos de ser sempre pequeninos que eu não aceito. É essa visão que é responsável pelos problemas profundos que temos hoje no Faial e que não há maneira de sair deles.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Sr. Secretário, quanto à nova Escola Secundária da Horta, naturalmente que eu registo a forma equilibrada como procurou transmitir aqui o problema actual da falta de verbas para a escola, mas devo-lhe dizer que não tenho mais razões para acreditar em si hoje do que tinha em 96, 97 e 98, quando foi dizendo que era sempre no ano a seguir que se faria a nova escola.

De facto, tenho historicamente fundadas dúvidas de que a boa vontade em relação à Escola Secundária seja, efectivamente, uma boa vontade.

Em relação à Biblioteca Pública, esta faz parte também da questão geral dos investimentos do Governo Regional no Faial, ou seja, estão todos muito preocupados, mas já vamos para 8 anos e a resolução dessas obras é aquilo que nós vemos.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Havemos de chegar lá.

O Orador: A fé é que nos salva, Sr. Secretário.

Quanto ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, gostaria de referir só dois ou três aspectos.

Penso que, de acordo com as informações que tenho, há aqui um pequeno lapso em que o senhor diz que se pronunciou só depois da demissão da Direcção da Associação. Eu penso que o senhor fez declarações antes da direcção se demitir, quando surgiu na comunicação social o problema dos salários em atraso, criticando de forma, talvez, não muito elegante, a Direcção da Associação, que aceleraram a demissão daquele órgão.

Por outro lado, o senhor refugia-se na questão das vezes que não se reuniu ou que deixou de se reunir com a Direcção da Associação, mas a versão que nós temos é de que se reuniram várias vezes, nomeadamente 12 vezes. Esta é a sua versão e nós temos a versão que nos foi dada pela Direcção, mas tive o cuidado, se o Sr. Secretário bem reparou, de dizer que, acima das questões pessoais que não são chamadas para aqui e não interessam, o que é fundamental é preservar a instituição e garantir-lhe a sua solvência económica e o seu futuro.

Por isso, Sr. Secretário, a questão que aqui colocou – e já não é a primeira vez que diz isso – dos apoios que a Associação de Agricultores do Faial tem recebido, era importante que o senhor especificasse que apoios são esses, porque há apoios ao funcionamento e há o apoio ao problema estrutural da Associação ou da Cooperativa, que é o problema do financiamento da construção da sua sede.

A verdade é que, quando se mistura tudo, as coisas não ficam bem claras e era preciso que o Sr. Secretário, quando diz que foram recebidos mais apoios, explicasse

se foram para o financiamento, para funcionamento ou se foi para o financiamento da construção da sede.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*): Eu disse que era para aquisição da sede.

Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Deputado.

O Orador: Concluo já, Sr. Presidente.

Mas, de qualquer maneira o que interessa é uma solução construtiva para este problema, de maneira que se salvaguardem as instituições e que o associativismo agrícola na ilha do Faial possa continuar com solvência económica. Esta situação e esta posição depende muito da postura e da boa vontade que a Secretaria Regional tenha em resolver, duma forma rápida, as questões que dela dependem, no apoio àquela Associação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Costa Pereira tentou usar palavras conhecidas para comparar realidades diferentes.

Eu espero que o Departamento de Oceanografia e Pescas venha a ter instalações tão boas, tão adaptadas às necessidades existentes, como, efectivamente, o projecto para a nova Escola Secundária da Horta vai ter.

Relativamente à prudência e às garantias de cada um, o tempo se encarregará de dizer qual de nós foi o mais afortunado, na medida em que as pressões que cada um vai fazendo são visíveis e são palpáveis.

Eu estive muito atento e sei o que é que o Sr. Secretário Regional da Educação disse e também sei o que é que o Sr. Presidente do Governo me disse a mim e a outros camaradas meus numa reunião, recentemente realizada nesta ilha, em que todos nós manifestámos abertamente o que é que pensávamos sobre esta matéria.

Portanto, estou perfeitamente à vontade com as informações que tenho e que posso considerar muito actualizadas, sobre esta matéria.

Continuarei a lutar para que ela, de facto, tenha o seu início ainda nesta legislatura. Tenho a certeza de que não é matéria tão fácil como muitas outras, das quais por

vezes falamos, mesmo em relação à Ilha do Faial, mas continuo a acreditar que isso ainda vai ser possível.

Relativamente à ambição ou falta dela, Sr. Deputado Costa Pereira, eu peço desculpa se disse que era contra o desenvolvimento harmónico da Região, porque não queria dizer isso, mas queria dizer, sim, e agora falando bom português, que o desenvolvimento dito harmónico por políticos doutras décadas, foi treta, porque não foi harmónico. Se tivesse efectivamente sido harmónico, não teria havido por todas essas ilhas dos Açores o descontentamento que há, nem se ouvia dizer hoje coisas muito graves, designadamente na Ilha de S. Miguel e vê-las publicadas em órgãos de comunicação social, tais como: “S. Miguel não está para continuar a andar com as outras ilhas às costas”. Eu penso que li isto algures num dos OCS que se publica em S. Miguel.

Em relação à ambição, Sr. Deputado Costa Pereira, eu tenho muito orgulho nos pontos de vista que tenho defendido e na obra que, nalguns sítios por onde passei, consegui deixar.

No dia 2 de Janeiro de 1990, da parte da tarde, executando fielmente uma ordem do quartel general do PPD, da Cônsul Dabney, em que o Renato Leal foi empossado como Presidente da Câmara da Horta e que não teve direito a usar da palavra – deve ter sido inédito em qualquer outro município, no início dos anos 90 – o Presidente da Assembleia que me empossou referiu como obra do meu antecessor, que lá esteve durante 7 anos, a muralha da Praia do Almoxarife.

Com licença.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu não disponho de mais tempo, mas vou gastar um minuto, porque como deputado eleito por esta ilha há uma coisa que queria deixar dita com toda a clareza.

Eu não partilho nem da fé, nem da prudência que alternadamente ilumina ou afecta os Srs. Deputados dos dois maiores partidos regionais e que representam esta ilha.

Eu acredito, sim, na determinação que tem havido no sentido de se conseguir para esta ilha, e que toca todos os quadrantes políticos, aquilo que tem sido negado nos últimos anos.

Gostava de lembrar que durante os anos 90, antes de 96 e depois de 96, efectivamente, a Ilha do Faial foi profundamente marginalizada no que respeita a investimento público regional, em questões absolutamente estratégicas.

Não tenho nenhuma razão para me agarrar à fé de uns ou à prudência de outros.

Tenho toda a razão para continuar determinadamente, como tenho procurado fazer, a lutar para que esta ilha possa, como as restantes, ver satisfeitas as suas necessidades imperiosas, estratégicas e absolutamente estruturantes.

É neste sentido que vou continuar a minha acção política.

Era isto que queria dizer a esta Câmara.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Renato Leal, o senhor continua a usar termos como “vai lutar”, “acredita”, “vai ser possível” e diz que teve uma reunião com o Sr. Presidente do Governo que o confortou, mas o mesmo Presidente do Governo que o confortou numa reunião de socialistas, é o mesmo que em 1997 dizia que a escola e o complexo desportivo da Horta custam um milhão e meio de contos e que a obra começa em 98.

É o mesmo Presidente do Governo que em 98 disse que os planos que aprovamos (estava a referir-se ao Governo) são planos para valer.

Ora imagine que, no resto da Administração Pública, se aquilo que o Sr. Presidente diz é assim tão certo como isso, estamos bem servidos.

Quanto à questão do desenvolvimento harmonioso de outras épocas, como disse o Sr. Deputado Renato Leal, se foi treta no que diz respeito ao Faial, eu não tenho adjectivos para dizer o que é hoje.

Digo-lhe mais.

Se o Faial, a partir de uma determinada altura, teve um decréscimo na sua importância a nível regional e vem dizer que o desenvolvimento harmonioso dos Açores foi uma treta, é um adjectivo que eu nem sequer comento.

Quanto ao Sr. Deputado José Decq Mota, por razões, naturalmente, políticas e estratégicas, teve agora uma pequena amnésia que foi dizer que antes de 96 foi uma desgraça com o PSD e depois de 96 foi uma desgraça com o PS. Ora, essa amnésia que o senhor teve, é generalizar os tempos antes de 96, porque o Sr. Deputado sabe perfeitamente, se quiser ser correcto, que o desenvolvimento harmonioso e integral dos Açores, no qual o Faial esteve incluído e todas as outras ilhas numa maneira geral, foi um objectivo...

Deputado José Decq Mota (PCP): Anos 90, anos 96.

O Orador: ... que foi perseguido, procurado, cumprido e pelo qual os faialenses se empenharam e isso é uma realidade indesmentível.

Não é agora por razões estratégicas de alinhamento para as próximas eleições que esta realidade pode ser descurada.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

Deputado José Decq Mota (PCP): Apenas registei uma verdade histórica.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito rapidamente para dizer que em 1998 ocorreu o terramoto.

O Sr. Deputado Costa Pereira também deve saber que, por exemplo, em 1996 foram asfaltadas algumas estradas que não estavam no caderno de encargos nem no primeiro concurso.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Deputado, em que é que estamos a falar?

O Orador: Estamos a falar da nossa ilha.

Relativamente à Escola Secundária da Horta, eu quero reafirmar que continuo convicto de que da parte do Governo Regional tudo será feito para que, de facto, no próximo ano nós possamos assistir todos ao início desta nova construção.

Em relação a investimentos que não são feitos no Faial, Sr. Deputado Costa Pereira, eu gostaria de lhe lembrar que, no que diz respeito a um investimento, que eu considero dos mais importantes para esta ilha, foi na vigência deste Governo que ele foi feito, designadamente tudo o quanto foi feito no Porto da Horta e a ampliação da Marina com a construção da bacia Sul.

Também gostaria de lembrar tudo quanto tem sido feito na área da saúde, designadamente no Centro de Saúde e mais concretamente no Hospital da Horta, e na área da solidariedade social.

Quero destacar também a obra da Igreja do Carmo, que vinha há mais de uma década prometida.

Efectivamente têm sido feitas obras nesta terra.

O Sr. Deputado pertence ao grupo daqueles que, se fazendo umas, não se fala mais dessas e vamos falar de outras.

É obvio que todos nós gostaríamos de ter mais obras feitas na nossa terra. Não ouço nenhum deputado de ilha nenhuma deixar, seja de que partido for, de expressar vontade de que outros investimentos, pelos quais eles ainda lutam, já estivessem concluídos.

Sr. Deputado, devo dizer-lhe que sou daqueles que acredita que muito tem sido feito nesta ilha do Faial e acredito que ainda muito mais deverá ser feito nos próximos tempos.

Deputados José San-Bento e Lizuarte Machado (PS): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Renato Leal, lamento ouvi-lo, de viva voz, dizer e invocar a reconstrução para aquilo que não se fez no Faial...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não foi isso que foi dito.

O Orador: ... e lamento, porque o Sr. Presidente do Governo, em primeiro lugar, disse em 1998, depois do sismo, que o investimento do Governo no Faial não seria prejudicado pela reconstrução.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): E não foi!

O Orador: Ao fim destes anos todos e de todos os investimentos que foram prometidos e que não foram feitos, o Partido Socialista, há cerca de dois meses, fez um comunicado a dizer que esses investimentos não eram feitos, porque primeiro estava a reconstrução.

Sr. Deputado, acerca disso e daquilo que isso significa, estamos os dois conversados e os faialenses estão entendidos.

E mais:

Aquilo que o senhor disse agora põe em causa o Sr. Secretário da Educação. Pois, se não se fazia depois da reconstrução, porque a reconstrução absorvia todo o dinheiro, então por que é que o Sr. Secretário em 2000, quando a reconstrução já ia no segundo ano, dizia assim: “Na pior das hipóteses, as obras da nova escola começarão no início de 2001”. Então se não havia dinheiro, por que é que ele diz isso?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quem disse isso foi irresponsável.

Secretário Regional da Habitação Equipamentos (José Contente): Irresponsável foram os senhores que votaram na Assembleia da República contra o apoio para a reconstrução.

O Orador: Há mais:

Em 2001 o Sr. Secretário da Educação dizia: “As obras da nova escola terão início em 2003, com expressão financeira em 2004”. Se não havia dinheiro por que é que o Sr. Secretário disse que ia começar em 2003?

Em 2002 ele diz que as obras vão começar em 2003, com o empenho do Sr. Presidente do Governo. Se não havia dinheiro nem para a reconstrução por que é que fizeram estas promessas? Não é para enganar os faialenses? Obviamente que todos já perceberam isso e o senhor, no próximo ano, vai ver o resultado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Costa Pereira veio dizer que eu tinha dito aquilo que eu não disse e que o senhor, talvez, gostasse de ter dito na sua intervenção, mas que não quis dizer, porque essa depois é a que é distribuída pelos militantes.

O senhor tem o privilégio de alguns OCS locais o tratarem com mais carinho do que me tratam a mim, mas esse é um problema que não me tira o sono.

Eu queria dizer ao Sr. Deputado Costa Pereira o seguinte:

Penso que o senhor também já terá desempenhado algumas funções executivas e terá percebido que por vezes nos surgem dificuldades com as quais não contamos.

Se há aspectos que aqui nos Açores, para grande surpresa de muita gente, continuama existir, são os preços praticados na construção civil e basta ver que diversos concursos têm sido por vezes anulados, porque os preços base ficam muito abaixo das propostas mais baixas apresentadas.

O Sr. Deputado Costa Pereira, pelos vistos, está muito bem documentado e quando não está – suponho que os meus olhos não me enganam – há alguém que o municia da documentação apropriada para o tempo azado...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Trabalhamos em equipa.

O Orador: ... e, portanto, tem tido a possibilidade de falar de obras que foram efectivamente prometidas e que por uma razão ou outra, penso que sempre devidamente justificadas nesta Câmara, não se puderam iniciar.

Se o Sr. Deputado me dissesse que a nova Escola da Horta não está sendo construída e que em relação a novas construções escolares o Governo da responsabilidade do Partido Socialista não está fazendo rigorosamente nada em nenhuma ilha dos Açores, eu, na minha qualidade de professor, ficaria extremamente preocupado, mas isso não corresponde à realidade.

O governo da responsabilidade do Partido Socialista tem, efectivamente, construído novas edificações escolares, algumas das quais têm, infelizmente, vindo a custar mais do que aquilo que estava previsto.

Quando fui confrontado com situações em que começamos e não pagamos ou quando começarmos é para, efectivamente, honrarmos os compromissos, eu tenho que ir por essa segunda opção. Não há desenvolvimento nos Açores quando os pagamentos não são feitos de forma atempada.

Sobre a reconstrução, não falei dela, justifiquei-me apenas com o sismo de 98 e, portanto, são duas situações completamente diferentes: ao sismo chamei terramoto e à reconstrução foi trabalho que foi executado e continua, em consequência desse terramoto. Não entrei por aí, por diversas razões, e por aqui me fico.

Muito obrigado.

Deputado José Decq Mota (PCP): Um dia destes vamos entrar na reconstrução.

Presidente: Parecendo não haver mais intervenções sobre esta questão, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Sras. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No Período Legislativo do passado mês de Maio coloquei aqui um problema que afligiu a população florentina – o atraso da correspondência que levou 15 dias para chegar do Faial às Flores. A Direcção Comercial dos Açores dos CTT, através do seu Director, fez-me o favor de dar conta das diversas razões daquele atraso, entre as quais alguns dias feriados e cancelamentos de voos. Mas também uma das causas dos atrasos foi o facto de, e cito: “nos voos efectuados em 8, 9, 10, 13 e 15 de Abril a SATA não transportou correspondência, por alegada falta de capacidade”. Em suma, de 8 a 15 de Abril a SATA não transportou correspondência da Horta para a Flores.

Para uma Empresa Pública que presta um conjunto de serviços públicos é uma situação bastante anómala. Mas, se a SATA apenas tivesse esta anomalia em relação às Flores, quase passaria despercebida. Só que, infelizmente, existem outras anomalias, algumas das quais não queremos deixar de referir.

Um passageiro que pretenda viajar da Terceira para as Flores de modo a chegar ao seu destino no sábado, só o pode fazer viajando na sexta à tarde ou à noite da Terceira para Ponta Delgada, para que no sábado possa viajar para as Flores, porque nesse dia a SATA sai da Horta para as Flores às 10h40m e o voo que sai da Terceira para a Horta chega à Horta às 11h10m. Ou seja, por 30 minutos os passageiros que pretendam deslocar-se da Terceira para as Flores não o podem fazer.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): *Muito bem!*

O Orador: Também não se compreende que a SATA apenas programe voos aos domingos para as Flores nos meses de Julho e Agosto. Continuamos a defender que as Flores devem ter voos todos os dias da semana incluindo aos domingos.

Ontem, neste Plenário, congratulámo-nos com a subida do Boavista das Flores à Série Açores do Campeonato Nacional de Futebol da 3ª Divisão e este facto deve ser tido em conta na programação futura dos voos da SATA de e para as Flores. Todos

sabemos que os jogos normalmente se realizam aos domingos. Os adeptos dos clubes que jogam com o Boavista e que desejem ir apoiar a sua equipa têm o direito de se poderem deslocar às Flores no próprio dia do jogo e regressarem nesse dia ou na manhã seguinte; do mesmo modo os apoiantes do Boavista têm o direito de se deslocarem para fora da ilha no próprio dia do jogo e regressarem na manhã seguinte. A SATA não pode, nem deve comportar-se como se nada tivesse acontecido. Estamos habituados a verificar que, embora em algumas ilhas sejam inauguradas infra-estruturas turística, a oferta em transportes aéreos continua como se nada tivesse acontecido. Agora, em relação às Flores e à subida do Boavista à 3ª Divisão, isso não pode nem deve acontecer. A SATA tem o dever de programar os voos de e para as Flores já a partir de Setembro, tendo em conta o facto de haver mais procura aos fins de semana em função dos jogos de futebol que de 15 em 15 dias se vão realizar na Ilha das Flores e da movimentação que de 15 em 15 dias vai existir em função da saída da equipa das Flores para jogar noutra Ilha.

Deputado José Decq Mota (PCP): *Muito bem!*

O Orador: Temos consciência da lentidão com que a SATA modifica as suas rotinas, mas é fundamental que a tutela exerça as suas competências em relação àquela empresa pública. Mas caberá a esta empresa, numa simples óptica de mercado, aperceber-se que a procura de voos aos fins de semana para as Flores vai crescer.

Deputado José Decq Mota (PCP): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Como sempre a sua intervenção mereceu-me a atenção devida que, aliás, é uma espécie de sequela do filme iniciado no plenário anterior com o problema da carta que não chegou a Garcia, mais concretamente, neste caso, à Ilha das Flores.

Eu tenho aqui os números e é evidente o que se passou. É muito mau que numa semana, do ano da graça de 2003, tenha havido um problema com correspondência nas Flores. Isso é mau e gostaríamos que nunca acontecessem certas situações que, infelizmente, acontecem na nossa Região, mas são inevitabilidades que resultam da

própria circunstância de vivermos nos Açores e parte de nós, açorianos, vivermos nas ilhas do Ocidente e mais concretamente na Ilha das Flores.

Senão vejamos:

O dia 8 é precisamente na semana do plenário, 11 e 12 não estão referidos, que foram aqueles dias daquele temporal tremendo que assolou os Açores e que deixou no chão todos os aviões da SATA-Air-Açores e alguns da SATA Internacional.

Isto significa que uma circunstância anómala levou a que durante dois dias a frota da SATA estivesse retida no chão, o que levou a que SATA-Air-Açores, quando as condições atmosféricas o permitiram, tivesse que reprogramar todo o seu programa de voos e tivesse que dar prioridade absoluta à colocação dos passageiros nos seus destinos.

É natural que não se consegue resolver tudo e quando isso acontece, não se consegue fazer 48 versões cargueiro, porque tem que se utilizar a disponibilidade máxima no transporte de passageiros e como não é possível, digamos, atrelar a carga ao avião, alguma tem que se perder.

Portanto, quero dizer que não entendo também a questão dos 15 dias, uma vez que, de acordo com os números que a SATA indicou, a partir dos 15 dias não houve mais problemas e a partir do dia 16, certamente que a correspondência retida foi conduzida ao seu destino. Agora, como é que ela foi distribuída no destino, essa é outra questão.

Isto não iliba eventualmente a SATA e nomeadamente a escala da Horta de, por vezes, ter um certo frenezim em retirar os aviões do chão.

Também é verdade, e isso já foi denunciado, que muitas vezes fica alguma carga atrás, porque não se quer pagar placa à empresa que gere o aeroporto.

De qualquer modo, julgo que é importante, e não se tire daqui a ilação de que não consideramos importante esta questão e não deve ser empolada em demasia. É uma questão perfeitamente circunstancial e delimitada no tempo, mas há que garantir que, na generalidade, e penso que isso tem vindo a acontecer, não aconteçam atrasos e, quer uma empresa, quer outra, dêem a resposta adequada aos açorianos, e no caso particular, que foi aqui focado, aos florentinos.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colegas do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Eu ouvi com muita atenção a sua intervenção que, aliás, foi feita no seguimento de uma intervenção do plenário de Maio e gostava também de alertar para aquilo que o Sr. Secretário da Economia teve oportunidade de responder em Maio sobre essa matéria, dizendo que se deveu efectivamente a uma situação casual, que seria repostada, e penso que o foi.

Tal como disse há pouco o Sr. Deputado Herberto Rosa, as coisas não podem ser todas resolvidas de uma só vez e, portanto, houve um atraso na chegada da correspondência, mas em detrimento disso as pessoas foram transportadas a tempo para a sua ilha.

De qualquer forma penso que trouxe aqui uma questão que é nova, que decorre da subida de divisão do Boavista e que faz algum sentido aproximar.

Não lhe posso, até porque não conheço, dar os horários que a SATA pratica para as Flores, mas posso, e vou fazê-lo com certeza, transmitir ao meu colega essas preocupações no sentido de um reajustamento dos horários de voos da SATA e terá depois, com toda a certeza, uma resposta acerca dessa matéria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

Os meus agradecimentos pelo facto de levar em conta e de afirmar que transmitirá ao Sr. Secretário responsável por estas matérias o conjunto de questões colocadas, porque, efectivamente, a minha intenção é exactamente dar um contributo no sentido de que as situações que aqui coloquei se possam resolver a bem da população da Ilha onde vivo.

Sr. Deputado Herberto Rosa, eu considero que efectivamente estas são situações, em relação às Flores, pontuais, mas diga-se de passagem que em relação às Flores e no serviço que nos é prestado pela SATA tem havido um conjunto de situações pontuais que é meu dever de consciência não deixar passar, porque se deixar passar esta, amanhã aparecerá outra, etc. etc..

Portanto, entendo que é aqui no plenário da Assembleia que se deve chamar a atenção para estas situações para que elas sejam repostas.

E mais:

Entendi ser meu dever de consciência trazer este assunto aqui, porque no mês passado julgava que fundamentalmente eram os CTT os culpados por esse problema. Perante um ofício recebido da Direcção-Geral dos CTT vejo que há outros, que na altura não referi por não saber, que têm responsabilidades e entendi ser meu dever chamar aqui à atenção para os outros que eu próprio não tinha referido e que também tenho responsabilidades.

(Neste momento o Sr. Presidente é substituído na Mesa pelo Sr. Vice-Presidente, Deputado Bento Barcelos)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretário Regional:

Este é assunto que só nos pode unir e não dividir.

A única questão que eu pretendia deixar expressa era a seguinte:

Temos que precisar as coisas e não podemos transformar situações que, sendo desagradáveis, são pontuais numa prática comum ou numa situação de calamidade pública. Sei que não foi isto que o Sr. Deputado Paulo Valadão quis deixar patente e a sua segunda intervenção permitiu clarificá-la melhor.

Apenas peço a palavra para deixar expresso uma posição que tem a ver com a situação nova que resulta da subida de uma equipa das Flores, concretamente o Boavista Sport Clube, às competições nacionais em futebol, nomeadamente a Série Açores.

Eu deixei ontem expresso que, aquando da discussão dos votos, e julgo que é a posição do Grupo Parlamentar do PS, com esta nova realidade abrem-se e surgem novos desafios para o Clube, para o Concelho e para a ilha onde estão inseridos os

seus agentes económicos, as suas autarquias, mas também para a Administração Regional. Esta é uma das questões de primeira linha e que tem a ver com as acessibilidades que têm de ser feitas através de transporte aéreo.

Mas, também existem algumas condicionantes, porque as equipas, por norma, deslocam-se na véspera do dia em que se realizam as competições, por uma questão de adaptação ao relvado e ao papel que os treinadores desempenham. Também há quem passe mal de viagem e necessita de algum tempo de recuperação, etc., etc..

Portanto, isto de se pretender que os atletas vão num dia e voltem nesse mesmo dia, isso não pode ser, como é óbvio.

Outra coisa são os apoiantes e aqui também temos que ver dois ângulos: eu não sei se, ao terem conhecimento da sua intervenção, Sr. Deputado Paulo Valadão, todos os florentinos vão concordar consigo, nomeadamente aqueles que podem tirar alguma mais valia deste facto e mais concretamente a hotelaria e a restauração.

De qualquer modo é a sua posição e eu respeito-a, mas neste momento não me sinto suficientemente seguro para advogar por inteiro a posição de V. Exa..

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Sr. Deputado Herberto Rosa coloca aqui um problema que eu prepositadamente já tinha colocado e fi-lo porque sei que ele é sensível nas Flores, sei que há pessoas com diversas opiniões e tenho a minha posição perfeitamente clara.

Uma coisa são as equipas irem mais cedo, porque têm que se adaptar às condições da ilha, etc.. Nesse aspecto estamos todos de acordo.

Agora há uma outra questão, que são os adeptos das equipas e aqui, ou há oferta de transporte para os apoiantes da equipa e eles vão ver o jogo, ou não há oferta de transporte e eles não vão.

Se disserem às pessoas que a única hipótese que têm é irem na Quinta ou na Sexta para regressaremna Segunda ou na Terça, é evidente que eles não vão lá.

Todos nós sabemos que o Santa Clara que, infelizmente, saiu do campeonato da 1ª Divisão, mas enquanto lá esteve, nesta época que agora termina, os seus adeptos

tiveram sempre oportunidade de sair de Ponta Delgada na manhã do dia do jogo e regressar na mesma noite, permitindo às pessoas que trabalham não se ausentarem por muito tempo.

Portanto, se tiverem oferta de transporte para irem ver o jogo e voltarem, é evidente que vão. Se não tiverem essa oferta de transporte pura e simplesmente não vão lá.

Nós pensamos que devem ser criadas todas as condições para aqueles que quiserem ir alguns dias, poderem fazê-lo, mas também para aqueles que só querem ir ver o jogo, o possam fazer.

Da mesma maneira deverá acontecer com os florentinos que tiverem a oportunidade e a possibilidade de saírem das Flores apenas para verem o jogo, também lhes seja dada essa oferta de transporte.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta matéria penso que está tudo dito, mas quero muito rapidamente, Sr. Deputado Paulo Valadão, porque não resisto, deixar o seguinte voto: antes de tudo o resto, o que pretendemos é que se consiga entrar e se consiga sair.

O meu problema é como é que a 27 de Novembro se vai realizar um jogo entre uma equipa de S. Jorge e uma equipa das Flores. Espero que se realize e corra tudo bem.

Mas antes de estarmos já a elaborar sobre esses cenários de quem se desloca e quem não se desloca, julgo que neste momento o que é preciso é assegurar que se faça a competição desportiva. Eu estou esperançado, e espero que o S. Pedro também ajude, mas nós temos também uma realidade de imediato, em função deste novo cenário, que é positivo e que nós abraçamos com as duas mãos, mas os primeiros desafios estão ainda a montante desse problema, ou seja, estão no possibilitar a competição e a actividade desportiva, no haver ou não transporte que permita que as equipas se desloquem e regressem nos dias certos e façam os seus jogos.

É preciso que não nos esqueçamos que os nossos aviões apenas dispõem de 64 lugares e uma equipa de futebol é constituída por 21 elementos, mais os árbitros o que dá 24.

Estamos aqui a falar duma disponibilidade efectiva que obviamente deverá ser reforçada sempre que necessário, mas sejamos realistas, Sr. Deputado.

Era bom que assim fosse, era bom que tivéssemos excursões maciças de açorianos, mas o que acontece muitas vezes em jogos feitos em casa é vermos meia dúzia de pessoas. Vejamos em que realidade e que competição é que nós temos.

O Sr. Deputado tem que ter a razoabilidade de não pretender, neste momento, reivindicar um aparato que, infelizmente, a realidade e a verdade, que nós conhecemos demonstra o contrário.

Que se exija da Administração Regional, nomeadamente dos responsáveis pelos transportes aéreos que tenha disponibilidade, que se apresente com a capacidade de realizar voos extraordinários para dar resposta a fluxos pontuais, que esteja preparada e que tenha isso em consideração, muito bem, agora programar voos regulares na expectativa de que vai haver um encontro de futebol, que depois vão mais atletas do que espectadores, parece-nos que não se justifica, porque não somos uma região rica, nem nos parece que estejamos a caminhar para aí.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós não referimos que o novo boing da SATA, o “Autonomia” vá às Flores. Não falámos nisso. O que nós falámos foi nos voos normais que são efectuados pelo ATP e pelo Dornier e todos nós sabemos qual é a capacidade dos aviões que nos servem.

É evidente que eu, pessoalmente, estou convicto que se houver oferta dos voos normais que nós temos para que uma equipa qualquer de S. Miguel ou da Terceira vá às Flores com adeptos, isso poderá ser rentável.

Mais:

Quando há anos o Aeroporto da Ilha das Flores ficou em condições de ter voos comerciais, dizia-se que um voo por semana era muito, porque não havia ocupação para esse voo. Nós hoje o que reivindicamos é um voo todos os dias, incluindo os Domingos, porque os voos de Segunda a Sábado, na grande maioria dos dias, estão ocupados. Felizmente já temos em alguns dias três voos com uma ocupação válida.

Portanto, o que se está aqui a opinar é que se dê condições para que as pessoas que queiram ir às Flores tenham disponibilidade de voos regulares para que o possam fazer. Estamos convictos que isso vai acontecer se se dispuser de voos programados para que as pessoas possam utilizá-los.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este é um tema aliciante, porque não envolve apenas, como podia parecer, os interesses e as preocupações dos nossos ilustres colegas deputados pela Ilha das Flores, no que respeita à questão dos transportes.

A oportunidade que resulta do tema aqui colocado pelo Deputado Paulo Valadão, que tem a ver com o problema, permanente das acessibilidades às Flores, que não é novo, porque esta Assembleia desde há muitos anos que coloca a questão da Ilha das Flores ser servida diariamente por transportes aéreos e agora com esta particularidade, durante um longo período do ano, da equipa de futebol das Flores participar na Série Açores do Campeonato da III Divisão, vem obrigar – e talvez seja um bom motivo – a repensar as Flores no quadro do serviço público de transporte aéreo.

Por tudo isto, talvez os florentinos fiquem a dever ao Boavista Futebol Clube a introdução das Flores em pé de igualdade com as restantes ilhas dos Açores.

Apraz-me registar a declaração que a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência ainda há pouco fez no sentido de veicular, junto do responsável regional, as preocupações que estão a ser transmitidas neste plenário.

É óbvio que alguma coisa tem que mudar, independentemente das expectativas serem altas, médias ou baixas sobre o que vai acontecer e, portanto, a partir de Setembro ou mesmo antes a Ilha das Flores tem que passar a ser servida, pelo menos ao sábado, com um voo que seja acessível aos utilizadores do Aeroporto das Lajes. Isto é inevitável sob pena da SATA e o Governo Regional inviabilizarem o funcionamento da III Divisão, Série Açores.

Portanto, as questões colocadas aqui pelo Sr. Deputado Paulo Valadão foram questões muito concretas e nós devemos ater sobre pormenores que, se forem

resolvidos, alteram particularmente a qualidade de vida das pessoas e dou como exemplo o seguinte: de forma inadmissível há uma ligação ao sábado entre Ponta Delgada, Horta e Flores, que está, também por outras razões, inclusive na história da aviação Civil dos Açores, e é indispensável que haja um toque no Aeroporto das Lajes para servir, não só os utentes da Ilha Terceira como aqueles que utilizam este Aeroporto a caminho do destino Flores. Esta é a primeira questão que é inevitável.

A outra questão tem a ver com a alteração do horário de saída da Horta em 30 minutos, fazendo com que um voo Terceira/Horta depois permita aceder ao voo Horta/Flores.

Isto são questões muito simples e é estranho que isto já não tenha sido resolvido no passado, porque quem faz os horários sabe perfeitamente que está cometendo essas faltas de articulação.

Há ainda uma outra questão que tem que ser vista e que é a seguinte: todos sabemos que a entrada da equipa das Flores na III Divisão, Série Açores, que nós, Grupo Parlamentar do CDS/PP, também nos congratulamos, através de um voto por nós apresentado, vai trazer um problema à Série Açores, fruto da realidade regional, em que vai haver imensos jogos cancelados e imensos problemas em relação às equipas que se deslocam às Flores e em relação aos florentinos que têm de se deslocar às outras ilhas.

Presidente: Sr. Deputado, agradeia que concluísse.

O Orador: Termina já Sr. Presidente, mas dado o interesse da matéria, peço a sua compreensão.

Portanto, vai ter que ser equacionado um voo, eventualmente, ao Domingo e um voo logo na Segunda-Feira de manhã. Isto é o mínimo que se pode fazer.

Em relação aos cancelamentos isso será a ordem natural das coisas e os empresários florentinos rezem para que haja cancelamentos para poderem aumentar a sua capacidade de frequência, mas isto é outra questão.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimentos, dou a palavra à Sra. Deputado Nélia Amaral para uma intervenção.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Escolas exclusivas para alguns privilegiados; escolas especiais para crianças deficientes; escolas regulares para o aluno médio; escolas deficientes, incapazes de dar resposta às crianças excepcionais; ou escolas inclusivas, com uma pedagogia diferenciada, e que se assumem como responsáveis pela educação de todas as crianças da comunidade onde se inserem, independentemente das suas características individuais, familiares ou sociais.

Que escola temos? E que escola queremos?

Para nós, a resposta a estas questões é simples, clara e inequívoca.

A educação nos Açores é responsabilidade da Escola quer se trate de uma criança rica ou pobre; bem comportada ou indisciplinada; cigana; imigrante; sobredotada; portadora de deficiência; morena ou loira e de olhos azuis.

As características individuais, familiares, culturais ou sociais da criança em nada inibem o seu direito à educação, nem tão pouco isentam a escola da responsabilidade de garantia desse mesmo direito.

No entanto, em pleno séc. XXI, esta não é, ainda, matéria consensual.

Continua a haver quem, de forma mais ou menos explícita, insista em defender a segregação, recorrendo a velhos argumentos como a necessidade de proteger as crianças portadoras de deficiência do convívio com os seus pares (típico da era das grandes instituições de cariz predominantemente assistencial); a concentração na “falta de condições” verificada nas escolas regulares, associada à proclamação das supostas virtudes das escolas especiais (baseado num modelo médico que assumia a deficiência como aspecto definidor da identidade da criança, centrando o problema exclusivamente nela) ou, mais grave ainda, a necessidade de proteger as crianças ditas normais do convívio com os seus pares diferentes (típico do início do século passado).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Cada um destes modelos representou uma etapa no nosso desenvolvimento político e social, devendo ser, hoje, entendidos apenas como tal. Não pretendo ignorá-los nem tão pouco o impacto que terão tido na sua época própria. Não é contudo aceitável que se persista, actualmente, na defesa de qualquer um deles, pretendendo ressuscitá-los, comprovada que está a sua ineficácia.

Sabemos hoje que as crianças portadoras de deficiência são capazes de aprender;

Sabemos também que essa aprendizagem não se processa de igual forma, mesmo em duas crianças com diagnósticos idênticos;

Sabemos ainda que as escolas especiais, tanto ao nível regional como nacional e internacional, não foram mais eficazes na educação de crianças com deficiência do que as escolas regulares;

E sabemos sobretudo que, as incapacidades e desvantagens provocadas por qualquer tipo de deficiência depende não só das características individuais da criança (nomeadamente o tipo e grau de deficiência) mas também das características do meio envolvente (família, comunidade e escola), bem como da qualidade da interacção que se estabelece entre estes.

Passamos assim de uma perspectiva assistencialista, para uma perspectiva médica, psico-social e mais recentemente para uma perspectiva sistémica, com as consequentes implicações ao nível das práticas educativas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

São abundantes os normativos legais comunitários, nacionais e regionais que reflectem esta mudança de perspectiva, defendendo claramente políticas e práticas que têm por base a defesa dos direitos humanos e o princípio da não discriminação.

Ao nível comunitário gostaria de chamar a vossa atenção para 3 exemplos.

Na década de 70 publicava-se a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, proclamada pela Assembleia Geral da ONU na sua Resolução 3447 de 9 de Dezembro de 1975. Basta atendermos à terminologia utilizada no título que lhe foi

atribuído para verificamos que ainda lhe está subjacente o modelo médico centrado na deficiência.

No entanto, na década de 90 a linguagem utilizada era já bem diferente, reflectindo um progresso em termos conceptuais que se pretendia traduzir para a prática. Em 1993 são publicadas as Regras Gerais sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, adoptadas pela Assembleia Geral da Nações Unidas na sua Resolução 48/96 de 20 de Dezembro. Já não se defendem direitos especiais para pessoas diferentes, mas sim que essas pessoas diferentes usufruam dos mesmos direitos que todos os outros.

Mais tarde, a Carta dos Direitos Fundamentais proclamada no Conselho Europeu de Nice em 7 de Dezembro de 2000 pelos Presidentes do Conselho, do Parlamento e da Comissão consagra a proibição da discriminação em razão da deficiência.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não nos deixemos tentar! Não se trata apenas de uma questão de terminologia, nem tão pouco da forma politicamente correcta de dizer a mesma coisa. Trata-se sim de um esforço para adequar o discurso por forma a reflectir um entendimento diferente do problema, e promover práticas ajustadas.

Ao nível nacional limitar-me-ei a fazer uma breve referência à Constituição da República Portuguesa, mais concretamente aos seus artigos 71º, 73º e 74º, para lembrar que, e cito:

- “Os cidadãos portadores de deficiência física ou mental gozam plenamente dos direitos ... consignados na Constituição”;
- “O Estado obriga-se a realizar uma política de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência ...”;
- “O Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação ...contribua para a igualdade de oportunidades, a superação de desigualdades ...”;

- “Todos têm direito ao ensino como garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar”; e que

- se actue por forma a “Inserir as escolas nas comunidades que servem e estabelecer a interligação do ensino e das actividades económicas, sociais e culturais”, bem como “ Promover e apoiar o acesso dos cidadãos portadores de deficiência ao ensino”.

Remeteria ainda para outra legislação publicada no sentido de operacionalizar esses mesmos direitos liberdades e garantias, em particular a Lei de Bases do Sistema Educativo, a Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, e o Decreto-Lei nº 319/91, de 23 de Agosto.

Assim, a prática passa a reger-se pelos princípios da Universalidade, Globalidade, Normalização, e Integração, ou seja: os serviços, neste caso as escolas, ficam obrigadas a encontrar formas adequadas de dar respostas a todos os seus utentes, incluindo a população com deficiência; de assegurar os diferentes apoios necessários, de forma sucessiva ou simultânea ao longo de todo o percurso educativo, optando sempre pelo menos restritivo; e que a aplicação e o desenvolvimento de todas as medidas relativas à educação de alunos com deficiência se deve realizar no sistema regular de ensino.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não nos podemos colocar no papel de espectadores em todo este processo. Este não é um percurso efectuado pelos outros. Não é uma realidade a que sejamos alheios, ou da qual tenhamos uma vivência significativamente diferente.

Também ao nível Regional se verificou esta evolução em termos conceptuais. E, apesar de alguma resistência, como é habitual em qualquer processo de mudança, as práticas têm vindo gradualmente a adaptar-se.

Também nos Açores se progrediu da exclusão, com uma total inexistência de apoios; ao internamento em instituições de cariz assistencial (normalmente as casas de saúde), cujo objectivo era proteger as crianças com deficiência e “treiná-las” na execução de tarefas manuais, no pressuposto de que era impossível educá-las; ao internamento noutras instituições consideradas especializadas para a sua educação (Centro de Educação Especial dos Açores), e mais recentemente à descentralização desses serviços especializados, ao progressivo incentivo da integração de alguns no ensino regular, mas sempre com o apoio especializado de especialistas externos (primeiro com o esforço de reorganização do Centro de Educação Especial dos Açores através da criação de delegações e núcleos nas diferentes ilhas e mais tarde com a sua substituição pelas escolas de Educação Especial); para finalmente se assumir a integração de todos e a disponibilização dos especialistas nas escolas regulares (sendo extintas as escolas especiais).

Considero justo salientar que, nos Açores, talvez pela pequena dimensão do meio, que facilita o conhecimento pessoal das situações, e pela qualidade e empenhamento dos profissionais envolvidos em todo este processo, muitas vezes, e ao contrário do que é normal, a prática se antecipou à legislação. À data da sua extinção o Centro de Educação Especial dos Açores possuía alguns anos de experiência na promoção da integração de crianças e jovens com deficiência nos diferentes graus de ensino, do pré-escolar à formação profissional; tinha vindo a reorganizar as suas práticas por forma a passar de uma intervenção centrada exclusivamente na criança para uma intervenção que envolvesse a família bem como outros recursos da comunidade; a devolver à escola a responsabilidade pela educação da totalidade das crianças com dificuldades de aprendizagem, com deficiência auditiva e visual, bem como de algumas crianças com deficiência motora e mental.

No entanto, este processo de integração das crianças com deficiência verificava-se apenas para alguns e dependia sempre da boa vontade da escola sendo a responsabilidade pelo percurso educativo desses alunos, nomeadamente o envolvimento dos pais e da comunidade e a organização e implementação dos apoios necessários, invariavelmente rejeitada pela escola.

Com a extinção das escolas de educação especial dá-se, na Região, mais um passo significativo no sentido de garantir a inclusão das crianças com deficiência no sistema regular de ensino, pondo-se em prática os princípios anteriormente referidos.

Mas, dizem alguns, as escolas não têm condições para receber esses alunos! E apontam as barreiras arquitectónicas, a falta de professores especializados, a falta de equipamento e material pedagógico, etc.

Perante este argumento questiono:

Será que as crianças é que têm que se adaptar à escola, ou é responsabilidade da escola organizar-se por forma a satisfazer as necessidades de todos os seus alunos?

Porque é que nós assumimos que todas as salas de aula têm de estar equipadas com mesas, cadeiras, quadros, etc., mas continuamos a considerar extraordinário que a escola (já não digo cada sala de aula) disponibilize um computador e impressora braille para o aluno cego que dispensa perfeitamente a existência do quadro na sala, ou a cadeira de rodas para o aluno com mobilidade severamente reduzida, para quem a mesa e cadeira de nada servem?

Porque é que continuamos a achar que um jovem que queira ser professor do primeiro ciclo precisa de aprender a ensinar, por exemplo Português e Matemática, mas não precisa de aprender a fazer uma adaptação curricular?

Porque é que continuamos a considerar que esse mesmo jovem, no seu percurso formativo, deve ser dotado de instrumentos que lhe permitam levar a cabo o desenvolvimento do currículo escolar normal, baseando-se exclusivamente numa intervenção directa com o aluno enquanto negligencia a aquisição de competências em áreas como o desenvolvimento de estratégias de intervenção familiar e de envolvimento da família e do meio no processo educativo, comprovada que está a mais valia que esse envolvimento traz ao sucesso educativo de todas as crianças e em particular das crianças portadoras de deficiência?

Porque é que até achamos interessante que uma criança do primeiro ciclo tenha aulas de Inglês, mas estranhemos a utilização de um qualquer sistema aumentativo de comunicação ou a presença de um intérprete de língua gestual?

Qual de nós considera que as nossas escolas reúnem as condições ideais para dar resposta às crianças ditas normais?

Provavelmente nenhum. Queremos sempre mais e melhor, e ainda bem que assim é.

No entanto nenhum de nós está disposto a aceitar que os nossos filhos, felizmente sem deficiência, não usufruam do direito à educação porque a escola não reúne as tais condições ideais. Ao invés pressionamos, e temos assistido a vários exemplos nesta Assembleia, para que a Escola evolua, se adapte e apetreche por forma a melhor cumprir a sua função.

Assim sendo, porque é que quando se trata de crianças portadoras de deficiência assumimos um critério diferente?

Em relação a elas estamos dispostos a aceitar que continuem a ser segregadas, que os seus direitos devem esperar até que a escola reúna as tais condições ideais, sabendo nós de antemão que, estando essas crianças ausentes da Escola, o investimento na criação dessas condições será a última das prioridades e, sabendo também, que, para alguns, essas condições só estarão reunidas quando as crianças surdas ouvirem, as cegas virem, as mudas falarem e as portadoras de deficiência motora andarem,

De facto muitos continuam a ter uma visão restritiva dos Direitos Humanos em relação às pessoas com deficiência e a pensar que a sua responsabilidade se limita a absterem-se de tomar medidas que tenham impacto negativo sobre estas pessoas, isentando-se de actuar por forma a garantir a sua efectiva promoção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na realidade, a nossa responsabilidade é muito maior.

Reconhecendo que a deficiência implica, necessariamente, aspectos de natureza pessoal mas também social e/ou ambiental, sendo que muitas das incapacidades e desvantagens por ela provocadas podem ser minoradas ou ampliadas em função da qualidade da interacção que se estabelece entre ambas, vemo-nos confrontados com a responsabilidade de aceitar as características da criança (muitas vezes imutáveis), intervir no meio ambiente por forma a minimizar as incapacidades e desvantagens provocadas pela deficiência, potenciando o pleno desenvolvimento das capacidades

da criança, e recrutar o apoio da família e da comunidade no processo educativo como forma de proporcionar à criança oportunidades de consolidação, generalização e aplicação das aprendizagens efectuadas no contexto escolar.

Permitam-me que exemplifique. É provável que uma criança com uma deficiência neuromotora grave sofra incapacidades ao nível da mobilidade e da comunicação. Não podemos, no entanto, centrar o problema exclusivamente na criança. Ela não está incapacitada de se movimentar e de comunicar apenas por causa da deficiência de que é portadora, mas também porque o meio onde se insere está repleto de barreiras arquitectónicas, e porque as pessoas com quem ela interage não foram capazes de encontrar um sistema de comunicação que lhe seja acessível. Construída a rampa, alargadas as portas, adaptada a casa de banho, adquirida a cadeira de rodas e acessível um meio de comunicação alternativo, a criança continua a ser portadora da mesma deficiência mas as incapacidades e desvantagens de que é vítima ficam drasticamente reduzidas.

É esta a real responsabilidade da escola.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Termino como comecei. Que Escola temos? E que Escola queremos?

Para afirmar que estamos a construir a escola inclusiva que indubitavelmente queremos.

Temos que assegurar a continuidade deste trabalho de “construção” que vem sendo desenvolvido nos Açores designadamente:

- Eliminar as barreiras arquitectónicas e atitudinais ainda persistem em algumas das nossas escolas;
- Enriquecer o currículo da formação inicial de docentes por forma a dotá-los de ferramentas e competências que lhes permitam fazer face aos desafios com que se deparam na sala de aula, e fora dela, de forma eficaz e com segurança;
- Proporcionar aos diferentes agentes educativos e sociais oportunidades de formação contínua relevante e consequente, por forma a habilitá-los para a utilização de estratégias de intervenção alternativas;

- Promover a formação contínua dos docentes especializados dotando-os de novas competências, nomeadamente no sentido de actuarem como consultores dos seus colegas sem especialização;
- Apoiar a aquisição de ajudas técnicas e equipamentos especiais de compensação, por forma a utilizar as novas tecnologias como instrumento de inclusão, evitando que contribuam para o surgimento de novas formas de exclusão; e
- Assegurar a divulgação sistemática do material pedagógico disponível no mercado, em particular daquele que seja de comprovada eficácia no trabalho com grupos específicos.

Em suma, temos que continuar a desenvolver todos os esforços no sentido de garantir que as crianças com deficiência deixem de ser “cidadãos invisíveis” para os assumirmos como cidadãos de pleno direito.

(Aplausos das bancadas do PS, PP, PCP, Governo e dos Srs. Deputados do PSD, José Manuel Bolieiro, Humberto Melo, Sérgio Ferreira e José Manuel Nunes).

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência da intervenção feita pela Sra. Deputada Nélia Amaral, eu gostaria de dizer que os princípios da escola inclusiva são aqueles que neste momento norteiam o funcionamento das nossas escolas, quer na sua prática diária, quer também no que diz respeito ao planeamento de todo o sistema educativo.

Esses são os princípios que estão na base da Carta Escolar que o Governo tem vindo a executar, que ao longo deste processo de integração passou pelas fases de extinção das escolas de educação especial, pela integração dos alunos que estavam nessas escolas, nas escolas do ensino regular, pela criação, em todas as unidades orgânicas do nosso sistema educativo, dos núcleos de educação especial que vão sendo,

paulatinamente, dotados dos recursos de que necessitam, quer em termos de docentes, quer dos apoios técnicos correspondentes.

Gostaria também de dizer a esta Câmara que neste momento está na fase final o processo de colocação nas escolas de mais 18 psicólogos, o que irá permitir, no arranque do próximo ano lectivo, que todas as escolas dos Açores, com a excepção do Corvo e do Topo que serão apoiados por outras escolas, tenham pelo menos um desses técnicos, o que vai permitir fazer uma serieção muito melhor dos alunos e uma melhor caracterização das situações de deficiência que vão sendo encontradas.

Por outro lado também, no âmbito dessa reestruturação que tem vindo a ser feita no sistema educativo e particularmente no âmbito da criação de melhores condições nas escolas, aliás, com o desiderato que foi aqui apontado pela Sra. Deputada, a Secretaria Regional da Educação tem vindo a apoiar um conjunto de cursos que visam criar professores especializados nessas áreas.

Neste momento existem 70 professores que já terminaram os seus cursos, outros 30 estão a fazê-lo. Esperemos que a partir do próximo ano lectivo já tenhamos, pelos menos, o grosso das necessidades coberto, em termos de pessoal docente especializado e que ao longo dos próximos 3, 4 ou 5 anos seja possível preencher todos os quadros de educação especial.

Aliás, os quadros de educação especial são, neste momento, as únicas possibilidades, em termos de ingresso, para muitos dos nossos docentes que vão terminando os seus cursos e espero que essa realidade também seja um incentivo para que eles se desloquem para essas áreas.

Gostaria de terminar dando os parabéns à Sra. Deputada pela intervenção que fez e dizer-lhe que os objectivos que apontou, são também os objectivos do Governo, que estão já a ser perseguidos e esperamos que a criação de condições nas escolas seja uma realidade, que não esteja muito longe do nosso tempo.

Muito obrigado.

(Neste momento o Senhor Presidente ocupa o seu lugar na Mesa)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Em primeiro lugar quero dar os meus parabéns à camarada, colega e amiga Nélia Amaral pela sua intervenção e para dar também um testemunho pessoal de quem iniciou a sua profissão há muitos anos atrás e como director de escola tinha a obrigação de se dirigir ao Sr. Delegado de Saúde da Ribeira Grande, com uma folha de papel azul e com a cédula pessoal, para requerer a dispensa de matrícula do aluno e passados dois anos requerer a dispensa definitiva de frequência da Escola, porque, na linguagem de hoje, ele teria uma deficiência que podia não ser muito profunda.

Quero dizer que conheço alunos a quem foi pedida por duas vezes essa dispensa e à terceira vez houve alguns professores – e presto aqui a minha homenagem a muitos que o fizeram – que decidiram receber os alunos na sua sala da aula e tentar com essas crianças um processo educativo.

Hoje conheço, felizmente, alguns desses alunos que são bons funcionários públicos e que hoje não o seriam se não tivessem sido integrados voluntariamente e sem qualquer apoio oficial das estruturas existentes.

Também quero dizer que me congratulo com a intervenção da Deputada Nélia Amaral.

Hoje, felizmente, qualquer escola dos Açores já tem a obrigação de receber todas as crianças, porque todas elas têm o direito à educação.

É verdade que ainda não é possível que todas as crianças e jovens, tendo determinado tipo de deficiências mais profundas, possam ser inseridas nas escolas. É verdade que se construíram barreiras nas escolas, mas também é verdade que há muitas escolas onde ainda hoje não é possível que alguns alunos possam ter condições, como a Deputada Nélia Amaral dizia, que possam ser consideradas normais, no nosso sistema de ensino, para essas crianças e jovens.

Também quero dizer que é verdade que hoje já é possível que o grosso das crianças e jovens, portadores de deficiência, tenham acesso às nossas escolas e possam ter sucesso educativo.

Tal como dizia, em aparte, o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, não é verdade que estivemos à espera das condições ideais para arrancarmos com qualquer iniciativa.

É verdade que também neste sector foram feitas longas experiências em ilhas que não tinham qualquer tipo de apoio para as crianças e jovens deficientes, que tinham de se deslocar para o Centro de Formação Especial dos Açores, em Ponta Delgada, que tinham que estar fora da sua ilha dois ou três meses e se calhar, há alguns anos atrás, muito mais do que isso por dificuldades de transportes, mas reconhecer também que isso era o que seria possível fazer-se nessa altura e estava de acordo, tal como disse a Sra. Deputada Nélia Amaral, com a mentalidade e o pensamento que se tinha nessas décadas. Estamos a falar de 1960 a 1970.

Também é verdade que em 1980 e 90 houve uma mudança de mentalidades, que vai desde os governantes a esta Assembleia, aos professores, às comunidades educativas e aos pais e a verdade é que aos poucos e poucos, uns exigindo e outros contribuindo com aquilo que é da sua responsabilidade, se foram criando condições para que hoje a maior parte das nossas crianças e jovens possam frequentar a escola com um mínimo de condições.

Mas, também é verdade, e repito, que ainda há muitas dificuldades, há passos que são necessários dar e julgo que há experiências que demonstram que vale a pena investir nestas crianças e nestes jovens, torná-los o mais independentes possível, quer em relação à família, quer em relação à sociedade e que muitos deles se forem devidamente apoiados podem ser cidadãos perfeitamente úteis à sociedade e, sobretudo, serem pessoas independentes de quaisquer outros para viverem uma vida digna nesta Região.

É por isso que me congratulo pela intervenção da Sra. Deputada e por tudo aquilo que tem sido feito, mas também exige-se do Governo que continue a dar passos nesta matéria, no sentido de todos terem acesso a uma forma digna.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é efectivamente uma matéria apaixonante.

Eu pedi a palavra antes das últimas palavras do Sr. Deputado Francisco de Sousa que deixa uma mensagem que acho fundamental quando diz que já foi feito muito em relação a esta integração necessária das crianças e jovens com deficiência.

A situação hoje é completamente diferente daquela que vivíamos há 30 ou 40 anos e ainda bem que assim é. No entanto, há ainda muito que fazer e principalmente nas ilhas mais afastadas, nas ilhas mais pequenas, nas ilhas onde os técnicos especializados têm muito mais dificuldades em chegar.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Em todas as ilhas!

O Orador: Aliás, e vou dar um exemplo concreto, conheço na minha ilha uma criança em idade escolar, que é muda e que só poderá melhorar se tiver um enquadramento de especialidade. Eu não digo um apoio constante especializado, porque isso deverá ser muito difícil, agora tem que ter um enquadramento especializado para a sua mudez e durante o último ano escolar ainda não teve.

O apelo que eu faço é no sentido de que estes factos, que existem aqui e acolá, sejam tidos em conta e que eu, daqui a um ano, possa dizer aqui que essa criança das ilhas das Flores, que é muda, durante o ano lectivo que se aproxima teve o apoio especializado que necessita. Se assim não acontecer, é impossível desenvolver-se, dar aqueles passos seguros que pode, deve e tem o direito de dar, mas que sem esse apoio especializado não o vai conseguir.

Presidente: Srs. Deputados, são 18,00 horas e conforme ficou combinado na Conferência de Líderes, o Período de Antes da Ordem do Dia termina precisamente às 18,00 horas.

Vamos fazer um intervalo de 30 minutos, retomando depois os nossos trabalhos com o Período da Ordem do Dia.

(Eram 18,00 horas)

Presidente: Vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 35 minutos)

Vamos entrar no Período da Ordem do Dia:

*Temos como primeiro ponto uma **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Organização e Funcionamento dos Sistema de Acção Social Escolar”**.*

Para fazer a apresentação desta proposta tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): *Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:*

A Proposta de Decreto Legislativo Regional que agora vamos apreciar vem na sequência de outra que há pouco tempo passou por esta Câmara e que extinguiu o Fundo Regional de Acção Social Escolar e reestruturou os fundos escolares.

Na sequência desse diploma torna-se necessário dar um novo enquadramento a toda a estrutura da Acção Social Escolar na Região, ao mesmo tempo que se aproveita para reunir num só diploma aquilo que agora se encontra disperso em dois, um que versa essencialmente o Ensino Secundário e, por outro lado também, já que esta matéria se mantém inalterada desde 1990, introduzir as adaptações que a própria evolução do sistema educativo e das funções sociais na Região requerem.

Essa é uma matéria que, apesar do enquadramento no diploma que agora vamos discutir ser a base de todo o sistema da acção social escolar, tem vindo, ano após ano, a ser regulada por uma Portaria de execução, aliás, muito à semelhança daquilo que foi feito noutras regiões do país, que concretiza os aspectos do próprio funcionamento do sistema.

Entre aquilo que estava na Portaria e aquilo que estava no próprio diploma há algumas questões que precisam de ser coordenadas e é isso que agora se tenta fazer.

Há também duas matérias em que se pretende fazer uma intervenção mais esclarecedora, uma no que diz respeito à questão do transporte escolar em que o

enquadramento anterior estava muito desajustado daquilo que foi a evolução do sistema e outra que diz respeito à questão das bolsas de estudo que não estavam incluídas no anterior diploma e que agora aqui se pretende incluir dando-lhe uma solidez maior e resolvendo de forma sistemática aquilo que tem vindo a ser resolvido de forma pontual, em função das necessidades específicas dos alunos.

Nesta breve apresentação, também gostaria de dizer que existem, quer da Comissão, quer do Grupo Parlamentar do PSD, propostas de alteração com as quais nós concordamos, uma vez que, quer umas, quer outras, vêm de encontro àquilo que já está estabelecido na Portaria e são contributos para melhorar também a própria estrutura do diploma.

Muito obrigado.

Presidente: *Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.*

Deputado Paulo Valadão (PCP): *Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:*

É apenas para afirmar que o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português irá dar o seu voto favorável a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Estamos de acordo com a sistematização que aqui é implementada em relação à Acção Social Escolar.

Pensamos que o diploma vai ser enriquecido com propostas que o Partido Socialista e o PSD apresentam em relação a alguma pormenorização, em relação a determinados aspectos que podiam sair menos claros.

Pensamos que o diploma foi bem visto na Comissão, tem todas as condições para ser aqui aprovado e nós vamos dar o nosso voto favorável, quer na generalidade, quer depois na especialidade, ao diploma bem como às propostas de alteração presentes.

Presidente: *Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.*

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Sr. Presidente, Srs. Deputados:*

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que se reporta ao funcionamento e ao financiamento do Sistema da Acção Social Escolar, como já foi dito, não traz grandes alteração relativamente ao regime anterior, transforma apenas num diploma com força reforçada estas matérias.

Há uma ou outra pequena clarificação das matérias que ele contém, mas também é certo que em dois aspectos muito concretos, e sem com isto querer penalizar a discussão na especialidade que eventualmente possa surgir, que são alterados e, do nosso ponto de vista, em prejuízo dos alunos oriundos de meios familiares mais carenciados, designadamente naquilo que diz respeito ao transporte e até à utilização do bufete.

Quanto aos transportes escolares nós entendemos que se deve manter o princípio da gratuitidade para os alunos portadores de deficiência, aliás, como acontecia e vem acontecendo até hoje. Isso faz também mais sentido na sequência do que disse a Sra. Deputada Nélia Amaral e também pelo facto de estarmos efectivamente a celebrar o ano internacional da pessoa portadora de deficiência. Daí a proposta que o Grupo Parlamentar do PSD faz, no sentido de integrar na gratuitidade o transporte escolar, aquele destinado aos alunos portadores de deficiência, independentemente da distância que residam do estabelecimento escolar.

Por outro lado, nós não vemos uma justificação plausível para que os alunos em idade de escolaridade obrigatória não possam beneficiar do leite escolar. Não vemos o fundamento desta exclusão que é feita destes alunos, relativamente a um princípio que vigora na Região há muitos e muitos anos e que esta iniciativa legislativa do Governo Regional lhes retira.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): *O Sr. Deputado não ouviu o que eu disse.*

O Orador: *Não vemos razões substantivas fundamentais para que esses alunos deixem de beneficiar do leite escolar. Aí está também a razão da proposta que o Grupo Parlamentar do PSD apresenta.*

Presidente: *Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.*

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): *Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:*

É apenas para prestar um esclarecimento e para estranhar o facto do Sr. Deputado não ter ouvido aquilo que eu tinha dito, porque aquilo que eu já tinha dito aqui é que nós aceitávamos as propostas que vinham do PSD, tanto mais que elas não vêm contra aquilo que nós íamos fazer, porque esta matéria não estava no diploma, mas na portaria que o regulamenta, e nada impedia que assim fosse.

Portanto, aquilo que os senhores apresentam é, para nós, perfeitamente aceitável, vem de encontro àquilo que nós vínhamos fazendo e que iríamos fazer.

Quero, Sr. Deputado, voltar a reafirmar que as propostas que foram apresentadas pelo seu Grupo Parlamentar estão perfeitamente aceites.

Presidente: *Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.*

Deputado José Rego (PS): *Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:*

O Partido Socialista irá votar favoravelmente a proposta presente agora na Câmara, dado que ela resulta da evolução, entretanto verificada, do sistema educativo regional, nomeadamente no que respeita à diversificação de opções, à reestruturação da rede escolar e à crescente necessidade de conjugar as respostas sociais da escola com as políticas sociais seguidas por toda a comunidade.

Tem sido política do Governo Regional, e ela está espelhada na sua portaria, que o apoio sócio educativo aos alunos constitui uma vertente fundamental da política social do Governo Regional, devendo, por isso ser objecto constante de aperfeiçoamento e é isso que estamos hoje aqui a fazer.

Quanto às propostas vindas do PSD, o Sr. Secretário Regional já o disse e nós, Grupo Parlamentar, iremos votar favoravelmente estas propostas. Elas já faziam parte da Portaria 73/2001, de 3 de Dezembro e não há razão nenhuma para que não saiam reforçadas aqui neste documento que vamos aprovar daqui a pouco.

Presidente: *Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.*

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É apenas para pedir um esclarecimento ao Sr. Secretário Regional da Educação.

Em relação a esta questão da distribuição do leite escolar há ajudas comunitárias que estão instituídas no âmbito da própria organização comum no mercado do leite e produtos lácteos, não só para o leite, mas também para produtos derivados do leite, como os iogurtes e o leite achocolatado e que são ajudas substanciais, que chegam a 75% do preço indicativo do leite e, portanto, estamos a falar duma ajuda que rondará muito perto dos 50 escudos por litro.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): São cerca de 60 mil contos ao ano.

O Orador: Assim sendo, perguntava se a Região se tem candidatado e beneficiado dessas ajudas?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para manifestar uma vez mais o nosso voto favorável, uma vez que já o fizemos também em sede de Comissão.

Este é um diploma simples, embora tenha o mérito de juntar diversas regulamentações e diversos diplomas legislativos, nomeadamente incluindo o próprio ensino profissional e o mérito de estabelecer, em termos de seguro escolar, um limite, porque, na prática, poderia surgir no futuro situações embaraçosas para a própria Região.

Quero aproveitar também o momento, embora não seja propriamente consequência do diploma, para deixar um estímulo claro à questão do transporte escolar, de alguma contenção naquilo que toca a alguns interesses até instalados e dizer de uma forma clara que, nestas matérias, o Governo Regional não deve temer e

contrariar aquilo que, às vezes, na prática, possa ser o mais razoável ou o mais racional.

Quanto às alterações que foram apresentadas em sede de Comissão nós já nos pronunciamos.

Sobre aquelas que são agora apresentadas pelo Partido Social Democrata, quero manifestar também o nosso voto favorável, uma vez que uma se refere àquilo que já estava em vigor e a outra tem a ver com os alunos portadores de deficiência e aproveitando estarmos este ano mais sensíveis para essa questão, implementaremos medidas que, na prática, possam beneficiar essas pessoas.

Por tudo isto, vamos dar também o nosso voto favorável.

Presidente: *Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação.*

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): *Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:*

Respondendo à questão colocada pelo Sr. Deputado Sequeira de Medeiros, devo dizer-lhe que a Região desde há muitos anos tem vindo sempre a beneficiar dessas ajudas, no que diz respeito à distribuição de leite simples.

A extensão das ajudas aos iogurtes e ao leite achocolatado apenas aconteceu recentemente e neste ano, com a reorganização que está a ser feita da aquisição de leite escolar, estes passarão também a ser distribuídos.

Nós já procedemos à mistificação desde que o FRASE foi extinto e, portanto, a entidade beneficiária passou a ser outra e estão a ser dotadas candidaturas neste ano para cobrir também a possibilidade de termos leite achocolatado e termos iogurtes simples, que são os únicos que são cobertos pelo regulamento respectivo.

Portanto, a Região tem beneficiado e é nossa intenção que continue a beneficiar.

Muito obrigado.

Presidente: *Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.*

Deputado Bento Barcelos (PSD): *Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:*

Peço ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura que esclareça melhor a Câmara em relação a esta questão do apoio ao leite simples.

O Sr. Secretário Regional acabou de afirmar que a Região tem beneficiado do apoio dessa candidatura à União Europeia, que fê-lo para o próximo ano lectivo. Este diploma retira-o e nós ao levantarmos esta questão na Comissão ficámos com a ideia de que era por razões orçamentais, o que achamos um retrocesso bastante grave.

Assim sendo, pedimos ao Sr. Secretário que esclareça esta questão para ficarmos a saber qual a razão básica que levou a que neste diploma se retire esse apoio, que consideramos essencial.

Presidente: *Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.*

Deputado Paulo Valadão (PCP): *Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:*

Sr. Secretário Regional da Educação, a distribuição do leite às crianças, naquilo que agora chamamos o Pré-Escolar e o 1º Ciclo, iniciou-se em Portugal exactamente pelo leite achocolatado e só depois se reduziu apenas a leite simples. Isto inicia-se na década de 70 e só muito recentemente deixou de aparecer nas escolas o leite achocolatado.

Aliás, eu tenho uma interpretação própria em relação a esta matéria e vou dizê-la: aquilo que eu subentendo é que, como muitas crianças nessas idades não gostam do leite simples, efectivamente deixou-se de distribuir uma grande quantidade de leite a partir da altura em que se deixou de distribuir o leite achocolatado.

No entanto, na proposta do Governo mantém-se apenas o leite simples, o mesmo que vem acontecendo em muitas escolas nos últimos tempos e a questão é esta: por que razão não se mantém a possibilidade da criança optar pelo leite simples ou pelo leite achocolatado?

Também foi dito por muitas pessoas, a determinada altura, que há crianças que têm reacção alérgica ao leite achocolatado e por isso algumas pessoas defendiam a retirada deste produto.

Agora, se houver a possibilidade da própria criança e dos encarregados de educação poderem optar um ou por outro, penso que a situação seria lógica e normal.

Por outro lado, como o leite achocolatado também é apoiado, penso que nada iria ser prejudicial.

Penso que se tem que pensar em relação a esta questão, tendo em conta fundamentalmente o Pré-Escolar e o 1º Ciclo.

Presidente: *Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.*

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): *Sr. Presidente, Srs. Deputados:*

Começando do princípio para o fim, eu não sei quando é que se passou de leite achocolatado para leite simples. Creio que isso aconteceu muito antes de eu ter ocupado estas funções e, portanto, eu não sei quais foram as razões que levaram a isso.

Aquilo que eu sei, porque fui obrigado a conhecer o regulamento comunitário, é que o regulamento que estava em vigor, pelo menos até ao ano passado, não permitia leite achocolatado e a partir do ano passado passou novamente a ser possível.

A opção de leite achocolatado ou leite simples é uma questão que cada uma das escolas terá que fazer, já que a partir deste ano deixou de haver concurso centralizado para o fornecimento de leite. Cada escola ou agrupamento de escolas, porque as escolas agruparam-se, fará essa escolha.

Na reunião dos órgãos executivos das escolas, que ocorreu há cerca de duas semanas na ilha de S. Jorge, ficou definido que as escolas se candidatam ao leite achocolatado, leite simples e iogurte simples, em função daquilo que sejam os seus interesses e a sua vontade, ou seja, cada órgão executivo, em relação a esta questão, fará aquilo que entender.

Respondendo ao Sr. Deputado Bento Barcelos, as razões que levaram a que não se mencionasse de forma explícita o 2º e o 3º Ciclos, e espero que isto fique bem claro,

tem a ver com uma questão prática, ou seja, a lista de obrigatoriedade de distribuição de leite.

O leite tem sido adquirido e candidato com base no número de alunos e tem-se gerado graves problemas na utilização do leite, porque o consumo deste nas escolas do 2º e 3º Ciclos é muito reduzido, devido à redução da procura.

Em resultado disso, aquilo que ficou dito e com as instruções que já foram transmitidas aos órgãos executivos, foi que essas escolas devem manter a distribuição gratuita do leite, mas isso é uma questão da própria gestão interna da Escola que, na altura, nós não vimos grande interesse na sua introdução no decreto.

A proposta que é feita pelo PSD vem clarificar isto, é bem vinda e da parte do Governo não há nenhum obstáculo em relação a ela. É uma proposta que apenas esclarece aquilo que é uma intenção subjacente a esta matéria.

Não me parece que valha a pena estarmos num decreto legislativo a introduzir questões que são de regulamentação específica.

Portanto, acho que o enquadramento é este e cabe agora a cada uma das escolas dar-lhe execução e com certeza que darão, tanto mais que o interesse – e voltando à questão colocada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão – pelo leite achocolatado é neste momento grande e creio que a maior parte das escolas irá oferecer essa opção aos seus alunos.

Gostava também de informar esta Câmara que os custos globais com o programa de leite escolar, no contexto da Acção Social Escolar, não contando a participação comunitária existente, são reduzidos. Cerca de 80% da despesa global do funcionamento da Acção Social Escolar, tem a ver com o programa de transporte escolar. É este programa que consome a generalidade dos recursos e não a questão do leite escolar.

Muito obrigado.

Presidente: *Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.*

Deputado Paulo Valadão (PCP): *Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:*

Sr. Secretário Regional, desculpe, mas eu estou em total discordância com a afirmação que faz, quando diz que não devemos regulamentar.

Sr. Secretário, se o decreto legislativo regional disser que a distribuição é de leite simples, a escola só pode distribuir leite simples.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): *Não diz leite simples!*

O Orador: *Diz, Sr. Secretário.*

Se o decreto disser que pode ser leite simples ou achocolatado, é evidente que a escola terá que optar ou por um ou por outro.

Nós, da nossa parte, faremos chegar à Mesa, se necessário for, na especialidade, uma proposta de alteração ao nº 2 do artigo 6º, em que diga claramente: “distribuição de leite simples ou achocolatado”. Se ficar assim, a escola é obrigada a pôr à disposição dos alunos uma ou outra hipótese, mas para que isso aconteça, tem que ficar mencionado no nº 2 do artigo 6º. Da maneira que está no decreto, é evidente que as escolas, pura e simplesmente, vão fazer aquilo que têm feito nos últimos anos.

Na altura em que o Sr. Deputado Bento Barcelos foi Secretário era assim e a partir do dia em que houve uma orientação a dizer que era leite simples, as escolas deixaram de fornecer leite achocolatado.

Portanto, nós achamos que isso tem de vir expresso no decreto legislativo regional.

Presidente: *Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.*

Deputado Francisco Sousa (PS): *Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Secretários Regionais:*

É apenas para dizer que, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, vamos propor, quando chegarmos à especialidade, que no nº 2 do artigo 6º, onde se lê “leite simples”, se leia apenas “leite” sem qualquer classificação, ficando assim

coberta qualquer uma das situações que aqui foram postas, quer leite achocolatado ou leite simples.

Se entenderem que deve ser outro tipo de redacção, é preciso não esquecer que dentro de poucos anos poderá haver outro tipo de designação. Não sei se terá cabimento, porque não sou especialista, mas há aqui duas pessoas, o Deputado Sequeira de Medeiros e o Deputado Paulo Valadão, que são especialista nessa área.

Portanto, o que eu quero dizer, em termos de Grupo Parlamentar, é que estamos abertos a qualquer solução que permita que se entregue nas escolas gratuitamente às crianças um ou outro e desde que a redacção que aqui se ponha corresponda a essa situação, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está disponível para a apresentar ou subscrever.

Presidente: Srs. Deputado, eu percebo que estas questões têm de ser discutidas na generalidade para efeitos de aprovação do diploma, mas o que me parece é que já estamos aqui a cair estritamente na especialidade e se não houvesse objecção nós fazíamos uma votação na generalidade e quando chegasse a este artigo 6º discutia-se mais em pormenor esta questão do leite.

Entretanto, tenho ainda inscritos três Srs. Deputados e o Sr. Secretário Regional da Educação.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, julgo que esta é matéria de especialidade.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Valadão vê alguma objecção a que se discuta isto na especialidade?

Deputado Paulo Valadão (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Francisco de Sousa avançou com uma opinião que eu considero errada.

Eu entendo que, em relação à matéria que foi levantada pelo Sr. Deputado Francisco Sousa, tenho o direito e o dever de dar a minha opinião, embora possa ser na

especialidade, mas a realidade é que já iniciámos a discussão na especialidade e o mais lógico e mais normal seria terminarmos esta discussão.

Presidente: Assim sendo, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Já que a discussão na especialidade se inicia por aqui, gostava de dizer que da parte do Governo não há qualquer obstáculo a que se retire a palavra “leite simples” e se coloque qualquer coisa genérica como apenas a palavra “leite”, concordando com aquilo que disse o Sr. Deputado Francisco Sousa, o que depois se poderá optar pelo leite achocolatado ou leite com outro aditivo qualquer que eu não sei se existe. Há aqui uma questão de natureza técnica que eu não sei responder.

De qualquer forma esta é uma questão, para a qual eu não estou preparado para discutir os valores nutritivos de diversos tipos de leite.

Portanto, a nossa intenção aqui é aproveitar a ajuda comunitária existente para este fim. Aquilo que, dentro das condições económica existentes, porque também não sei qual é a diferença de preços entre o leite simples e o leite com um aditivo qualquer, possa ser dado pela parte do Governo, há todo o interesse que o seja e, portanto, qualquer redacção que permita flexibilidade no funcionamento da escola, é isso que deve ser aqui feito.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma acheга que pretende ser um contributo ao esclarecimento desta questão.

Primeira questão histórica:

Quando se iniciou o programa de leite escolar era uma ajuda inteiramente nacional e nessa altura estava incluído o leite achocolatado.

A partir do momento em que passámos a ser membros de pleno direito da Comunidade Económica Europeia e usufruir das ajudas instituídas, os anteriores

regulamentos nesta OCM só atribuíam ajuda ao leite simples, iogurtes e alguns queijos.

Com a alteração da Organização Comum do Mercado e com a publicação do Regulamento 1255/99, passou a ser possível incluir na ajuda à distribuição de leite e lacticínios aos alunos das escolas, o leite achocolatado, os iogurtes e alguns tipos de queijo. Isso acabou por ser regulamentado pelo Regulamento 2707/2000 que diz muito claramente que as ajudas podem ser dadas a leite inteiro, tratado termicamente, leite inteiro achocolatado ou aromatizado, tratado termicamente, e iogurte inteiro.

Os outros escalões variam na composição destes três grupos de produtos, consoante a percentagem de matéria gorda que tenha.

Portanto, eu julgo que no caso do nosso decreto legislativo a designação de “leite simples” é um tanto ou quanto genérica, mas há um regulamento que é obrigatório em todos os seus elementos e de aplicação directa em todos os Estados-Membros que permitirá a Região candidatar-se às ajudas que estão nele previstas.

Era só este contributo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para dizer que estou totalmente em desacordo com a opinião emitida pelo Sr. Deputado Francisco de Sousa e pelo Sr. Deputado Sequeira de Medeiros, pelo seguinte:

Desde 2000 é possível que as nossas escolas, através da Secretaria Regional, se candidatem a leite achocolatado e no ano escolar 2001/2002 e 2002/2003 em muitas das nossas escolas apenas foi fornecido leite simples.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Em todas!

O Orador: O Sr. Secretário está a dizer em todas, mas o Regulamento só por si não resolve o problema. Penso que se resolve pela sua inclusão no decreto legislativo regional.

Portanto, penso que a terminologia ideal a utilizar no nosso decreto, seria a terminologia utilizada em 2000 da Comunidade Europeia, porque aí é mais abrangente e todas as crianças iriam beneficiar do suplemento no pré e no 1º Ciclo, porque as que não bebessem leite simples, bebiam leite achocolatado, as que não bebessem leite achocolatado, comiam iogurte.

No entanto, penso que, no mínimo, deve dar-se a possibilidade e a obrigatoriedade às escolas de optarem pelo leite simples ou leite achocolatado.

Por outro lado, também penso que não se deve pôr só a designação de “leite”, porque, como todos nós sabemos, há muitos suplementos e muitos não são contemplados e se ficasse apenas a designação de “leite”, ou dava-se apenas leite simples, como agora se pretende, ou então começaria a haver uma situação que penso que seria anómala de exigir-se outros suplementos e esses imediatamente não seriam contemplados pela legislação de apoio.

Aquilo que eu penso é que se deve aproximar o mais possível daquilo que está consignado na legislação comunitária de apoio à distribuição de leite.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O programa de leite escolar como foi instituído, falava apenas em leite e a opinião do Partido Socialista é que no programa de leite escolar deve ficar apenas a palavra “leite”, porque se formos acrescentar “achocolatado”, como diz o Sr. Deputado Paulo Valadão, ficam de fora os leites aromatizados de várias frutas. Ao colocar-se apenas a palavra “leite” a opção fica em aberto para utilizar qualquer tipo de leite.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ainda em relação a esta discussão eu gostaria de dizer o seguinte:

Eu creio que esta Câmara não deve pôr o que está no regulamento e não o deve fazer pela simples razão de que esses regulamentos mudam em função duma vontade que não é a nossa.

Portanto, deve ficar uma linguagem que permita aquilo que seja disponível em cada momento nas escolas e não aquilo que está no regulamento da UE, que pode ter outra redacção num destes dias.

Eu gostava de ler o que está em vigor neste momento, em termos da portaria de execução e que diz o seguinte:

“As crianças da educação pré-escolar e os alunos do Ensino Básico recebem gratuitamente, por cada dia em que frequentem a escola, 2 dl de leite.

O leite escolar é distribuído às crianças da educação pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico num intervalo adequado, sendo quando tal seja implementado na escola e integrado no lanche a fornecer.

Os alunos do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico recebem gratuitamente o leite escolar quando fornecido no bufete da escola”.

É isto que está neste momento em funcionamento nas escolas da Região e todas elas têm fornecido leite simples. Desde há 4 ou 5 anos atrás o leite passou a ser UHT em embalagens individuais. Até aí era leite UHT em embalagens de litro e antes disso era apenas leite pasteurizado.

Esta é a evolução que esta questão tem tido desde o tempo em que estou na Secretaria. Não sei se o Sr. Deputado Bento Barcelos se lembrará de alguma situação anterior.

Portanto, foi este o percurso que foi feito e neste momento é isso que está a ser feito. A instrução que neste ano foi dada às escolas que vão fazer os concursos, é que o façam dentro dos produtos que podem ser comparticipados e dentro daqueles que existam, em face da própria realidade do mercado de cada ilha, porque antes o concurso era centralizado e havia apenas dois fornecedores para toda a Região, um para a Terceira e outro para S. Miguel que também cobria todas as restantes ilhas.

Portanto, é isto que tem vindo a acontecer. A partir de agora não sei o que vai acontecer, dado que cada escola tentará utilizar a gestão dos seus recursos, obtendo o melhor produto possível.

Eu creio que a solução será manter uma redacção que permita flexibilidade às escolas e que não nos deixe presos a um qualquer regulamento comunitário, que pode em qualquer altura ser alterado.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de dizer ao Sr. Deputado Paulo Valadão que julgo ter dito que ficar no decreto legislativo regional a expressão “leite simples” é extraordinariamente limitativo. Julgo que impedirá a distribuição de outros produtos que não o leite simples, quando há ajudas comunitárias para outros produtos, tais como o leite achocolatado, leite aromatizado ou iogurtes.

Portanto, neste caso, julgo que o regulamento base da Organização Comum do Mercado, se prende muito à classificação dos produtos que podem ser objecto da ajuda pela sua nomenclatura pautal e a expressão que usa é o código de certos produtos transformados à base de leite.

O regulamento da distribuição do leite escolar, o 2707, no seu artigo 1º diz que: “O presente regulamento estabelece as normas de execução do regulamento 1255, no que respeita à concessão duma ajuda comunitária para o fornecimento de determinados produtos lácteos aos alunos de estabelecimentos de ensino, a seguir denominada a ajuda ...”.

Portanto, eu julgo que substituir-se o leite simples por certos produtos lácteos era capaz de dar uma cobertura mais ampla e poder assim incluir esses outros produtos que são o leite achocolatado, o leite aromatizado e, eventualmente, os iogurtes.

Presidente: Srs. Deputados, eu faço um apelo para que encontrem uma solução para esta questão, porque penso que não há desacordo evidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A solução apresentada pelo Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros está correcta e penso que é a saída, exactamente para que as escolas não façam aquilo que se tem feito.

Aliás, o Sr. Secretário Regional vem dar-me totalmente razão em relação àquilo que eu disse há pouco.

Efectivamente, perante a designação “leite”, as escolas ou alguém impôs que fosse pura e simplesmente leite simples. Esta é a realidade.

Quando há anos se passou do leite achocolatado para o leite simples, a redução em leite distribuído foi de 60% e aquilo que me consta é que essa redução aumentou, exactamente porque as crianças nessas idades rejeitam, em grande percentagem, o leite simples.

Portanto, penso que o nosso decreto legislativo tem que dar todas as possibilidades de se oferecer um produto que vá de encontro ao gosto da própria criança, logo que não lhe seja prejudicial.

Presidente: Srs. Deputados, vamos passar à votação na generalidade e quando chegarmos à especialidade espero que já tenham chegado a um consenso sobre esta matéria.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional, na generalidade, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à especialidade.

Artigo 1º. Para este artigo existe uma proposta de alteração da Comissão e é subscrita pelo PS. Quero informar a Câmara que o Grupo Parlamentar do PS assume o parecer da Comissão com excepção do nº 5 do artigo 9º.

Está há discussão o artigo 1º.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar em primeiro lugar a proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a parte restante do artigo 1º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 1º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 2º. Sobre este artigo existe também uma proposta de alteração da Comissão e subscrita pelo PS.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar a proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação da parte não alterada do artigo 2º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 3º. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 3º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 4º. Para este artigo existe uma proposta de alteração da Comissão e subscrita pelo PS.

Está aberto o debate sobre este artigo e esta proposta de alteração.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar a proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a parte restante do artigo 4º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 4º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 5º. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 5º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 6º. Está à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, é para requerer a interrupção dos trabalhos por 15 minutos.

Presidente: O Sr. Deputado tem todo o direito de fazer isso e eu não o vou impedir, mas quero lembrar-lhe apenas que nós temos uma ordem de trabalhos para cumprir.

Na Conferência de Líderes ficou combinado que os trabalhos acabam amanhã pelas 13.00 horas.

Eu não estou aqui para recusar o direito a ninguém. Estou apenas a lembrar o que ficou combinado.

Estão suspensos os nossos trabalhos por 15 minutos.

(Eram 19 horas e 15 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 17 horas e 30 minutos)

Não sei se há intervenções, na especialidade, sobre o artigo 6º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

É para, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, fazer uma proposta que consagre a possibilidade e a garantia de que se irão distribuir nas escolas leite e produtos lácteos que possam ser devidamente comparticipados pela Comunidade Europeia e propomos uma redacção que nos parece que cobre qualquer situação, dado que anualmente, como é dito em vários pontos deste diploma, sairá uma portaria ou um despacho que o regulamentará.

Assim sendo, propomos a seguinte redacção para o nº 2 do artigo 6º: “A distribuição de leite e produtos lácteos às crianças de Educação Pré-escolar e aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico é gratuita”.

Para o artigo 3º, propomos a seguinte redacção:

“Os produtos lácteos, a composição das refeições e a taxa da comparticipação no seu custo são fixadas no regulamento de execução, a que se refere o artigo 15º do referido diploma”.

Pensamos que com estas duas alterações ficam cobertas qualquer situação e qualquer que seja o regulamento comunitário que venha, em relação às ajudas, ficará coberto.

Em relação à proposta que vem do PSD, como já dissemos há pouco, nós estamos disponíveis para votá-la favoravelmente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para dizer que concordamos com esta proposta de redacção, apresentada pelo Partido Socialista, e que a nossa proposta se mantém com toda a validade, todavia com uma alteração que a comissão de redacção deverá fazer, para ficar conforme os números anteriores.

A proposta do PSD que tenciona e vai concretizar a abrangência dos outros alunos, em idade sujeitos à obrigação de escolaridade, poderem receber gratuitamente os alimentos referidos no nº 2, quando o solicitarem no bufete da respectiva escola.

Portanto, é apenas conformar a redacção daquilo que substancialmente se mantém, mas que tinha que ficar de acordo com esta proposta de alteração, agora apresentada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para dizer que, no entender do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, se encontrou uma boa solução que pensamos ser perfeitamente clara em relação a esta matéria.

Presidente: Não há mais intervenções, vamos votar e votaremos em primeiro lugar a proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, chamando a atenção para a comissão de redacção para que a redacção final desta proposta fique em consonância com a que foi aprovada anteriormente.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a parte restante do artigo 6º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 6º. foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 7º. Para este artigo existe uma proposta de aditamento que será votada no final. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 7º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 8º. Para este artigo existe uma proposta de eliminação do nº 6, vinda da Comissão e subscrita pelo PS.

Está à discussão

(Pausa)

Não há intervenção, vamos votar a proposta de eliminação do nº 6.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de eliminação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a parte restante do artigo 8º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 8º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 9º. Para este artigo existe uma proposta de eliminação do nº 5, vinda da Comissão.

Está à discussão

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É para dizer que o Grupo Parlamentar do PS não subscreve esta proposta de eliminação do nº 5, do artigo 9º. Nós subscrevemos todo o parecer da Comissão com excepção da eliminação do nº 5 deste artigo 9º e passo a explicar porquê:

O nº 5 do artigo 9º diz respeito às entidades que podem candidatar-se a carreiras de transportes escolares privadas.

Quando fizemos esta proposta na Comissão, fizemo-la com o entendimento, e dissemos isso na Comissão, de que estávamos e estamos a trabalhar num Projecto de Decreto Legislativo Regional que visa definir os diferentes parâmetros a que devem obedecer os transportes escolares.

No entanto, depois de reflectirmos na Comissão, verificámos que chegaremos ao mesmo tempo em que estará em vigor e em aplicação este diploma e por isso não estamos de acordo com a eliminação do nº 5, porque achamos que estas regras devem estar noutra diploma.

Todavia, como no dia 1 de Setembro o outro diploma não existirá e para que não haja problemas na execução, o nº 5 deste artigo 9º deve ficar aqui e que o novo diploma, quando vier a esta Casa, há-de revogar este número ou há-de ter matéria

que será contraditória com esta e, como os Srs. Deputados sabem, é essa que prevalecerá e não esta.

É por esta razão que neste momento nós não subscrevemos a eliminação deste número, porque consideramos que ele é imprescindível na contratação dos transportes escolares para o próximo mês de Setembro.

Sem este número há situações que não poderiam acontecer.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós estamos de acordo com a manutenção do nº 5, porque ele é a resolução dos transportes escolares no próximo ano lectivo.

Presidente. Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não sei se a situação é inédita, mas que é um pouco estranha, temos que convir que sim, porque estamos aqui em presença de uma proposta que o Partido Socialista faz à versão do diploma do Governo que elimina uma parte do artigo e quando volta outra vez a plenário diz que afinal já não subscreve aquilo que ele próprio fez em Comissão.

Deputado Francisco Sousa (PS): Qual é o problema?

O Orador: Eu acho que qualquer erro deve ser corrigido e a história há-de lembrar os que corrigem os erros e não os que persistem neles.

Todavia, esta questão foi levantada em Comissão e o que lá foi dito foi que a Secretaria competente teria de se apressar com a produção do dito diploma, que teria de ser publicado para que isto se pudesse efectivar.

De facto, o tempo às vezes é bom conselheiro e quase sempre é bom justiceiro.

Nós subscrevemos a manutenção deste nº 5 do artigo 9º, porque é a solução do problema do transporte escolar no próximo ano lectivo.

Presidente: O Sr. Deputado Francisco Sousa pede a palavra para?

Deputado Francisco Sousa (PS): Para uma segunda intervenção.

Presidente: Faça o favor.

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Quero esclarecer aqui que fui eu que, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, disse na Comissão que estávamos a trabalhar num Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre esta matéria, que seria apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS ou pelo Governo.

Foi isto que dissemos na Comissão e foi isto que eu disse há pouco e, portanto, não há aqui nenhuma contradição.

O problema que existe neste momento, é que se nós eliminássemos hoje esta norma seria difícil ou mesmo impossível, em muitos casos, fazer a contratação de transporte escolar em Setembro.

Nós não estamos aqui a brincar, nem brincámos na Comissão. Verificamos que seria um lapso fazer isso nesta altura.

Portanto, para nós estas coisas são absolutamente normais e não nos sentimos nada melindrados em voltarmos atrás. Melindrados sentir-se-ão outros quando têm que voltar atrás e não querem.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Uma vez que estão todos de acordo que o nº 5 se mantenha, vou pôr à votação o artigo 9º tal como consta da proposta inicial.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 9º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 10º. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 10º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 11º. Para este artigo existem duas propostas de alteração, uma subscrita pelo PS e outra pelo PSD.

Está à discussão este artigo, bem como estas propostas de alteração.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar a proposta subscrita pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração, subscrita pelo PS, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração, subscrita pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração, subscrita pelo PSD, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a parte restante do artigo 11º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 11º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, uma vez que não existem propostas de alteração para os artigos 12º, 13º, 14º, 15º e 16º, eu poria à discussão e posteriormente à votação todos estes artigos.

(Pausa)

Não havendo intervenções, eu ponho à votação, em bloco, todos estes artigos.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos 12º, 13º, 14º, 15º e 16º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Existe agora uma proposta de aditamento, apresentada pelo PS, com a designação de artigo 7º- A.

Está à discussão

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos fazer agora a votação final global desta Proposta de Decreto Legislativo Regional, sobre a Organização e Funcionamento do Sistema da Acção Social Escolar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global a Proposta de Decreto Legislativo Regional, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: O diploma baixa à Comissão para redacção final.

Passamos agora à **Proposta de Decreto Legislativo Regional que “altera o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2003”**.

Para fazer a apresentação desta Proposta, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Trata-se duma proposta de alteração ao Decreto Legislativo Regional que aprovou o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2003 e que é motivada pelo facto da 5ª e última parte da privatização do Banco Comercial dos Açores, que se previa ter sido concluída no final de 2002, o que não aconteceu, ter-se efectivado nos primeiros meses do corrente ano de 2003. Daí que houvesse a necessidade de haver uma alteração ao Orçamento da Região.

Esta alteração não visa apenas contemplar este encaixe financeiro, que não havia sido previsto, porque para isso não teria sido necessário nenhuma alteração orçamental, mas fundamentalmente para permitir a aplicação desta verba proveniente do encaixe financeiro da privatização do Banco Comercial dos Açores que, nos termos da Lei 11/90, de 5 de Abril e que contempla as privatizações, só pode ter determinados destinos, entre os quais novas aplicações de capital no sector produtivo.

Em face disto, houve a necessidade de contemplar o Programa 32 com este reforço de verba, uma vez que o Orçamento inicial continha apenas a verba de 2.365 mil euros.

Portanto, para possibilitar a utilização total desta verba proveniente da reprivatização do banco, houve necessidade de reforçar este Programa 32.

Por outro lado, aproveita-se também a ocasião para introduzir outros acertos de pormenor que em nada alteram a estrutura inicial do Orçamento e do Plano e uma vez que o comportamento da receita, fundamentalmente do imposto automóvel, está a ter um andamento inferior àquele que inicialmente havia sido projectado, o Governo propõe uma redução de 1.800 mil euros na arrecadação desta receita.

Em contrapartida, há uma outra categoria de receita fiscal que está a ter um comportamento superior, pela positiva, ao que havia sido inicialmente previsto, passando o imposto de selo a ter um reforço de 3 milhões de euros na verba inicialmente prevista, passando de 14.791 mil euros para 17.791 mil euros.

Por outro lado ainda, também se aumenta as receitas de fundos comunitários que estão directamente associadas também a um aumento de projecto co-financiados com fundos comunitários, prevendo-se aqui um adicional de receita da ordem dos 17.972 mil euros que têm uma exclusiva afectação a despesas do Plano.

Eu tive oportunidade de distribuir na Comissão de Economia um mapa detalhado com todos estes reforços e também com a diminuição, em alguns casos, de verbas que perdemos no Plano.

A Secretaria Regional das Finanças vai beneficiar de um reforço de 6 milhões de euros, precisamente para afectar ao sector empresarial da Região.

A SRAP tem um reforço de 10 mil euros no Programa 30.6.

A Secretaria Regional da Educação e Cultura tem um reforço de 717 mil euros, distribuídos pelos Programas 17, 18, 25 e 26.

A Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos tem um reforço de verba de 10.398 mil euros no Programa 11.

A Secretaria da Economia também tem um reforço de 170 mil euros nos Programas 7 e 9 e uma diminuição de 380 mil euros no Programa 10.

A SRAPA tem um reforço de 475 mil euros

E a Secretaria Regional do Ambiente tem um reforço de 194 mil euros.

Estas alterações, como vos disse, foram motivadas, não exclusiva, mas fundamentalmente para possibilitar a aplicação das verbas provenientes do encaixe do Banco Comercial dos Açores.

Nós estamos em condições de dizer que neste momento prevemos em 2003 uma execução orçamental perfeitamente normal.

A efectivação da receita fiscal no 1º trimestre corresponde exactamente a 25,04% do total estimado para o fim do ano, o que nos leva a concluir que do lado da receita estaremos numa execução normal e sem atropelos de maior.

Por outro lado, também posso dizer-vos que a execução orçamental até Maio se apresenta também perfeitamente normal, havendo um crescimento das despesas correntes até Maio de 2,59%, apenas relativamente ao período homólogo do ano anterior.

A execução do Plano até 31 de Maio também revela uma taxa de execução de 47,79%.

Portanto, neste momento, o Governo não prevê nenhuma situação de anormalidade até ao final do ano, o que não quer dizer que não possa vir a acontecer uma coisa que neste momento seja absolutamente imprevisível, mas a julgar pela experiência que nós temos de todos estes anos passados a execução do Plano e do Orçamento, neste momento, leva-nos a concluir que chegaremos ao fim do ano com uma execução perfeitamente normal.

Era só isto que se me oferece dizer.

Estou à disposição dos Srs. Deputados para qualquer esclarecimento ou pergunta que entendam colocar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar por dizer que esta proposta que aqui estamos a apreciar se enquadra, em parte, na necessidade de acomodar orçamentalmente o encaixe financeiro por via da 5ª fase de reprivatização do BCA, mas não só, porque este encaixe da Banco Comercial dos Açores ronda os 8,2 milhões de euros e o total das alterações orçamentais que estamos aqui a falar ascende a 17,9 milhões de euros e, portanto, aquilo que foi apresentado como razão para esta proposta de alteração orçamental, representa menos de 50% das propostas de alteração que estamos aqui a

apreciar, razão pela qual nos devemos também debruçar e tentar perceber um pouco mais estas alterações que o Governo aqui traz.

Assim sendo, queria questionar o Sr. Secretário acerca de mais alguns esclarecimentos em pormenor relativamente às verbas de transferências da União Europeia que, neste caso, totalizam quase 50% em termos das receitas que são aqui propostas acrescentar ao orçamento regional, porque a questão do imposto automóvel e do imposto de selo é perfeitamente perceptível, não só pelo valor pouco significativo, mas também porque estamos a meio do ano e apercebe-se que fazendo uma alteração aqui nesta Casa se tenta traçar as trajectórias destes impostos em termos de planear o que já se começou a executar.

Portanto, em relação às transferências da União Europeia, que representam um valor significativo, ou seja, quase 50% do que aqui estamos a falar, penso que seria importante explicar melhor a proveniência dessas verbas e quais as garantias de execução destas receitas que o Governo Regional tem para, a partir daí, podermos passar para outras questões que estão aqui envolvidas nesta proposta de alteração orçamental, nomeadamente no lado da despesa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tal como o Sr. Secretário acabou de apresentar, trata-se de alterações em que, nomeadamente no capítulo da despesa, os seus impactos nos respectivos programas não são significativos e, portanto, são ajustamentos que, segundo afirmou, decorrem do nível de execuções e de afectações que, na óptica do Governo, foram consideradas necessárias a cada um dos programas, salvo a parte que resulta da aplicação do encaixe decorrente da reprivatização do BCA e que está também condicionada aos termos legais em que se deve efectuar.

Portanto, sob este ponto de vista, o Grupo Parlamentar do CDS/PP, numa perspectiva de que esta revisão não melhora o que está mal relativamente aos documentos iniciais, mas também não piorará aquilo que estava menos mal nesses documentos, vai abster-se, porque traduz a nossa posição, face a esta revisão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Esta receita que está aqui de fundos comunitários corresponde exactamente a 85% do acréscimo que se pensa executar no programa 11 que tem inscritos 10 milhões de euros e, portanto, 85% de 10 milhões são 8, 5 milhões de euros que é o que está aqui previsto como um acréscimo de transferências da União Europeia.

Por outro lado, como salientou, e muito bem, o Deputado Alvarino Pinheiro, esta alteração não vem introduzir nenhuma inflexão política, não vem introduzir nada substancialmente novo no orçamento inicial que foi aqui aprovado e por isso compreendo perfeitamente que quem se absteve no primeiro orçamento também se abstenha nesta alteração.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma das questões que o Grupo Parlamentar do PCP queria colocar, era nomeadamente esta da proveniência da verba comunitária está já colocada e já foi respondida.

De qualquer modo queria que se soubesse que estando de acordo com a opinião posta de que esta distribuição de afectação à despesa não altera nem a filosofia, nem a linha de orientação, é bom que se saiba que algumas não são só acertos, embora uma outra o possa ser. Sendo isto verdade, também é verdade que em relação à arrumação na despesa do grosso da receita entrada, ela resume-se, em termos de montante, a três sítios: Envolvente da Ribeira Grande, Variante da Lagoa e Reestruturação do Sector Público, que envolvem verbas substanciais que andarão por volta dos 70% ou mais do total desta alteração. Tudo o resto pode ser considerado acertos de pequena monta.

Nós votámos contra o Orçamento, como se lembrarão.

Atendendo à natureza desta proposta de alteração, abster-nos-emos, modificando a nossa posição para aquilo que consideramos ser politicamente coerente e razoável.

A nossa posição de fundo em relação ao Orçamento está tomada. A nossa posição em relação a esta alteração, sendo respeitadora da posição tomada relativamente ao Orçamento, é de abstenção, porque não existe aqui um dado novo profundo.

Não queria deixar de anunciar e explicar isto.

Muito obrigado.

Presidente: Eu pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares para se acercarem da Mesa para programarmos os nossos trabalhos.

(Pausa)

Srs. Deputados, vamos concluir o debate e votação deste diploma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência da resposta do Sr. Secretário tenho mais algumas questões para esclarecer e que se prendem exactamente com a transferência destas verbas da União Europeia, que representam cerca de 50% do montante global da alteração orçamental que estamos aqui a discutir e representam cerca de 12% daquilo que eram as verbas previstas de transferências da União Europeia no Orçamento de 2003. Portanto, há aqui um acréscimo de 12% nas transferências da União Europeia, no Orçamento de 2003, por via da entrada destes 8,5 milhões de euros.

Assim sendo, gostaria de questionar o Sr. Secretário, por um lado, qual a razão de só agora isto aparecer e não ter aparecido no início do ano ou quando foi discutido o Orçamento?

Por outro lado, a obra para a qual esta verba vai ser aplicada, é uma obra que já está adjudicada desde 2001 e já se sabia, e eu tenho aqui o contrato, que para 2003 o próprio contrato já previa um volume de facturação de mais de 9 milhões de euros e, portanto, a lógica indicaria que no Orçamento de 2003 esta verba fosse lá colocada e que no lado das receitas também fosse posto o correspondente aos 85% da verba

que seria para gastar nesse ano. Por isso não se percebe bem a razão de só agora aparecer.

Também não se percebe, e só tive conhecimento do contrato depois da discussão do Orçamento, por que é que no Orçamento de 2003 só estão lá 4 milhões e tal de euros, quando já se sabia que neste ano iriam ser necessários mais 9 milhões.

Portanto, fica aqui esta dúvida de só agora isto ser colocado aqui.

Uma outra dúvida tem a ver com aquilo que o Sr. Secretário diz.

O senhor disse que a execução das receitas estava seguindo a normalidade e que se essa normalidade continuasse, em princípio, iríamos ter uma execução razoável no final do ano.

Eu devo dizer que a execução dos fundos comunitários tem sido aquela que tem tido a pior performance nas receitas da Região Autónoma dos Açores e, por exemplo, em 97 foram apenas executados 63,18% do fundos comunitários, 53,5% em 98, 70,16% em 99, 55,04% em 2000 e 72,89% em 2001.

Esta é uma das áreas, em termos de receitas, em que a performance é pior relativamente à execução orçamental da Região e é logo aqui que se vai, através desta alteração orçamental, reforçar substancialmente as receitas.

Portanto ficam aqui estas duas dúvidas, ou seja, por que é que não foi antes, sabendo-se que, por um lado, havia um contrato já feito para isso e, por outro lado, que convicção é que existe para se meter aqui esta verba, quando esta é uma das áreas onde há mais dificuldade de execução?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Só para, independentemente do complemento da resposta do Sr. Secretário Regional das Finanças, dizer que, em relação à obra da Variante Ponta Delgada/Lagoa, nós tivemos, na altura da reprogramação financeira e também na altura da feitura do Plano e Orçamento, algumas dúvidas da execução na íntegra do contrato. O ano passado tivemos uma deficiência de recursos financeiros que foi reconhecida e significou alguns ajustamentos no Plano, chegando a pensar que esta seria uma das obras que teria que ser desfasada durante mais algum tempo, mas também estávamos

preparados para, se fosse possível, como o foi, e ainda bem, rectificar o orçamento em alta, nomeadamente para permitir o cumprimento do contrato que estava estipulado.

Felizmente esta é uma obra que tem andado e continua a andar bem, dentro dos prazos contratuais. Foi possível afectar receita para que essas duas situações se coadunassem e é por isso que se traz aqui este reforço, permitindo que esta obra termine nos prazos e permitindo também que aqueles que vão usufruir delas possam tê-la dentro do prazo que estava inicialmente estipulado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Creio que a questão concreta colocada em relação do Programa 11 está respondida.

Quanto à questão dos fundos comunitários, eu já tive oportunidade de dizer nesta Casa que era por uma opção deliberada do Governo que se concentrava, nas receitas de fundos comunitários, o factor de mais aleatoriedade da execução orçamental, porque nós temos, como os Srs. Deputados sabem muito bem, fundos de receitas, nós temos as receitas próprias da Região, temos as transferências do Orçamento de Estado, temos fundos comunitários e recorremos a endividamento, quando o podemos fazer.

Em relação a transferências do Orçamento de Estado elas estão perfeitamente tipificadas e é possível acertar quase a 100%.

Quanto às receitas próprias da Região nós temos posto uma grande atenção na sua correcta orçamentação, por forma a que se chegue ao fim do ano com o máximo de aderência à realidade e próximo dos 100%.

Devo-vos dizer que a receita de IRS e de IRC arrecadada até Maio e fazendo a projecção até ao final do ano daquilo que nos é transferido dos duodécimos através do que foi contratualizado com o Governo da República e se não houver muitos acertos positivos e negativos que há ao longo do ano, garanto-vos que chegaremos ao fim do ano com 99,9% da receita arrecadada, corresponde à nossa previsão.

Portanto, nós, por opção, concentramos o máximo de rigor na orçamentação da receita própria, o máximo de rigor na orçamentação das transferências do Orçamento de Estado e pomos uma certa dose de aleatoriedade nas transferências da União Europeia, mas se acertássemos a 100% nas transferências da União Europeia, tínhamos uma execução do Plano a 100%, o que é materialmente impossível, porque há sempre obras que se fazem num determinado período do ano que só são facturadas 30 ou 60 dias depois.

Portanto, para termos taxas de execução do Plano também razoáveis, preferimos orçamentar a receita das transferências da União Europeia. Este não é um número atirado à toa, porque podemos receber na totalidade, referente a projectos que temos candidatados, mas também sabemos que muito provavelmente não iremos receber a totalidade disto, como também não iremos executar o Plano a 100%.

O facto de estarem aqui 8,5 milhões de euros de transferência da União Europeia, estão directamente relacionados com a execução a 100% da Variante Ponta Delgada/Lagoa e a Envolvente à Ribeira Grande este ano. Se recebermos os fundos comunitários a que temos direito, receberemos os 8,5 milhões de euros que aqui estão.

Era esta a explicação que tinha para dar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É óbvio que a explicação que o Sr. Secretário dá é passível, naturalmente, de algumas dúvidas continuadas, porque, e repito, esta obra estava consignada desde 2001 e sabia-se qual era o trajecto e não me vão dizer que quando fizeram o orçamento para 2003, nas receitas dos fundos comunitários, não contaram com as receitas provenientes de uma obra que os senhores já tinham o contrato assinado e que já estava em execução. Isso faz pouco sentido.

Sr. Secretário, já lhe disse há pouco e volto a repetir que a percentagem de execução, em média, dos fundos comunitários é das que tem pior performance no Orçamento da Região. O senhor confessou isso e não estamos em desacordo. Agora o que nos dá a ideia é que esta verba substantiva que aqui está, pode estar colocada numa

forma de sobrevalorizar ficticiamente receitas para poder aplicar verbas reais que os senhores vão receber.

Outra questão que o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos levantou tem a ver com o andamento de execução, maior ou menor, desta obra e gostaria que o Sr. Secretário me esclarecesse se é verdade ou não que – e nós já ouvimos o Sr. Presidente do Governo dizer por mais do que uma vez que não há crise financeira e não há problemas, porque nós só fazemos aquilo que podemos pagar – boa parte dos 4 milhões e tal de euros que estavam previstas no Orçamento, Programa 11, Projecto 11.1, serviram para pagar autos de medição de 2002 e não pagos? Gostaria de saber, por um lado, se isso é verdade ou não e, por outro, quais são esses autos de medição e o seu valor, para sabermos se é o Sr. Presidente do Governo que tem razão quando diz que não há atrasos e que fazem tudo o que podem pagar ou se o senhor me confirma que houve esses atrasos ou não nesta obra em concreto e se é verdade ou não que grande parte da verba que estava prevista para 2003, foi para pagar facturas de 2002?

Presidente: Tem a o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Uma empreitada desta natureza e desta dimensão tem sempre autos de medição no final do ano que transitam para o ano seguinte e é óbvio que, numa empreitada deste tamanho, não é possível, mês a mês, contabilizar todos os trabalhos no sentido de verificar se o que está orçamentado vai ser executado.

É um cronograma financeiro que é feito e é por isso que, nesta situação, é lógico saber que este ano nós vamos e estamos a executar muita obra que, pela sua natureza, necessita dum reforço financeiro.

Dando-lhe uma informação mais técnica, posso-lhe dizer que é na altura das pavimentações que se executa mais obra, mas também financeiramente se gasta mais dinheiro. É nesta fase que a obra se encontra e é por isso que é necessário introduzir aqui este reforço de verbas para responder aos compromissos das obras.

Portanto, sem lhe contabilizar, é natural que tenham passado alguns autos de medição do final do ano passado para 2003, como passam sempre em qualquer obra

e o Governo o que está a fazer é a assumir os seus compromissos financeiros, dotando a obra da receita necessária e suficiente para que no ano de 2003 tudo se processe com normalidade.

É isto que deve ser feito quando as receitas são afectadas como deve ser ou os contratos estão estipulados.

Tirar outras ilações de crises financeiras, o que nos parece é que não teria havido tanta falta de recursos financeiros no ano de 2002 se efectivamente o endividamento que a Região solicitou à Assembleia da República e que foi chumbado pelo partido de V. Exa.,...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: ... tivesse nessa altura permitido que nós tivéssemos mais regularização nesta e noutras obras.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Qualquer aperto que o Governo Regional sinta, há sempre uma forma de escapar, ou é para as Câmaras ou é para o Governo da República.

Voltamos outra vez ao mesmo e por mais que tentem disfarçar agora e se sentem incomodados, porque sabem que isso pode não vos correr muito bem, acabam sempre, perante qualquer aperto, por chutar para o lado, ou seja, para as Câmaras ou para o Governo da República.

Os senhores são os únicos que vão com o passo certo e que não têm responsabilidades nenhuma nesta situação, mas vou avançar com exemplos que provam o contrário:

As facturas 8013, de 3 de Setembro, a 8014 de 1 de Outubro, a 8016, de 4 de Novembro e a 8901, de 3 de Dezembro de 2002, foram todas elas pagas em

Fevereiro de 2003, através das folhas de pagamento n.ºs 16, 18, 19 e 20. Estas facturas totalizam mais de 3 milhões de euros e num orçamento que tinha para 2003 quatro milhões e tal de euros, três milhões foram para pagar o que vinha de trás.

Portanto, como o Sr. Secretário agora precisa de dinheiro, cuja fonte de receita já vimos que não é muito segura, e podemos falar duma sobrevalorização fictícia das receitas da Região Autónoma, teve que se arranjar agora uma verba, disfarçada na acomodação do encaixe financeiro do BCA, para poder pagar aquilo que vai ser feito, uma vez que já gastaram as verbas que tinham para este ano e que já não eram suficientes para pagar a cláusula 2ª do contrato que dizia que em 2003 eram 9.457.404, 61 euros.

Os senhores já sabiam que tinham que pagar isto este ano e não previram nas receitas dos fundos comunitários, não colocaram nas despesas do Plano o que tinham que pagar, pagando 3 milhões e tal de verbas em atraso, dos 4 milhões e tal orçamentados e por isso ficaram à rasca e agora arranjam uma fórmula de meter isto disfarçadamente e queriam que nós não reparássemos.

Portanto, está tudo aqui, temos os documentos, sabemos quais são as facturas atrasadas, sabemos quando é que foram pagas e temos até as folhas.

O Sr. Presidente do Governo talvez excedeu-se quando disse que não havia problemas financeiros e quando se excede em algumas coisas, o melhor é admitir isso, mas como não admitem, fazem o que é habitual que é culpar o Governo da República. Neste caso culpar as Câmaras é mais difícil.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Eu acredito que o senhor tenha os elementos, agora é preciso é saber lê-los.

Vozes da bancada PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS)

O Orador: Não é o facto de V. Exa. dizer que há facturas do Governo que foram pagas em Janeiro que isto implica uma crise financeira, porque seria má gestão financeira pagar em Dezembro essa factura de Dezembro, porque essa factura tem um prazo de pagamento de 60 dias.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E a de Setembro?

O Orador: Portanto, elas são pagas no limite do seu pagamento. É assim que se faz gestão financeira, porque em vez de se ir buscar dinheiro à banca, pagando juros, utiliza-se as facilidades que estão contratualizadas de pagamento a 60 dias e isso está estipulado num decreto-lei qualquer. Isso não é argumento para dizer que há atrasos de pagamento.

As facturas de Dezembro que ficam contratualizadas e podem ser pagas no mês seguinte ou dois meses depois, é considerado pronto pagamento, não tem juros de mora e é assim que qualquer Governo faz.

Em relação à crise financeira que Sr. Deputado fala, eu tive o cuidado de me munir também desses elementos, que têm a data de 16 de Julho, ou seja, de ontem e posso-lhe dizer que o que existe nas tesourarias da Região por pagar são 4.442 mil euros devidos a duodécimos de Junho do FRASE e do Instituto de Acção Social, duodécimo do IAMA de Maio e três folhas no montante de 3 milhões de euros da Junta Autónoma dos Portos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E as facturas que foram devolvidas? Eu também conheço esse truque!

O Orador: Isto é o que estava ontem por pagar e vai ser pago, uma vez que os ordenados de Junho sejam transferidos para as contas dos funcionários da Região e restarão verbas para se pagar tudo e ficará zero nas tesourarias por pagar.

Sr. Deputado, esta é a situação financeira da Região e, como já lhe disse, temos uma execução orçamental do Plano de 47,79%, tudo pago nesta altura do ano.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mais as folhas devolvidas!

O Orador: Sr. Deputado, também lhe quero dizer que a verba do encaixe financeiro do BCA não pode ir financiar a estrada da Ribeira Grande...

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor há-de ler o parecer de economia. Ele diz o contrário!

O Orador: Não fui eu que o fiz e não sei o que está lá, porque não o li.

O que eu lhe digo, e disse-o na Comissão, é que o encaixe financeiro do BCA é para o Programa 32 – Sector Público Empresarial e não pode ser gasto em outra coisa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de dizer que, felizmente, para bem dos Açores, esse cliché da crise ainda não tem valimento na Região Autónoma dos Açores.

Parece que, por vossa vontade, o que interessava era que a Região não tivesse possibilidades neste ano de 2003 de fazer um orçamento rectificativo para afectar receitas aos seus compromissos.

Também parece que o que é mau é o Governo ser bom pagador e resolver os compromissos que tem com as obras que existem na Região Autónoma dos Açores.

Parece que o que vos incomoda não é o facto de nós resolvermos financeiramente as questões, mas por a crise em que o país está mergulhado não ter chegado à Região e os senhores continuam como os grandes defensores da economia nacional.

Como foi bem explicado pelo Sr. Secretário das Finanças, os Açores, felizmente, não tem esse prisma e nem vão ter, porque nós estamos a fazer as coisas à medida das possibilidades e dos recursos financeiros da Região e foi por isso que reafectámos um plano em baixa no ano de 2002, por mais que isso nos custasse, e é por isso que também quando temos receitas que aparecem, acabam por poderem ser afectadas aos nossos compromissos.

Portanto, o vosso tom é um tom de desagrado pelo cumprimento dos compromissos do Governo. Isso não faz nenhum sentido e por mais que se esforcem em transpor e transportar crises nacionais para a Região Autónoma dos Açores, não vão conseguir, porque isso não é feito com órgãos de comunicação nem com slogans, isto é feito

com a prática diária do Governo Regional e com o rigor que tem sido posto nas contas.

Os senhores podem continuar a insistir nessa política, porque a Região Autónoma dos Açores vai continuar na senda do desenvolvimento como tem acontecido até aqui e não é pelas vossas palavras vãs e ocas de todos os dias invocarem a crise para a Região Autónoma dos Açores que ela vai chegar.

Parece que isso seria a vossa satisfação, por falta de mérito próprio.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governos:

Para não fugirmos para aquilo que costuma ser o hábito do PSD, que é começar pela floresta e depois acabar pendurado numa arvorezinha, esta discussão está a um nível em que me parece que ela deve ser posta. Estamos realmente com o PSD pendurado na arvorezinha das facturas.

Quando se está a discutir, e é preciso enquadrar isso, uma rectificação orçamental que vai injectar mais 18 milhões de euros em investimento público, sabemos que neste momento na Região existe algum reajustamento numa economia que cresceu exponencialmente e dou-vos só um exemplo tirado do último boletim informativo de Abril do INE que refere o total de fogos licenciados em construções novas para habitação no país, diz que: “Para o período homólogo anterior, nos últimos 12 meses houve uma variação média negativa de 14,1%, acentuando-se o comportamento crescente do número de fogos licenciados”.

O mesmo boletim especifica região a região e salienta que no Norte houve uma queda de 20,8%, Lisboa e Vale do Tejo 19,7%, na Península de Setúbal menos 38,8%.

Neste período apenas duas regiões tiveram uma evolução positiva, a Madeira com 0,7% e os Açores com 114,3%.

É evidente que esses picos não se podem manter eternamente e vai haver necessariamente uma fase de ajustamento nesses números.

Ainda ontem num jornal esse mesmo problema era referido e, curiosamente, era um director regional que chamava a atenção para essa situação, porque ela, provavelmente, não se poderia manter durante muito tempo em alta e o responsável pela AICOPA dizia e cito: “Não há quebra na construção civil, porque o volume de mão-de-obra a trabalhar mantém-se. Não há desemprego na construção civil. As empresas continuam à procura de pessoal, logo isto não denota nenhuma crise com essas proporções”.

E acrescentava ainda:

“Existem trabalhos para a construção civil e obras públicas para os próximos anos, sem que haja uma queda muito significativa, ao contrário do que já acontece no continente português onde se verifica uma quebra maior e um pessimismo na actividade em questão”.

É um representante dos empresários açorianos que diz que não há crise na economia, mas esta injeção, e isso é que interessa ressaltar, de 18 milhões de euros não é tão desprezível como isso. Neste contexto nacional e neste contexto regional de reajustamento da economia é mesmo importante.

A propósito da evolução da economia, em relação a números, eu gostava, de chamar a atenção, porque os textos precisam de ser enquadrados.

O PSD tem usado, nomeadamente o Sr. Deputado Duarte Freitas, fartamente um número que, se relativo aos Açores, diria que, em relação ao PIB, os Açores teriam descido de 53 para 52%. O Sr. Deputado diz isto simplesmente sem mais nenhuma observação, mas é preciso enquadrar esses números e é isso que o senhor não faz nesta situação concreta nem em relação a esses números.

Para mostrar o que efectivamente isso significa, eu tenho aqui na mão um mapa do EUROSTAT que traz esses números e em relação a Portugal, de 98 a 2000 passou de 71 para 68. Especificando por regiões, no Norte de 58 para 56, no Centro de 56 para 54, Lisboa e Vale do Tejo de 94 para 91, no Alentejo de 57 para 54, no Algarve de 70 para 66, nos Açores de 53 para 52 e na Madeira de 66 para 74%. O que é que isto significa?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Diminuiu e fica contente.

O Orador: Significa que os Açores desceram apenas um ponto, enquanto que o País, no seu conjunto, desceu 3 pontos, havendo algumas regiões que desceram 4 pontos.

Portanto, isto traduz uma melhoria da situação económica da Região e os números confirmam isso mesmo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O que quer dizer que Guterres é pior do que Carlos César.

O Orador: Quando o País desce 3 pontos e os Açores apenas descem 1 ponto, é uma melhoria, mas os números também dizem mais do que isso. O último PIB regional calculado com valores reais foi em 99 de 1.917.000.000,00 de euros. Estes são números do INE. Os números do EUROSTAT para 2000 são de 2.047.000.000,00 de euros, ou seja, segundo a estimativa do EUROSTAT, entre 99 e 2000, há um crescimento de 129 milhões de euros, o que significa um crescimento nominal de 6,7% e um crescimento real de 4%.

Mas, se falarmos do PIB per capita em 99 ele era de 8.100 euros e em 2000, segundo os números do EUROSTAT, era de 8.546 euros, ou seja, um crescimento de 5,5%.

Portanto, isto mostra qual é o valor dos números que V. Exas. não sabem nem querem ler e o que pretendem é atirar com eles cegamente aos olhos das pessoas, para aparentemente transformarem, com base nesses números, aquilo que é crescimento em decréscimo e aquilo que é desenvolvimento da economia em recessão.

É agarrados a esta habilidade que V. Exas. continuam pendurados na árvore das facturas ou outras semelhantes, como as árvores dos números, mas é evidente que nessas árvores ficam sozinhos, porque sempre que chega a hora em se demonstrar que esse galho não é aquele que os açorianos querem, – eles querem a árvore, querem a floresta – deixar-vos-ão plantados nesses galhos das ilusões, dos falsos números e das falsas conclusões que vão tirando, mas que vão, a pouco e pouco, sendo desfeitos e desmascarados. É o que está, efectivamente, a acontecer neste momento.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa andou de roda, de roda e ficou enriquecido nos seus próprios argumentos, porque não sei quem é que lembra dizer que passar de 53 para 52% do PIB da União Europeia é uma melhoria.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Diga o resto!

O Orador: Eu às vezes vejo umas chamadas de atenção no nosso glorioso Serviço Regional de Estatística dos Açores que até parece que são também escritas pelo senhor.

Portanto, os números são claros que nem vale a pena argumentar. Passamos de 53 para 52% e o senhor quer que a gente diga que melhorou. Infelizmente piorámos e esses foram os anos gloriosos dos milhões socialistas.

Estamos a falar de verbas dos tais anos gloriosos, 98 a 2000, e o senhor sabe que a partir de 200 e 2001, e isso já foi debatido e provado, a trajectória das finanças regionais tem tido bastante erosão e basta lembrar a componente não executada no Plano de 2000, 2001 e 2002.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): E não sabe porquê?

O Orador: Sei sim senhor. Sei que os senhores em 2001 bateram o recorde de percentagem não executada do Plano. Esses problemas já vêm desde 1999 e 2000.

Portanto, eu quero dizer que o decréscimo de 53 para 52%, e toda a gente percebeu, são nos gloriosos anos dos milhões socialistas e mesmo assim descemos relativamente à média da União Europeia. Isto é dramático.

Sr. Deputado Dionísio de Sousa, permita-me que lhe diga que, e eu chamei a atenção para isso, o que está aqui escrito no relatório da Comissão não está correcto.

O senhor gosta de chamar a atenção e de corrigir os outros, agora também quero chamar-lhe a atenção para uma correcção que foi levantada por mim aquando da análise do relatório, que julguei que tinha sido corrigida.

O relatório diz que isto resulta do encaixe da reprivatização e depois diz o seguinte: “Neste caso trata-se de aplicar em diversos programas do Plano, com relevo para o Programa 11, da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, de uma parte substancial da receita resultante da quinta e última fase de reprivatização do BCA”. Sr. Deputado, nós chamámos a atenção para isto e isto continua aqui.

Isto está totalmente errado e o Sr. Secretário sabe que não é a verba que vem da reprivatização do BCA que vai ser aplicada no Programa 11.

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa que gosta de corrigir, de fazer passar aqui a mensagem e o rigor, não corrigiu aquilo que estava mal e tendo sido feita uma chamada de atenção para isso em sede de Comissão.

Para que fique também registado no diários das sessões, isto continua mal, porque legalmente estas receitas da reprivatização não podem ser aplicadas no Programa 11.

Para terminar esta minha intervenção gostaria de perguntar ao Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos se acha que é boa gestão gastar 75% das verbas previstas para 2003 para pagar uma obra de 2002? Acham que isto é boa gestão e que não há problema nenhum? Acham que isto é normal?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Foi para pagar obra feita, Sr. Deputado.

O Orador: São 75% e por isso tiveram que arranjar verbas que penso que são fictícias. Quando chegar o relatório de execução financeira e material, havemos de ver.

Se o senhor acha que pagar 75% de obras do ano passado com verbas deste ano é boa gestão, estamos conversados.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

Não era minha intenção participar neste debate, aliás, no seguimento daquele que tinha sido o compromisso assumido na Conferência de Líderes que reuniu há pouco, mas sem querer polemizar ainda mais este assunto, há aqui alguns aspectos que me parecem importantes salientar e, sobretudo, tentar repor alguns factos.

O Sr. Deputado Duarte Freitas, e com ele, presumo, todo o Partido Social Democrata, pretendeu lançar subtilmente alguns ataques aos Partido Socialista e ao Governo a propósito desta alteração orçamental.

Em primeiro lugar, o senhor pretendeu pôr em causa aquilo que, com muito orgulho, o Partido Socialista assume como uma das peças mais importantes do seu património governativo e que é o de pagar e fazer aquilo que se pode pagar.

O senhor sabe que nós temos legitimidade para dizer isso, porque com a mesma verdade, com o mesmo rigor e com o mesmo sentido de responsabilidade que dizemos que esta é a nossa política, que esta é a nossa postura, também temos a mesma verdade, o mesmo rigor e a mesma responsabilidade para trazer a esta Casa reafecção de Planos a Médio Prazo, para dizer e assumir claramente quando existem dificuldades e explicar aos açorianos por que é que existem dificuldades. Houve uma altura em que essas dificuldades se manifestaram e isso foi claramente assumido. Agora não há.

Portanto, Sr. Deputado Duarte Freitas, em relação a esta matéria, com a mesma verdade e rigor que o senhor não teve na sua intervenção,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não tive, porquê?

O Orador: Eu já lhe explico.

... aqui fica o esclarecimento do ponto de vista político e que é extremamente importante.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Por que é que eu não tive verdade e rigor?

O Orador: Vai esperar um bocadinho. Eu vou-lhe explicar quando entender que o deva fazer e não quando o senhor quiser.

Em relação a esta matéria, Sr. Deputado Duarte Freitas, fica a consciência e o registo nesta Casa, e conforme foi salientado pela intervenção do Sr. Secretário Regional

das Finanças, que em relação a questões de bom pagador, o Partido Socialista continua com este mérito intocável e é fruto da perspectiva de verdade e de rigor com que se encara esta matéria que fizemos aquilo que fizemos no passado, e não apenas uma questão de tempo de vacas gordas ou de vacas magras, é uma questão de que esta é a nossa postura e entende-se que é assim que as coisas devem funcionar, porque acreditamos que a Administração Regional, no caso concreto, é e deve ser pessoa de bem.

Em segundo lugar, aquilo que nos leva à tão famigerada crise, por vezes dá a impressão que os Srs. Deputados do PSD querem que exista crise.

Deixe-me, por favor, explicar-lhe qual é a nossa postura em relação a esta matéria.

O Sr. Deputado falou em recordes de não executado e se quer colocar a questão em termos de recorde...

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): 2001!

O Orador: ... eu também lhe posso dizer que este Governo bateu o recorde da taxa de execução.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Bateu antes e por isso é sempre assim.

O Orador: Não é por isso que é sempre assim.

O senhor sabe, mas não disse porque motivo é que houve a taxa de execução que houve em 2001. O senhor não disse, apesar de saber.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Eu já o disse aqui.

O Orador: Desculpe lá, mas não disse.

Para o registo político que fica é a acusação que o senhor fez ao Governo Regional, sem ter tido a coragem de dar a explicação e a explicação que o Governo Regional em 2001 sempre apresentou foi que a taxa de execução era aquela, por o abaixamento dos impostos se ter repercutido inesperadamente num só momento, quando se contava com as verbas provenientes desses impostos.

(Risos do Deputado Duarte Freitas)

Está a rir-se porquê? Não foi isso que foi dito?

Em relação a esta matéria era isto que interessava também salientar.

Se o senhor quer recordes de não execução, da responsabilidade do Partido Socialista ou de responsabilidade do Partido Social Democrata, meu caro amigo Duarte Freitas, o PS está à vontade.

Em todos os executivos que foram da vossa responsabilidade e em todos os executivos que são da nossa responsabilidade, vamos confrontar números.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor está a falar de quê?

O Orador: Estou a falar, por exemplo, de taxas de execução de algumas câmaras municipais.

Para terminar, devo dizer-vos que a garantia com que se pode ficar deste debate e da postura do Partido Socialista é que nós encaramos as eventuais dificuldades de frente e damos-lhe resposta.

A questão aqui não é ser um mar de rosas, não haver crise, não haver dificuldades, mas o facto dos senhores insistirem nesse discurso.

Sr. Deputado Duarte Freitas, ao contrário daquilo que acontece no todo nacional, a forma como o Governo Regional tem enfrentado um clima económico internacional desfavorável, um clima económico nacional desfavorável, demonstra claramente que, naquilo que depende de actuação política, nós estamos, sobremaneira, à vontade.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria salientar um aspecto que foi referido em relação ao parecer da Comissão.

Há uma parte de verdade naquilo que foi dito, há um erro na identificação do programa, mas esta parte foi lida na Comissão.

Isto escapou-nos a todos e a mim também. Era para ter falado nisso na anterior intervenção e só não o fiz por esquecimento.

Efectivamente as verbas da reprivatização não são predominantemente para o Programa 11, mas sim para o Programa 32. Aliás, isto resulta do próprio mapa que acompanha. Foi um erro de identificação, mas volto a repetir que esse texto foi assim para a Comissão e escapou-nos a nós todos.

A outra parte que o Sr. Deputado refere e que foi acrescentada, é o seguinte: “...em simultâneo introduziram-se...”. Isto é que correspondeu, na versão definitiva do parecer, àquela observação que fizeram de que não se podia reduzir apenas ao aspecto do encaixe do BCA e, portanto, tentou-se ajustar àquilo que foi apresentado e sugerido na Comissão.

Na Comissão escapou a todos e a mim com mais responsabilidade, como é evidente, a identificação de um programa que resulta claramente, como se pode ver, do mapa do orçamento que é para o Programa 32 e não para o 11, mas suponho que não há grande problema por isso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando eu vim há pouco da nossa Conferência de Líderes estava convicto de que não ia falar mais sobre este assunto e que íamos proceder às votações, e esta não é a questão principal, mas uma vez que já vamos jantar tarde eu não queria deixar de dar um testemunho sobre este debate e devo dizer que é um debate que me confunde fortissimamente.

Em primeiro lugar, confunde-me fortemente que o PSD, partido responsável pelo Governo da República, tenha vindo tocar numa questão financeira que tem a ver com uma situação que houve de dificuldade de pagamentos e que, em função de não ter podido recorrer à dívida pública, o Governo tivesse que apresentar os problemas de determinada maneira.

Confunde-me também a discussão económica levantada pelo PSD, porque o partido que está a governar a República, que está a fazer uma política geradora de crise, geradora de recessão, que uma parte dela vai cá chegar, não tenhamos ilusões, porque, há uma fortíssima interligação, não pode vir discutir economia como se não tivesse nada a ver com as questões de economia, incluindo as regionais.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: Portanto, todo o pressuposto da intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas tem um ponto de partida como se estivéssemos aqui uma realidade metida numa campânula que não é verdade.

Também queria dizer que a leitura demasiado optimista que é feita pela maioria e pelo Governo Regional, não hoje, mas tenho ouvido nomeadamente o Sr. Secretário Regional da Economia e o Sr. Presidente do Governo, principalmente nos primeiros três meses deste ano, com um discurso muito animado, penso que tem de ser moderado face à realidade, como penso que os que estão no poder desde 96, os que tiveram antes de 96, apesar do muito grande investimento comunitário desde a pré-adesão à CEE, o nosso processo de desenvolvimento não ganhou o ritmo que noutras regiões similares ganhou. Temos que pensar nisto.

O que foi feito é mau, é errado? Não, necessariamente, mas se calhar é incompleto e necessariamente insuficiente.

Portanto, a discussão económica colocada neste contexto, nesta sede e, se me permitem, a esta hora, nestes pressupostos, parece-me completamente descabida e isto tinha que ser efectivamente dito e com a clareza do costume.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quase que era desnecessário falar agora, depois das intervenções dos meus camaradas da bancada do PS e principalmente depois da intervenção do Deputado José Decq Mota que veio introduzir um realismo nesta discussão e pôr alguns argumentos que são válidos e que não podem ser escamoteados.

Em relação ao excesso de optimismo do Governo Regional, eu creio que não há, porque é objectivo do Governo Regional tentar blindar ao máximo, naquilo que nos é possível, a nossa economia e daí que tenhamos toda a nossa atenção concentrada em argumentos políticos para quando chegar a altura de negociar verbas, por exemplo, do IV QCA, o possamos fazer. Neste momento estamos a arranjar essas

armas e esses argumentos políticos e com sucesso, diga-se de passagem, e é também por isso que em todas as oportunidades que nós temos de aumentar investimento o fazemos.

Depois de ver o regozijo na bancada do PSD quando nós viemos aqui baixar a bitola, numa posição de coerência e de realismo das metas e dos objectivos quantitativos do PMP, agora que nós vimos aumentar o investimento do Plano em 17 milhões de euros, é com estupefacção que vemos que este regozijo, por parte do PSD, continua sempre pela negativa.

Sr. Deputado Duarte Freitas, o investimento que nós vamos fazer em 2003, com este acréscimo que agora está feito, corresponde a 9,5% do PIB Regional estimado para 2002.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Qual PIB regional? O senhor sabe que não há isso!

O Orador: Infelizmente, e é com coerência que lhe digo, que o Governo da República em 2003 apenas consegue ter um PIDAC que corresponde a 2,1% do produto nacional.

Nós temos quatro vezes mais de investimento em relação ao produto.

O PSD por mais que queira ser arauto da crise não vai, por este facto, fazer com que a crise chegue aos Açores.

É evidente que a nossa economia é uma economia aberta, é uma economia vulnerável, é uma economia frágil e não se pode eximir na totalidade aos adversos efeitos externos.

O nosso desejo e a nossa obrigação é lutar com todas as armas que nós temos para ter aqui na Região, se possível, um desenvolvimento económico em contra ciclo com o que se passa no resto do país e isto está, efectivamente, a suceder.

Os senhores já tentaram ameaçar com crise económica, mas já recuarem, porque efectivamente não existe nenhuma crise financeira e tudo faremos para que a nossa Região se desenvolva, mesmo em contra ciclo, se possível. É esta a nossa obrigação, não abdicamos dela e continuaremos.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero dizer ao meu caro amigo, Deputado José Decq Mota, que não aceito que me tente condicionar a falar naquilo que eu entender como Deputado, relativamente à economia regional ou nacional.

Em segundo lugar, nós, PSD, encaramos este debate com muita calma e tranquilidade.

Tentámos colocar questões e à medida que elas foram sendo melhor ou pior respondidas começámos a tentar perceber melhor o que é que estava em causa.

Nós próprios dissemos o que é que aumentava nas verbas do Plano e o que é que isso representava, mas, Sr. Deputado, chegamos a um ponto que temos que questionar, e é também esse o nosso papel aqui dentro, de quem é a responsabilidade desse erro que existiu. O que se está aqui a corrigir já devia estar previsto.

Portanto, ou há receitas sobrevalorizadas ou fictícias que nós vamos ver quando for da execução financeira e material e cá estaremos para ver se Deus quiser, ou então houve um problema, porque – e não tem a ver com a crise maior ou menor, se já existe ou não existe – todos sabemos que existe problemas na economia internacional, na economia nacional e existem problemas na economia regional.

O vosso discurso já não é o mesmo de há um ano, há um ano já não era o mesmo de há dois anos e há dois já não era o mesmo de há três anos e, como vos disse, a trajectória das execuções dos vossos Planos e Orçamentos tem vindo desde 2000 a cair. Os senhores sempre quiseram negá-lo, depois quando começaram a reconhecê-lo, tentaram arranjar desculpas noutros e quando já não conseguem – e tenho dados das vossas execuções que são cada vez piores – tentam comparar com as autarquias. As culpas são sempre do Governo da República ou então fazem comparações com as autarquias.

Mas, o que eu queria perguntar é se os senhores acham normal que 75% das verbas previstas neste programa para 2003 sejam para pagar despesas de 2002? Eu acho que

não é normal e é por isso que pomos em causa, a reboque do encaixe financeiro da reprivatização do BCA, esta proposta como se viessem mais fundos comunitários e se tivesse descoberto isso agora.

É evidente que existem aqui problemas, porque nós analisamos, estudamos, temos aqui os dados e sabemos até quais são as facturas e as folhas de pagamento. Assim sendo, como é que queriam que nós não puséssemos estas questões.

De facto há pagamentos em atraso, foi mal calculado e deviam ter estimado outras verbas, porque se assim fosse não se gastavam 75% das verbas previstas no Orçamento para 2003 para pagar despesas de 2002.

Vozes dos Deputados Luís Sequeira de Medeiros e Clélio Meneses (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Freitas e também meu muito estimado amigo, embora muito mais jovem, levo algumas das suas afirmações à conta da sua juventude.

Nós estamos numa instituição plural em que se todas as vezes um de nós, quando fosse para discordar de outro, pensasse que estava a condicionar o outro, então uma instituição desta natureza não funcionava, ou seja, eu dei uma opinião e fiz uma avaliação sobre a suas intervenções e mais nada do que isto.

Agora, vir dizer que o que eu disse é pretender condicioná-lo, o Sr. Deputado Duarte Freitas não diga isso, porque não é e eu não quero condicionar ninguém,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor não podia falar nisso.

O Orador: ... mas quero simplesmente também ter sempre o direito, nos termos do Regimento, Sr. Presidente, de poder dar minha opinião ou a desta bancada.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Terá sempre esse direito. Não tenha qualquer dúvida.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos. Dispõe de três minutos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria reafirmar a esta Câmara que não é correcto, não é verdade que as verbas que estão aqui a ser indicadas pelo Governo para reforçar estas dotações sejam para pagar 75% seja do que for.

Agora, a verdade é que essas verbas são inscritas no Plano de 2003 para pagar obra que vai ser facturada ainda no ano de 2003 e facturação do final de ano de 2002 e, portanto, é completamente falsa essa percentagem de 75%.

A verdade também é que o Governo Regional reafirma aqui outra vez que está assumindo os compromissos com esta empresa e com todas as empresas que têm contrato com Região Autónoma dos Açores e é por isso que quando temos receitas as afectamos.

Os senhores ficam incomodados, e eu já disse isso aqui, por nós sermos pessoas que estamos a cumprir com os nossos pagamentos. Talvez gostariam mais que nós tivéssemos a situação que herdámos de 92 a 95 dos calotes que os senhores deixaram aos empreiteiros anteriores.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por falar em pagar, eu faço-lhe duas perguntas:

Quem é que vai pagar o factoring desta obra que os senhores estão fazendo agora e que todos nós sabemos? Vão ser os senhores ou vamos ser nós em 2005.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Somos nós. Esteja descansado!

O Orador: Eu nem sequer ponho isso em causa. Vão ser os senhores até final de 2004 ou seremos nós em 2005. Foi isso que eu quis dizer.

Por falar em calotes, quem é que está pagando o abaixamento das tarifas da EDA que os senhores se vangloriaram? Quem é que está pagando a vossa campanha eleitoral?

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Eu gostava que o Sr. Deputado Duarte Freitas explicasse melhor a seguinte frase: “Quem que está pagando a vossa campanha eleitoral?”.

Deputado Duarte Freitas (PSD): A de 2000!

O Orador: Porque isto pode ser muito mal entendido em relação a esta questão, gostava que o Sr. Deputado Duarte Freitas explicasse claramente o que é que está aqui em causa.

Em segundo lugar, Sr. Deputado Duarte Freitas, e já que me levantei, quero dizer-lhe que em relação ao pagamento de qualquer eventual factoring, cá estará o Partido Socialista, no Governo de 2004/2008 para pagar, como sempre, tudo aquilo que dever.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Duarte Freitas vai clarificar para não haver mal entendidos. Tem a palavra.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou explicar muito rapidamente.

A minha intenção quando disse pagar a campanha eleitoral, penso que toda a gente percebeu os argumentos que foram usados de elogio ao Governo da República e do bom relacionamento e um deles foi as tarifas da EDA terem baixado e, como os senhores sabem, as tarifas baixaram e quem sofreu as consequências foi a EDA e quem vai pagar é o Governo de Durão Barroso que os senhores dizem tanto mal.

Em relação a 2004/2008, e já que me levantei também para esclarecer o Sr. Deputado, eu às vezes tenho a impressão que os senhores estão a arranjar tantos esquemas de factorings, de sociedades de desenvolvimento, etc., para pagar no futuro, porque já têm a convicção de que não é que vão ter essa chatice. Isso nós percebemos.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria apenas de esclarecer o Sr. Deputado Duarte Freitas, e agradecendo desde logo o esclarecimento que deu relativamente ao alcance da sua expressão de campanha eleitoral, de que há algo que é indesmentível e que é o seguinte:

Foi um Governo do Partido Socialista que decidiu baixar tarifas aéreas, baixar tarifas de electricidade.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É fácil dizer isso.

O Orador: Sr. Deputado Duarte Freitas, é tão fácil dizer isso, como também é fácil que, e presumo que é seguro dizer, se não houvesse a decisão política de baixar essas tarifas, nós ainda hoje não teríamos essas tarifas mais baixas, porque não seria com a Dra. Manuel Ferreira Leite, Ministra das Finanças, que algum dia os açorianos veriam tarifas aéreas e tarifas de energia eléctrica comparáveis ao território nacional.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Ela é que está a pagar.

Portanto, os açorianos sabem que fomos nós que tomámos a decisão política de baixar as tarifas.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, coitada da Dra. Manuela, com todo o respeito que tenho por ela, porque ela é que está pagando isso tudo.

É fácil decidir baixar as tarifas. É fácil fazer tudo isso e os outros que paguem.

(Aplausos da bancada do PSD)

Os seus argumentos também ajudam a clarificar outra questão.

O Sr. Presidente do Governo Regional há poucos dias, quando foi anunciado pelo Primeiro Ministro as tarifas iguais dos telefones para toda a Região dos Açores, tentou dizer, com desrespeito até por essas boas notícias para os açorianos, que já sabia da notícia e que isso era uma questão meramente empresarial. Esta é empresarial e a da EDA não era? Por amor de Deus!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, não sei se já se esqueceram que estamos a debater uma alteração ao Orçamento da Região. Agora já estamos a discutir tarifas e daqui a pouco estamos a discutir outra coisa qualquer. Faço um apelo no sentido de voltarmos ao assunto em discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que esta matéria trazida pelo Sr. Deputado Duarte Freitas tem toda a relação com a questão que estamos a discutir, porque é por ter havido essas medidas que neste momento podemos estar a discutir uma alteração orçamental, num orçamento

que tem as características que tem e por isso penso que as questões estão relacionadas.

Sr. Deputado Duarte Freitas, a sua última intervenção fez-me relembrar um problema que o PSD tem que é não distinguir, e este Governo da República dá bastantes provas disso, entre aquilo que é um órgão de decisão política e aquilo que é uma pagadoria. O senhor está a salientar a questão da pagadoria e eu estou a salientar, e é isso que se exige do Governo, a tomada de decisões políticas.

Sr. Deputado Duarte Freitas, há algo mais que é importante dizermos.

Quem é que decidiu que o NAV II ficava em Santa Maria e quem é que pagou? Foi o Governo do PS.

Portanto, nesta matéria o senhor não tem razão. Além disso esta discussão releva, porque as instituições continuam. É neste âmbito que esta matéria ganha particular relevância e há decisões políticas que vinculam o Estado e por isso mesmo, os governos passam, mas o Estado deve cumpri-las.

Ainda bem que o senhor me fala nas questões empresariais e nas medidas anunciadas pelo Sr. Primeiro Ministro. Aproveito para registar nesta Casa, na sequência daquilo que têm sido as declarações do Sr. Presidente do Governo, que são medidas positivas. Já se conhecem algumas delas, mas nem por isso deixam de ser positivas.

Ao contrário do que aconteceu em relação a um presidente de câmara do seu partido que desmentiu o líder do PSD-Açores e desmentiu o Primeiro Ministro de Portugal quando chamou a atenção para o facto dos fundos extra não cobrirem a construção de novas habitações, o senhor não ouviu nada da nossa parte.

Sr. Deputado Duarte Freitas, nós temos perspectivas claramente diferentes sobre aquele que deve ser o papel de um Governo e aquele que deve ser o alcance das medidas que um Governo toma.

O senhor tem a sua posição, nós temos a nossa.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O ter sido citado não significa que tivesse que falar, mas em qualquer caso, embora fora do debate que aqui está a decorrer, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro disse que um presidente de câmara

me tinha desmentido e isso é absolutamente falso.

Eu dei uma conferência de imprensa onde justamente disse que aquilo que o Sr. Primeiro Ministro tinha feito referência e que a candidatura iria ser apresentada aos fundos EFTA, explicando que no espírito desses fundos e na legislação que os definem não se inclui a construção de habitações sociais, mas sim questões como o ambiente, infra-estruturas e saneamento básico. Nós estávamos a falar na requalificação da Freguesia de Rabo de Peixe.

As habitações sociais referidas pelo Sr. Primeiro Ministro não tinham nada a ver também com uma reunião que o Sr. Secretário tinha tido com a Sra. Secretária de Estado, e foi isso que o Presidente do Governo disse erradamente, porque não fazia sentido apresentar um projecto que tinha a ver com a requalificação da Freguesia de Rabo de Peixe e esquecer as questões de habitação social.

O que o Governo da República disse, e foi isso que eu disse, foi que assumia o compromisso de dar o seu contributo na resolução do problema habitacional, através do Governo Regional e da cooperação que agora, com legislação do actual Governo da República, é possível, entre o Governo Regional e o INH e também com a cooperação que tem haver, através dos programas que todos conhecem, entre o Governo da República e a Câmara Municipal da Ribeira Grande.

É impossível o Sr. Presidente da Câmara me ter corrigido, porque quem acabou por comunicar isso ao Sr. Presidente da Câmara fui eu próprio e, portanto, não é verdade que alguém me tenha corrigido.

Eu nunca disse isso. O que eu expliquei sempre, e tenho as gravações, foi exactamente isto que acabei de explicar agora.

Esta discussão pode já ir muito longa, mas eu não podia deixar de registar uma questão levantada pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro, segundo a qual um presidente de câmara me tinha corrigido.

Eu é que corriji o Sr. Presidente do Governo e na altura até disse que admitia que o engano do Sr. Presidente não fosse intencional e que tivesse cuidado, porque podia não ter conhecimento, podia não ter feito a avaliação correcta das declarações do Primeiro Ministro.

Portanto, de tudo o que disse até agora existem gravações que abonam a favor daquilo que eu estou a dizer. Eu sei muito bem e estou certo do que estou dizendo e o Sr. Deputado Vasco Cordeiro enganou-se quando disse que alguém me desmentiu. Ninguém me desmentiu nem o pode fazer, porque eu sei muito bem do que estou a falar e muito menos o Presidente da Câmara da Ribeira Grande que apenas disse, quando muito, exactamente aquilo que eu estou a dizer aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era apenas para agradecer ao Sr. Deputado Victor Cruz o esclarecimento e por essa forma ficar definitivamente esclarecido, quer nesta Câmara, quer para todos, que, ao contrário daquilo que veio noticiado, a candidatura aos fundos EFTA não é para a construção de 100 novas habitações, é uma candidatura para outros projectos que terão influência na construção de novas habitações.

Eu agradeço ao Sr. Deputado Victor Cruz o esclarecimento desta questão, mas com este esclarecimento surge a constatação de que em relação à construção de novas habitações em Rabo de Peixe o processo que neste momento está mais avançado é

aquele que diz respeito à reunião do Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos com a Sra. Secretária de Estado da Habitação.

Mais uma vez agradeço o esclarecimento do Sr. Deputado Victor Cruz e com isso termino a minha intervenção nesta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Reconheço que estamos muito fora do tema, mas quero só dizer muito rapidamente que é verdade o que o Sr. Deputado disse, mas esqueceu-se de dizer a outra parte.

O Governo da República também assumiu o seu contributo, quer no relacionamento com o Governo Regional, quer com a Câmara Municipal da Ribeira Grande, no sentido de ajudar a resolver o problema das habitações de Rabo de Peixe. Isso tinha que ficar dito e aquilo que o Sr. Primeiro Ministro disse foi que apresentaria uma candidatura e falou também em 100 habitações e penso que, se correr tudo bem, não vão ser só 100, se calhar serão 120, 140, 160 ou até 200 casas.

Será com a cooperação do Governo Regional? Muito bem! Com a Câmara Municipal da Ribeira Grande? Muito bem! Agora, não se pode desvalorizar a candidatura aos fundos EFTA, porque esta candidatura pode justamente ir recolher um contributo financeiro que vale mais do que 100 casas e, portanto, podemos estar a falar numa das decisões mais importantes que alguma vez se tomou sobre Rabo de Peixe, em termos da sua requalificação, que tem a ver com todos os aspectos, por exemplo, do ambiente, saneamento básico, etc.. Consultando a internet, qualquer pessoa fica a saber para que servem os fundos EFTA.

Sabemos que é uma candidatura, mas uma candidatura levada muito a sério, para a qual o Governo da República deu prioridade e acho que estamos todos muito felizes com isso.

Portanto, Sr. Deputado, uma coisa não dispensa a outra e o Governo da República está sensibilizado para isso e ainda bem, e continuaremos a sensibilizá-lo, sempre que for possível, para resolver, conjuntamente com o Governo Regional e a Câmara

Municipal os problemas da habitação social, mas também outros problemas que existem em Rabo de Peixe.

É preciso que isto fique também tudo bem esclarecido. Não se pense que é mau pelo facto de não incluir casas, porque numa candidatura destas, se porventura ela correr bem até ao fim, podem estar verbas num montante muito superior àquele que porventura custaria para fazer 100 casas.

Portanto, em vez de uma são duas coisas importantes e era isso que era necessário ficar esclarecido e mais não falo, porque estamos a falar da revisão orçamental.

Espero que essas boas medidas possam condicionar futuros orçamentos no sentido muito positivo. Nessa altura cá estaremos para apresentá-los ou para falar na revisão do orçamento.

Se tudo correr bem, como todos certamente esperamos, e tenho a certeza disso, terá um contributo positivo no futuro.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro para esclarecimentos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Srs. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Temos também consciência que estamos fora do nosso debate, mas quero apenas registar duas ideias que me parecem também importantes, dado que entrámos neste debate.

Em primeiro lugar, quero dizer que tanto eu como o Partido Socialista não desvalorizamos a questão da candidatura aos fundos EFTA. Ela é clara e inequivocamente assumida como um passo e um contributo importante para a questão de Rabo de Peixe.

Em segundo lugar, também quero que fique esclarecido que não diz respeito à construção de novas habitações.

Em terceiro lugar, eu tenho consciência e conhecimento daquilo o que são os fundos EFTA. Também tenho conhecimento que Portugal tem à sua disposição 21 milhões

de euros. Desses 21 milhões, dois terços estão comprometidos em processo de ambiente, por decisão das próprias partes, e que desses 21 milhões de euros restam 7 milhões e desses 7 milhões há uma comparticipação de 50% que dá 3,5 milhões de euros e desses 3,5 milhões de euros há, pelo menos, mais uma candidatura em Portugal.

Portanto, Sr. Deputado, em relação a esta matéria restam 700 mil contos para 100 casas ou para possibilitar outra qualquer intervenção.

Em relação a esta questão eu gostaria apenas de deixar esclarecido a não desvalorização da medida, que me parece importante, mas também o facto de não cobrir a construção de novas casas.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais intervenções, vamos votar na generalidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional que altera o Orçamento da Região para 2003.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na generalidade, com 28 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Vamos passar à votação agora na especialidade. Não havendo propostas de alteração e uma vez que posso considerar que o debate está feito, ponho à votação, em conjunto, todos os artigos desta proposta.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 1º, 2º, 3º, e 4º, foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Passamos agora à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional, foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Sr. Deputados, os nossos trabalhos estão encerrados por hoje. Recomeçaremos amanhã pelas 10,00 horas.

(Eram 21 horas e 20 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

José Humberto Medeiros Chaves

Luís Paulo de Serpa Alves

Partido social Democrata (PSD)

Jorge Alberto da Costa Pereira

Sérgio Manuel Bettencourt Ferreira

Victor do Couto Cruz

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Fernando Rosa Rodrigues Lopes

Partido Social Democrata (PSD)

Manuel da Silva Azevedo

DOCUMENTOS ENTRADOS NA SESSÃO

Projecto de Decreto Legislativo Regional

(Náutica de Recreio – áreas de navegação)

O Decreto-Lei n.º 567/99, de 23 de Dezembro, republicou o Regulamento da Náutica de Recreio, com profundas alterações.

O Decreto Legislativo Regional n.º 11/98/A, de 2 de Julho, que, ao definir as áreas de navegação para as diversas categorias de navegador de recreio na Região Autónoma dos Açores, reconheceu a efectiva distância entre as nossas ilhas e atendeu às especificidades arquipelágicas da nossa Região, foi tacitamente revogado pelo Decreto-Lei n.º 567/99, de 23 de Dezembro.

Embora tratando expressamente de algumas situações na Região Autónoma dos Açores, o n.º 4 do artigo 33.º do Regulamento da Náutica de Recreio acabou por não atender, na íntegra, às especificidades insulares dos Açores, nem considerou as efectivas distâncias entre as ilhas.

Importa, por isso, agora considerar legislativamente a especificidade da navegação entre as ilhas dos Açores, naturalmente diferentes das circunstâncias da navegação na costa continental.

Na verdade o normativo relativo aos Açores acaba por não atender à total realidade geográfica do arquipélago, nem aos meios técnicos de ajuda à navegação existentes, essenciais para a salvaguarda da segurança das pessoas a bordo.

Assim, a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República e da alínea c) do n.º 1 do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, decreta o seguinte:

Artigo 1.º

1. Na Região Autónoma dos Açores, os navegadores de recreio titulares de uma carta de Marinheiro, de patrão local ou de patrão de costa, no que respeita às distâncias de navegação para viagens entre as ilhas e sem prejuízo das demais limitações, estão sujeitos às seguintes condições:

- a) Marinheiro – Navegação diurna à distância máxima de 6 milhas da costa e de 10 milhas de um porto de abrigo, desde que o seu titular tenha mais de 18 anos;
- b) Patrão Local – Navegação livre entre as ilhas que compõem cada um dos grupos do arquipélago;
- c) Patrão de Costa – Navegação livre entre todas as ilhas do arquipélago.

2 – O navegador de recreio titular de uma carta de patrão local pode navegar entre todas as ilhas do arquipélago, para além dos limites estabelecidos na alínea b) do número anterior, desde que observadas as condições previstas no n.º 3 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 567/99, de 23 de Dezembro.

Artigo 2.º

O presente diploma entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Horta, sala das sessões, 16 de Junho de 2003.

Os Deputados, *Victor Cruz, José Manuel Bolieiro, Duarte Freitas, Mark Marques e Clélio Meneses.*

Parecer da Comissão de Política Geral sobre o Projecto de Decreto-Lei que “transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva 2001/87/CE, da Comissão, de 13 de Setembro de 2002, alterando os anexos relativos aos modelos dos concursos para os contratos relativos à adjudicação de empreitadas de obras públicas, constantes do Decreto-Lei nº 59/99, de 2 de Março, os anexos relativos

aos modelos de concursos para a aquisição de bens imóveis e serviços, constantes do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e os anexos relativos aos modelos dos concursos para a celebração de contratos nos sectores da água, energia, transportes e telecomunicações, constantes do Decreto-Lei n.º 223/2001, de 9 de Agosto”.

A Comissão de Política Geral reuniu, em Comissão, no dia 6 de Junho de 2003, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, da cidade de Angra do Heroísmo, e por solicitação de Sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, apreciou e emitiu parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que “Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva 2001/87/CE, da Comissão, de 13 de Setembro de 2002, alterando os anexos relativos aos modelos dos concursos para os contratos relativos à adjudicação de empreitadas de obras públicas, constantes do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, os anexos relativos aos modelos de concursos para a aquisição de bens móveis e serviços, constantes do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e os anexos relativos aos modelos dos concursos para a celebração de contratos nos sectores da água, energia, transportes e telecomunicações, constantes do Decreto-Lei n.º 223/2001 de 9 de Agosto”.

Capítulo I

Enquadramento Jurídico

A apreciação e emissão de parecer ao presente Projecto de Decreto-Lei exerce-se nos termos da alínea a), do n.º1, do artigo 227.º, da Constituição da República Portuguesa (CRP), em conjugação com o que dispõe a alínea c), do n.º1 do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e com o que estipula a alínea a) do artigo 60.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Capítulo I

Apreciação na generalidade e na especialidade

A Comissão manifestou não ter possibilidade de analisar e dar parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei em tempo útil, tendo em conta o período que mediou entre a entrada do documento e o prazo para emissão do respectivo parecer.

Angra do Heroísmo, 6 de Junho de 2003.

O Relator, *Clélio Ribeiro Parreira Toste de Meneses.*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Manuel da Silva Azevedo.*

Relatório e Parecer, no âmbito da audição dos órgãos de Governo próprio das Regiões Autónomas, sobre o Projecto de Decreto-Lei que “transpõe para a ordem jurídica nacional a directiva 2000/53/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Setembro de 2000, relativa aos veículos em fim de vida”.

Capítulo I

Introdução

Nos termos regimentais que lhe permitem representar a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 5 de Junho de 2003, na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na cidade da Horta, a fim de, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa Regional, apreciar o Projecto de Decreto-Lei que “transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva 2000/53/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Setembro de 2000, relativa aos veículos em fim de vida”, e emitir o correspondente parecer.

Este Projecto de Decreto-Lei deu entrada na Assembleia Legislativa Regional dos Açores no dia 2 de Junho de 2003, tendo sido enviado à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho em 3 de Junho, para análise e parecer, com carácter de urgência, até ao dia 13 de Junho de 2003.

Capítulo II

Enquadramento Jurídico

A apreciação e emissão de parecer ao presente Projecto de Decreto-Lei exerce-se em conformidade com o preceituado na alínea v) do n.º 1 do artigo 227.º e no n.º 2 do artigo 229.º da Constituição da República Portuguesa, e no disposto na alínea i) do artigo 30.º, no artigo 78.º, em conjugação com o artigo 8.º, na alínea a) do n.º 1 do artigo 79.º e no artigo 80.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, e em conformidade com as disposições regimentais aplicáveis.

Capítulo III

Apreciação na Generalidade

A Directiva 2000/53/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Setembro de 2000, estabelece um conjunto de “medidas que têm como primeira prioridade a prevenção da formação de resíduos provenientes de veículos e, além disso, a reutilização, reciclagem e outras formas de valorização dos veículos em fim de vida e seus componentes, de forma a reduzir a quantidade de resíduos a eliminar, bem como a melhoria do desempenho ambiental de todos os operadores económicos intervenientes durante o ciclo de vida dos veículos e, sobretudo, dos operadores directamente envolvidos no tratamento de veículos em fim de vida”.

O Projecto de Decreto-Lei ora em apreciação visa precisamente transpor para o direito interno a referida Directiva Comunitária, em cumprimento do disposto no n.º 1 do seu art.º 10.º, estabelecendo a responsabilização dos produtores e importadores de veículos pela sua gestão quando estes encerram o seu ciclo de vida útil, sem prejuízo do envolvimento de outros intervenientes, tais como os consumidores, os detentores, os distribuidores, os municípios e outras entidades públicas e os operadores de recepção, de transporte, de armazenamento e de tratamento.

Apreciados os fundamentos e os princípios gerais deste Projecto de diploma, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável na generalidade.

Capítulo IV

Apreciação na Especialidade

Analisado o Projecto de Decreto-Lei na especialidade, a Comissão deliberou propor, também por unanimidade, que o artigo 30.º passe a ter a seguinte redacção:

“Artigo 30.º

(...)

- 1- O presente diploma aplica-se às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, cabendo a execução administrativa aos órgãos e serviços das respectivas administrações regionais, sem prejuízo da gestão a nível nacional e das adaptações determinadas pelo interesse específico das mesmas **que venham a ser introduzidas por diploma próprio das respectivas Assembleias Legislativas Regionais.**
- 2 - **O produto das coimas e das taxas aplicadas nas Regiões Autónomas, constitui receita própria destas.”**

Horta, 5 de Junho de 2003

O Relator, *José Nascimento Ávila.*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Manuel Herberto Rosa*.

Proposta de Resolução

Cobertura da Região Autónoma dos Açores pelas Redes Móveis GSM

Conforme dispõe a legislação em vigor, constitui obrigação dos operadores de redes públicas de telecomunicações observar indicadores de qualidade na oferta de redes que lhe forem determinados pela ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações, designadamente no que se refere à disponibilidade e qualidade de transmissão, período normal de entrega e prazo normal de reparação.

As principais conclusões de um estudo promovido pela ANACOM sobre a Aferição da Qualidade do Serviço das Redes Móveis GSM evidencia nas suas principais conclusões que, na Região Autónoma dos Açores, temos uma cobertura insuficiente, ou mesmo inexistente, nas zonas menos densamente povoadas e nos eixos rodoviários.

O mesmo estudo refere também que a acessibilidade das redes nos Açores se situa em níveis muito fracos, o que se fica a dever à existência de zonas não cobertas pelas redes de alguns operadores.

Estes dados evidenciam a necessidade de realização de um esforço adicional de investimento, numa perspectiva de suprimento das deficiências.

São conhecidas várias diligências do Governo Regional dos Açores junto das operadoras e da ANACOM fazendo notar a necessidade de melhoria dos serviços prestados na Região.

Nos contactos estabelecidos foram identificadas várias localidades do Arquipélago dos Açores com cobertura deficiente ou mesmo inexistente e chamada a atenção para o especial cuidado que o assunto tem que merecer,

considerada a necessidade de ser garantido o cumprimento das licenças atribuídas aos operadores.

Não se compreende, pois, que a TMN, do Grupo Portugal Telecom, tenha realizado um investimento na freguesia da Fajã Grande, na Ilha das Flores, para garantir a cobertura daquela zona durante um período de três dias, tantos quanto durou a permanência naquela ilha de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, e que logo após se pretenda desactivar todos os equipamentos, ficando novamente a Fajã Grande votada ao esquecimento, numa atitude que poderá mesmo ser considerada como uma afronta à população local e a quantos demandam aquela freguesia, local turístico por excelência.

Assim, nos termos da alínea d) do número 1 do artigo 23.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista abaixo-assinados apresentam a seguinte Proposta de Resolução:

A Assembleia Legislativa Regional, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, resolve:

- a) recomendar ao Governo da República que diligencie junto dos diferentes operadores das Redes Móveis GSM para que assegurem a cobertura adequada da Região e das necessidades da população local e determine a manutenção em funcionamento dos equipamentos recentemente instalados para cobertura da freguesia da Fajã Grande, na ilha das Flores;
- b) transmitir, com a maior urgência, a presente Resolução ao Governo da República e ao Governo Regional dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 17 de Junho de 2003

Os Deputados Regionais, *Vasco Cordeiro, Manuel Herberto Rosa, Francisco Sousa, Francisco Barros e Hernâni Jorge.*

O Redactor de 1ª classe, *José Rodrigues da Costa.*

